Educação
Grupo SEB, do empresário Chaim Zaher, recebe aporte de R$ 415 milhões da Kinea B3

Rio Grande do Sul
Aeroporto Salgado Filho volta a operar parcialmente a partir de outubro A6

Investimentos
Bill Ackman aposta em rede social e estilo Buffett para impulsionar fundo de até US$ 25 bi C2

Quarta-feira, 17 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6045 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Fazenda desenha proposta para transformar BC e CVM em super-reguladores

Mercados Ideia é baseada no modelo adotado pelo Reino Unido e busca fortalecer atuações e eliminar sobreposições

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta, Fernando Exman, Andrea Jubé e Caetano Tonet
De Brasília

O Ministério da Fazenda estuda proposta para adotar um novo desenho de regulação e supervisão dos mercados financeiro, de capitais e segurador no país. Inspirado no modelo "twin peaks", do Reino Unido, a ideia transformaria o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em "superórgãos" que dividiriam funções. Enquanto um ficaria responsável pelas atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, o outro seria responsável pela supervisão de condutas e proteção ao consumidor.

No modelo atual, BC, CVM e Superintendência de Seguros Privados (Susep) atuam em ambas as frentes, o que, na visão da Fazenda e de alguns especialistas, cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

A mudança não altera a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. O **Valor** apurou que a proposta é avaliada desde o início da gestão Haddad, mas prevista para o terceiro ano de governo. Porém, em meio às discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) que busca garantir autonomia financeira ao BC, a ideia ganhou força e já foi compartilhada com alguns senadores.

Como a adoção do modelo é complexa, a Fazenda estuda uma proposta gradual, principalmente para não haver impacto nas instituições e suas funcionalidades. Em um primeiro momento, a ideia seria incorporar a Susep ao Banco Central, já que há a visão de que, na estrutura do BC, esta ganharia tração.

Em um segundo momento, a CVM seria fortalecida para, então, ganhar atribuições que hoje são do BC, bem como a autoridade monetária ganharia funções que hoje são de competência da CVM. Esse é o modelo ideal, segundo técnicos da pasta. Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM, disse ao **Valor** que o modelo seria um "grande avanço" para os mercados regulados no Brasil. **Página C1**

Lula volta a pôr meta em dúvida, e Haddad reafirma corte de gasto

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Jéssica Sant'Ana, Gabriela Pereira e Anaïs Fernandes
De Brasília e São Paulo

Às vésperas da divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, na próxima segunda-feira, quando deverá ser anunciado contingenciamento de R$ 10 bilhões a R$ 20 bilhões para tentar manter de pé a meta de déficit zero, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a colocar em dúvida o compromisso fiscal do governo. Em entrevista à TV Record, disse que "precisa estar convencido sobre a necessidade ou não de cortar" gastos e que "não é obrigado a estabelecer meta [fiscal] e cumpri-la". Mais uma vez, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) tentou desfazer o mal-estar criado. Disse que as frases de Lula têm sido "descontextualizadas" e reafirmou o "compromisso do governo com o arcabouço fiscal". **Páginas A3 e A10**

Republicanos criticam economia, mas faltam projetos em convenção

Eduardo Graça*
De Milwaukee (EUA)

Ofuscada pelo anúncio do senador J. D. Vance para vice-presidente na chapa de Donald Trump, a primeira noite da Convenção Nacional Republicana foi dedicada à economia. Mais precisamente à inflação. Rica em atitude e frases de efeito, a convenção foi escassa no anúncio de iniciativas e políticas públicas específicas que poderiam substituir a era Biden. Orador após orador, incluindo alguns apresentados como "cidadãos comuns", defenderam um método simples para justificar o não à reeleição do democrata: colocar a mão no bolso e verificar se tem menos do que há quatro anos, quando o republicano era presidente. *(*De "O Globo")*. **Página A16**

Eneva prepara oferta de ações e compra térmicas

Kariny Leal, Robson Rodrigues, Mônica Scaramuzzo, Felipe Laurence e Maria Luíza Filgueiras
Do Rio e de São Paulo

A Eneva anunciou uma oferta de ações ("follow-on"), que pode chegar a R$ 4,2 bilhões, e a compra de quatro termelétricas do BTG Pactual. O presidente da empresa de energia, Lino Cançado, disse que o objetivo é que a operação ajude no pagamento pelos ativos e a reduzir a alavancagem. O BTG se comprometeu a financiar até R$ 3,2 bilhões da oferta-base, ao preço de R$ 14 por ação. Com isso, a instituição financeira se consolida como principal acionista, podendo dobrar sua fatia na empresa, hoje de 23,3%. **Página B1**

Reforma tributária

EDU ANDRADE/ASCOM/MF

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, avaliou como positiva a inclusão, pela Câmara dos Deputados, da trava para garantir que a alíquota de referência do IVA dual sobre o consumo fique em, no máximo, 26,5%. "É uma sinalização de que há preocupação para que a alíquota fique dentro desse limite", disse em entrevista ao 'Valor'. Segundo ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, irá discutir com o relator do texto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), critérios específicos para garantir a redução da alíquota, caso necessário. Por outro lado, avaliou que não há problema em manter um ordenamento mais genérico, deixando a decisão para 2031. O secretário disse, também, que a Fazenda ainda não concluiu os cálculos sobre o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara na alíquota de referência, porém, afirmou que a desoneração das carnes elevará a alíquota em 0,53 ponto percentual. Página A4

Destaques

STF prorroga desoneração até 11/9
O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, prorrogou até 11 de setembro a desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. **A10**

Trump pressiona preço dos grãos
Eventual retorno de Donald Trump à presidência dos EUA, com o provável recrudescimento da guerra comercial contra a China, deve aumentar a pressão de baixa sobre as cotações dos grãos. **B8**

Indicadores

Ibovespa	16/jul/24	-0,16 %	R$ 18,0 bi
Selic (meta)	16/jul/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	16/jul/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	16/jul/24	5,4268/5,4274	
Dólar comercial (mercado)	16/jul/24	5,4282/5,4288	
Dólar turismo (mercado)	16/jul/24	5,4580/5,6380	
Euro comercial (BC)	16/jul/24	5,9060/5,9088	
Euro comercial (mercado)	16/jul/24	5,9173/5,9179	
Euro turismo (mercado)	16/jul/24	5,9805/6,1605	

7 898937 880054

SP aperta cerco a fraudes no ITCMD

Marcela Villar
De São Paulo

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo está notificando milhares de contribuintes sobre possível fraude ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) na venda simulada de cotas ou ações de empresas — sejam holdings familiares ou patrimoniais — a fim de transmitir herança de forma gratuita ou por valor menor que o devido. Os avisos foram enviados no âmbito da Operação Loki, iniciada no fim de maio, e ainda não são autuações, e sim um "convite" à autorregularização. É a primeira vez que o Estado realiza uma fiscalização dessa magnitude, com o cruzamento de dados próprios com os da Junta Comercial e da Receita Federal. Segundo tributaristas, o governo paulista tem sido mais rigoroso na fiscalização do ITCMD, cuja arrecadação aumentou 16% no ano passado. **Página E1**

INÊS 249

Contas públicas Com pouco dinamismo econômico, cidades da região enfrentam baixa taxa de poupança corrente e falta de dinheiro em caixa

NE tem 58,4% de municípios em situação fiscal crítica

Eduardo Belo
De São Paulo

O baixo dinamismo econômico da região, a baixa expressão proporcional na economia brasileira e o histórico recente de crescimento baseado principalmente na transferência de recursos colocam os municípios do Nordeste do país como os mais vulneráveis do ponto de vista fiscal.

Levantamento dos pesquisadores Rafael Barros Barbosa e Flávio Ataliba Barreto, do FGV Ibre, calcula que 58,42% dos municípios nordestinos apresentam situação fiscal crítica. O Sul tem a melhor situação fiscal entre as cidades brasileiras, com 17,58% de notas C e D na Capag.

Os dados se baseiam no Indicador de Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional a partir do desempenho das administrações municipais de 2023.

A situação crítica ocorre quando as contas das prefeituras obtêm ao menos duas notas C ou D em três critérios do Tesouro para definir a Capag: endividamento, poupança corrente e liquidez relativa.

O grande problema para os municípios nordestinos está na liquidez relativa: 57,3% não têm caixa para fazer frente a seus compromissos correntes (*ver gráfico nesta página*).

Têm nota baixa em poupança corrente 44,2% dos municípios nordestino. Endividamento é indicador o que apresenta o melhor quadro, com quase 87% de municípios bem enquadrados (nota A) e menos de 3% com nota C e D.

Ainda assim, o resultado nesse quesito camufla um problema: o baixo endividamento ocorre porque a capacidade das prefeituras da região de obter empréstimos com aval da União é reduzida em função das notas ruins nos demais quesitos.

Os municípios da região Nordeste não conseguem financiamento por terem liquidez e poupança reduzidas. Isso acaba dando a eles nota C ou D na Capag e, por conseguinte, o município não obtém aval da União para seus empréstimos.

Sem o aval do governo federal, poucos agentes financeiros demonstram interesse em financiar essas prefeituras, o que redunda em baixo endividamento, explica Barreto, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV Ibre.

"Os municípios do Nordeste não tem dinheiro em caixa", resume Barbosa, professor de Economia Aplicada na Universidade Federal do Ceará e pesquisador do núcleo do FGV Ibre.

A falta de recursos não é o único problema. A rigidez orçamentária também compromete a capacidade de as prefeituras realizarem novos gastos.

Pela situação da poupança corrente —despesa corrente dividida pela receita corrente líquida—, é possível notar que os prefeitos não conseguem manejar o dinheiro entre as várias necessidades, argumenta Barreto.

"Ou seja, a situação é que não só a gente não tem dinheiro, como a gente não consegue manejar e a gente não consegue encontrar outras fontes de financiamento", diz.

Esse quadro ocorre devido a duas causas fundamentais. A primeira, estrutural, reside no fato de a região ter uma incapacidade histórica de gerar receita própria. A economia é pouco dinâmica e tem perdido participação relativa no PIB brasileiro.

"O problema original é estrutural, porque não consegue gerar mais caixa por falta de dinamismo", comenta Barbosa.

Baixa participação no PIB

Os pesquisadores destacam alguns aspectos que ilustram essa situação. Um deles é a baixa participação relativa do Nordeste na economia brasileira. "Há 50, 60 anos atrás", diz Barreto. "Deu uma melhorada. Passou para 15%. Mas com Sudene, com BNB, Codevasf, com fundo constitucional, com tudo. Se não tivesse esses instrumentos, a gente taria pior."

Para ele, o número não condiz com os 27% de participação na população do país. "Historicamente, a região tem, considerando o PIB per capta, apenas metade da riqueza do país. É como se tivesse estagnado de por todo esse tempo."

Dados do Censo recente mostram que 56,9% da ocupação no Nordeste é de trabalho informal, praticamente o dobro de Sul e Sudeste. A informalidade prejudica a arrecadação das prefeituras.

A segunda causa, conjuntural, é o aumento dos gastos dos municípios com previdência. O custo da previdência para as prefeituras aumentou 12,5% ente 2022 e 2023, enquanto o da União subiu apenas 3,1% no período.

Para Barbosa, isso ocorre, em parte, porque os municípios menores tendem a adotar o regime geral de previdência, em vez de um regime próprio, fechado.

Também ocorre o aumento dos gastos, já que repasse dos recursos do Fundeb. A lei determina que 70% dos recursos sejam usados exclusivamente em contratação de pessoal e aumento de salários.

O que ocorre, muitas vezes, é que os prefeitos acabam fazendo gastos que perduram por longos períodos. Por exemplo, quando contratam servidores efetivo. Além de pagar o salário por longos anos, o município que tenha regime próprio de previdência ainda terá de arcar com aposentadoria e pensão desse servidor por um período indefinido, que muitas vezes por toda o período de contratação do funcionário, ou seja, se torna um gasto permanente para os cofres municipais.

Outro problema que impacta a receita é que o grosso da formalização recente é feita pelo MEI, o programa de microempreendedores individuais do governo. Além de recolher tributos marginalmente, o MEI tem o agravante de não render receita relevante para os municípios.

Os economistas propõem algumas soluções. Uma delas é elaborar algo inspirado no mecanismo criado pelo governo do Ceará para a educação. Em 2007, o Ceará passou a destinar 18% do repasse do ICMS que cabe aos municípios em função do critério de melhoria de desempenho no ensino.

A medida virou uma agenda cearense de melhora da educação e levou a uma corrida das prefeituras para melhorar o ensino. Não só colocou o Ceará no topo da melhora da educação básica do país como também foi adotada por outras unidades da federação.

A ideia de Barbosa e Barreto é que as transferências legais tenham algum tipo de mecanismo que contemplem uma espécie prêmio para as administrações municipais que apresentem melhor desempenho em algum aspecto — entre os quais a própria educação é uma possibilidade, assim como saúde e outras políticas públicas.

Outra proposta é estabelecer um plano de desenvolvimento para a região. "A última vez que ocorreu "foi com Celso Furtado, no final da década de 1950, mais precisamente em 1958, quando ele lança o GTD, que é o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, que inspirou várias políticas, inclusive as políticas de industrialização da região", diz Barreto.

Para ele, é preciso definir o papel da região no processo de desenvolvimento nacional e avançar no profissionalismo na gestão pública, de forma a ter políticas bem desenhadas e monitoradas, coisa que hoje praticamente não existe.

Barbosa cita estudo publicado no blog do FGV Ibre segundo o qual a participação da renda do trabalho na renda das famílias do Nordeste ela já é inferior a dois terços do total. Ou seja, os programas de transferência ganham vulto. Ajudam a reduzir problemas sociais, mas não contribuem para o desenvolvimento econômico.

O artigo com o estudo da situação fiscal dos municípios nordestinos está previsto para ser publicado no blog do FGV Ibre nesta quarta-feira, 17.

https://blogdoibre.fgv.br/

Ver também páginas A3 e A10

44,2%
das cidades do NE têm nota C em poupança

56,9%
do trabalho no Nordeste é informal

Sem liquidez
Municípios nordestinos nos indicadores de Capag, em %

	Nota A	Nota B	Nota C
Endividamento	86,90	8,42	2,79
Poupança corrente	4,68	43,87	44,20
Liquidez relativa	10,76	19,73	57,30

Sul tem melhores dados
Municípios com notas C e D na Capag, em %

Região	%
Nordeste	58,42
Norte	45,33
Sudeste	34,05
Centro-Oeste	19,52
Sul	17,58

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da Capag 2024

Monitor do PIB tem alta de 0,3% em maio, indica FGV

Alessandra Saraiva
Do Rio

A economia brasileira teve, em maio, o melhor desempenho em quatro meses, na leitura do Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado nesta terça-feira, 16. O indicador, que mensura o ritmo de atividade econômica, subiu 0,3% em maio ante abril, melhor taxa desde fevereiro (0,7%).

No trimestre finalizado em maio houve aumento de 1,9% ante o mesmo trimestre em 2023. Na comparação com maio de 2023, a expansão foi de 1,3%.

Para Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da fundação (FGV/Ibre), os resultados sinalizam taxa positiva para o PIB do segundo trimestre. O dado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro.

Considera foi questionado se o Monitor também sinaliza aumento em torno de 2% para PIB de 2024, conforme estimativas mais recentes de mercado, veiculadas pelo Boletim Focus do Banco Central. Ele relembrou recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora o Fundo tenha revisado para baixo taxa de crescimento para a economia brasileira em 2024, de 2,2% para 2,1%, o especialista acredita que "pode crescer acima disso" este ano. "Eu não me espantaria se crescesse mais", afirmou.

Um cenário de demanda aquecida, com potencial de continuidade, é apontado pelo especialista como fundamental para as estimativas positivas. Considera frisou que o Monitor da FGV, de maio, comprova consumo interno em alta. "Tivemos em maio aumento maior do PIB da demanda do que do PIB da oferta", afirmou o economista.

Pelo lado da demanda, no Monitor, houve alta de 1,6% no consumo das famílias, ante abril, melhor desempenho desde fevereiro de 2022 (2,2%), no indicador. No trimestre finalizado em maio, o aumento foi de 4,6% ante mesmo período em 2023; com expansão de 5,2% ante maio de 2023.

O especialista explicou que o cenário, em maio, era favorável para demanda interna aquecida. Bons desempenhos de emprego, a impulsionar massa salarial, além de programas de transferência de renda, do governo, elevam poder aquisitivo, lembrou. Esses fatores elevam renda disponível do brasileiro, em ambiente de inflação controlada.

"E o consumo das famílias foi bem concentrado em serviços, em maio", acrescentou o pesquisador.

Serviços, pelo lado da demanda, representa quase 70% do total do PIB. No Monitor, essa atividade caiu 0,1% em maio ante abril. Mas na comparação com maio do ano passado cresceu 2,2%, em maio desse ano. No trimestre finalizado em maio, a economia de serviços subiu 2,9% ante mesmo período em 2023.

Outro aspecto favorável para impulsionar a economia em maio foi a boa performance de investimentos, detectada pelo indicador da FGV, observou o economista. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mensura ritmo de investimentos na economia, subiu 4,5% no trimestre encerrado em maio ante mesmo trimestre em 2023. Esse indicador também subiu 0,5% em maio ante abril, com alta de 4,2% ante maio de 2023. "Os investimentos crescem devido à maior compra de máquinas e equipamentos", explicou Considera.

Também no entendimento do especialista, os dados de maio do Monitor indicam que pode não ter sido tão forte o impacto da crise no Rio Grande do Sul , no desempenho da economia nacional. O Estado foi afetado por fortes enchentes desde fim de abril e principalmente em maio.

"Mesmo com a crise, permaneceu a necessidade de aquisição de bens duráveis lá, o que deve ter sustentado a demanda interna lá" disse. "E, talvez, o impacto sobre produção agropecuária não tenha sido tão grande; soja e arroz já haviam sido colhidos [antes das enchentes]" disse.

Assim, para Considera, os sinais até maio mostram quadro favorável na economia. "Tenho a sensação que vai continuar a crescer nesse segundo trimestre", disse o economista.

LEO PINHEIRO/VALOR

O economista Claudio Considera: "Consumo das famílias foi bem concentrado em serviços, em maio"

Dado sinaliza que impacto das enchentes de maio no Sul foi menor do que o previsto

valor.com.br
Lu Aiko Otta excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Contas públicas Mercado olha não só para o número a ser divulgado, mas também para a consistência do corte

Ajuste esperado em julho é de R$ 10 a R$ 20 bi

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A próxima segunda-feira, 22, é considerada por agentes econômicos o mais novo "dia crítico" no cenário fiscal brasileiro. Na ocasião, o Tesouro Nacional divulgará o terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias. A expectativa dos especialistas é que seja anunciado, entre bloqueio e contingenciamento, um ajuste de R$ 10 bilhões a R$ 20 bilhões nos gastos. Isso, no entanto, ainda colocaria pressão sobre a meta de déficit zero deste ano, já que analistas calculam que seria necessário um número mais próximo de R$ 30 bilhões para o governo cumprir a promessa.

"Há uma grande expectativa em relação ao tamanho do bloqueio do orçamento federal deste ano que será anunciado no dia 22 de julho. Um bloqueio muito inferior a R$ 15 bilhões poderá ser interpretado por analistas como um valor aquém do necessário para dar uma mensagem clara por parte do governo federal do seu real compromisso com as metas fiscais", escreve, em relatório desta semana, Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro.

O Itaú Unibanco fala em "um bloqueio de despesas de pelo menos R$ 20 bilhões, idealmente R$ 30 bilhões", diz a equipe chefiada por Mario Mesquita.

Se, na avaliação bimestral de julho, a estimativa para o déficit primário exceder R$ 28,8 bilhões — ou 0,25% do PIB, a máxima tolerância para a meta zero — devido ao desempenho mais fraco do que o esperado das receitas, o governo terá de anunciar um congelamento de despesas discricionárias (não obrigatórias), o chamado "contingenciamento", diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Já se a estimativa para a despesa total exceder o montante permitido pela regra fiscal devido ao crescimento excessivo dos gastos obrigatórios, o governo terá de anunciar um "bloqueio" de despesas discricionárias.

"O bloqueio é uma mudança na composição dos gastos, um jogo de 'soma zero' entre itens obrigatórios e discricionários. Já o contingenciamento, tudo o mais constante, resulta em diminuição das despesas totais", explica Secemski, ponderando que as duas medidas implicam, no fim, cortes de despesas não obrigatórias.

Ele espera que ambas aconteçam agora em julho. De um lado, observa, as receitas crescem 9% no acumulado do ano até maio, em termos reais, na comparação com o mesmo período de 2023, descontadas as transferências para Estados e municípios, no embalo de medidas recentes adotadas, como a taxação de fundos exclusivos e regras mais rígidas para o cálculo de créditos tributários.

É possível ainda que as projeções de receita se beneficiem de novas estimativas do governo, por exemplo, para PIB, inflação e câmbio, mas isso não deveria ser suficiente para compensar revisões baixistas em outras áreas, segundo Secemski, sobretudo no que diz respeito ao potencial de arrecadação com as decisões do Carf, órgão de mediação tributária.

Até maio, o governo não obteve arrecadação com a mudança na regra de desempate nas decisões do Carf, apesar de estimar receitas de R$ 55,6 bilhões com a medida no orçamento de 2024. "O órgão aumentou significativamente o volume de casos arbitrados este ano, então, é possível que alguma arrecadação ainda se concretize nos próximos meses, mas continuamos a ver o cálculo original como superestimado", diz Secemski.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

"O dia 22 de julho é crucial para a formação de expectativas"
Roberto Secemski

Na outra ponta, as despesas sobem 13% no acumulado do ano até maio, em termos reais, ante 2023. Secemski pondera que essa taxa de crescimento não deve persistir ao longo do segundo semestre, já que, na primeira metade deste ano, ela foi influenciada por situações pontuais, como pagamentos de precatórios e a antecipação do 13º salário a pensionistas do INSS.

Ainda assim, diz Secemski, algumas despesas continuam subestimadas, notadamente as da Previdência, em ao redor de R$ 20 bilhões, segundo o economista. "Não esperamos que o governo corrija essa discrepância de uma só vez, mas que continue a rever gradualmente a rubrica para cima", afirma.

Diante de tudo isso, Secemski diz ver o anúncio de um ajuste de R$ 10 bilhões e R$ 20 bilhões na próxima segunda-feira como "factível". Ainda significaria, segundo ele, um "cenário arrastado", em que novos ajustes seriam necessários nas próximas revisões bimestrais, em setembro e novembro.

"O dia 22 de julho é um momento crucial para a formação de expectativas fiscais, porque é quando o governo vai revelar sua disposição em promover o ajuste necessário para ficar dentro das quatro linhas do arcabouço. Mesmo que esse não seja o número para o fim do ano, a caminhada começa com um primeiro passo", afirma.

Secemski também defende que se antecipe tanto quanto possível esses ajustes para agora. "Ainda que se faça a coisa certa, se for de forma muito parcelada, compra menos credibilidade. Senão, o mercado vai passar mais dois meses na agonia do que vem em setembro, em novembro e, nisso, o prêmio de risco se cristaliza", diz.

Outro complicador, segundo ele, é que ainda há divergência sobre o corte máximo de despesas: se até 25% dos gastos discricionários, isto é, R$ 52 bilhões este ano, ou R$ 26 bilhões, como na interpretação do ministro Fernando Haddad (Fazenda), para garantir o piso de crescimento de 0,6% dos gastos. "Embora várias instituições, inclusive nós, estimem necessidade ao redor de R$ 30 bilhões, existe essa incerteza pendente de julgamento no Tribunal de Contas da União", diz Secemski.

Com uma projeção de déficit primário do governo central de cerca de R$ 64 bilhões para este ano, o Santander calcula que, entre contingenciamento, bloqueio e algum empoçamento de despesas, seria preciso o governo economizar cerca de R$ 35 bilhões para ficar no limite permitido pela regra fiscal para 2024, de um déficit em torno de R$ 28 bilhões.

Para a avaliação de julho, Ítalo Franca, economista do Santander, diz que "deveria ter, pelo menos, R$ 25 bilhões". Dados os números do governo, no entanto, com uma revisão baixista na receita, principalmente do Carf, e uma altista nas despesas, sobretudo da Previdência, Franca diz que "R$ 15 bilhões seria uma sinalização ok". "Como vão fazer a combinação de contingenciamento e bloqueio me preocupa menos. Vai depender da forma como será comunicado, como vão reconhcer a situação", afirma.

Franca observa que, entre agentes do mercado financeiro, criou-se uma espécie de consenso de que um ajuste inferior a R$ 10 bilhões seria uma sinalização negativa. "Acima de R$ 20 bilhões se torna um cenário bem mais positivo para o mercado, mas também mais difícil do ponto de vista de gestão orçamentária", afirma.

O BTG Pactual prevê a necessidade de um bloqueio de despesas discricionárias entre R$ 15 bilhões e R$ 20 bilhões. Tiago Sbardelotto, economista da XP, estima que seria necessário, agora em julho, um contingenciamento de R$ 41 bilhões — ou R$ 26 bilhões, considerando um "empoçamento" de R$ 15 bilhões — para atingir o limite inferior da meta de resultado primário. Além disso, diz, seria preciso um bloqueio de R$ 16 bilhões para cumprir o limite de avanço das despesas.

Embora a dívida pública do Brasil não esteja em uma espiral ascendente descontrolada, uma "crise de credibilidade" desencadeada pela perda potencial ou efetiva da âncora fiscal pode alterar essa percepção, segundo Secemski.

Além disso, diz, quanto maiores forem os ajustes introduzidos no orçamento de 2024, mais sólida será a base para o orçamento de 2025, que deve ser apresentado pelo governo em 31 de agosto, outro "momento crucial" para a formação das expectativas dos agentes, afirma Secemski.

Mais sobre a meta fiscal na página A10

A esposa, Maria Ines, os filhos, Carla e Marcio, os netos, Raffaella, Giancarlo, Valentina, Ravi, Francesca e Olivia, o genro, Benny, e a nora Manuela, comunicam o falecimento do inesquecível e muito amado

ARMANDO SANTORO

ocorrido no dia 13 de julho de 2024, e convidam para a missa de sétimo dia, que será realizada no dia 19 de julho, sexta-feira, às 10 h, na **Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Rua Honório Líbero, 90 - Jardim Paulistano.**

Tributação Haddad vai discutir com relator critérios para manter alíquota mais baixa, diz secretário

Inclusão da trava de 26,5% para IVA é positiva, defende Appy

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

O secretário especial da Reforma Tributária, Bernard Appy: trava "é sinalização de que tem uma preocupação de que a alíquota fique dentro desse limite"

Reforma Tributária

Jéssica Sant'Ana, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, avaliou como positiva a inclusão pela Câmara dos Deputados da trava que tenta garantir que a alíquota de referência da reforma tributária do consumo fique em, no máximo, 26,5%: "É uma sinalização de que tem uma preocupação de que a alíquota fique dentro desse limite", disse em entrevista ao **Valor**.

Appy confirmou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve discutir com o relator no Senado Federal, Eduardo Braga (MDB-AM), critérios mais específicos para garantir a redução da alíquota, caso necessário. Por outro lado, avaliou que não há problemas em manter uma redução mais genérica, deixando para 2031 a decisão.

O secretário afirmou que o Ministério da Fazenda ainda não calculou o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara na alíquota de referência, porém confirmou que a inclusão das carnes vai ter impacto de 0,53 ponto percentual (p.p.), ao passo que mudanças no Seletivo e no modelo de cobrança ajudarão a reduzir o impacto. "A conta ainda não está feita. A gente precisa avaliar o todo."

Sobre a inclusão das carnes na cesta básica desonerada, Appy falou que a equipe econômica continuará tendo postura proativa para explicar aos senadores o impacto na alíquota, e que a decisão final sobre o tema sempre caberá ao Legislativo

O secretário afirmou ainda que o efeito da reforma sobre o preço dos imóveis será muito pequeno, praticamente marginal. A estimativa é de queda no preço do imóvel popular (até R$ 200 mil) entre 3,5% e 4% e aumento de 3% no alto padrão (a partir de R$ 2 milhões).

Em relação ao timing de tramitação no Senado, o secretário disse que o ideal é que o Congresso conclua a aprovação da regulamentação ainda neste ano, mas ponderou que é preciso respeitar o tempo da política.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista

Valor: *Qual sua avaliação sobre a inclusão da trava, que tenta fixar a alíquota em 26,5%? A Fazenda concordou com essa trava?*

Bernard Appy: A ideia da trava não foi nossa, foi do GT. A redação, inclusive, não foi nossa, foi dos consultores da Câmara, com base na demanda do GT. Mas, em geral, nossa avaliação foi positiva. Havia uma preocupação com o efeito que as exceções e os tratamentos favorecidos têm sobre a alíquota e o grupo de trabalho deu uma sinalização de que, se por acaso tiver caminhando para ter uma alíquota superior a 26,5%, o Poder Executivo vai ter que enviar um projeto com mudanças que permitam que a alíquota fique em 26 ,5%.

Valor: *Como vai funcionar?*

Appy: A Emenda Constitucional 132 já previa uma revisão quinquenal. A primeira revisão seria depois do final da transição, em 2034. E essa possibilidade de revisão quinquenal permite que você reveja os redutores de alíquota. São dois redutores de alíquota, de 30% e de 60%. Já está previsto na emenda constitucional a possibilidade de rever os redutores. Por lei complementar, também é possível, em qualquer momento, rever a cesta básica e os regimes específicos. O que foi feito agora, na chamada trava, foi a antecipação da revisão quinquenal. Em 2031, antes de completar a transição, o Poder Executivo, se a projeção de alíquota tiver sinalizando acima de 26,5%, terá de apresentar um projeto de lei complementar para o Congresso, que poderia, na linha do que está na Emenda Constitucional, prever, entre outros, mudanças nos redutores de alíquota. Mas como é um projeto de lei complementar, ele pode também prever mudanças em regimes específicos e, eventualmente, mudanças até na composição da cesta básica. Isso não está escrito, mas entendo que faz parte do desenho.

Valor: *Pelo texto, o Executivo seria obrigado a enviar esse projeto de lei complementar, mas não está garantida a aprovação.*

Appy: Não, não está garantida. Mas, pelo menos, é uma sinalização de que tem uma preocupação de que fique dentro desse limite. Tem uma discussão que está começando agora, o ministro já sinalizou que podemos eventualmente discutir com o Senado, em vez de ser o envio do projeto, já definir critérios para o ajuste. Mas isso tem que ser conversado com o senador Eduardo Braga, com o Senado Federal. De qualquer jeito, eu achei positivo a ideia de sinalizar que estamos preocupados, sim, com o nível da alíquota de referência.

> "Nos próximos dois anos, empresas vão ter muito mais clareza sobre o efeito da reforma"

Valor: *O senhor não acha que deveria ter sido mais bem detalhado como que vai funcionar essa trava? Não ficou meio solto, descrito de uma forma genérica?*

Appy: Está de forma genérica, mas eu achei que, no fundo, é bom, porque tem mais autonomia. Pode decidir mexer nos redutores de alíquota, inclusive fazer diferenciado por setores ou linear. Como é um projeto por lei complementar, você pode aproveitar e podem ser feitas mudanças nos regimes específicos, pode ser feita mudança até na composição da cesta básica dentro desse processo para chegar na alíquota de 26,5%.

Valor: *Será possível compensar com a reforma da renda?*

Appy: Se o Senado optar por ter critérios mais claros, definir claramente qual o ajuste que vai ser feito, então neste caso você poderia colocar como uma das variáveis considerar o efeito de uma mudança na tributação da renda sobre a alíquota como um dos parâmetros a serem considerados.

Valor: *Isso seria algo positivo, tecnicamente?*

Appy: Tecnicamente, é possível. Tem que fazer isso como uma coisa muito técnica. Se eu quero ter um critério muito claro, eu tenho que considerar algum projeto que já esteja aprovado, e não um projeto que vai ser enviado. Se já tiver algum projeto aprovado com efeito para frente, que vai ter um efeito em 2032, e já considerar isso na hora de calibrar a alíquota, é possível de ser feito.

Valor: *Existe o questionamento sobre a efetividade dessa trava, de o futuro projeto depender de aprovação do Congresso...*

Appy: Do jeito que está hoje, ela depende de uma aprovação do Congresso, sim. Não tem como você obrigar o Congresso a aprovar alguma coisa.

Valor: *Então, seria um compromisso...*

Appy: É uma sinalização de que há uma preocupação e que o tema vai ter que ser discutido. Pode ser uma coisa mais efetiva? Até pode. Mas foi bom porque a Câmara colocou o tema em discussão, já é algo importante.

Valor: *Não há o risco, por exemplo, dessa redução, se tiver que ser feita, recair tudo sobre a CBS, porque o IBS pode enfrentar uma resistência maior dos Estados e municípios?*

Appy: Depende de como você fizer. Se você fizer tudo via tributação da renda, provavelmente o ajuste acaba sendo mais via CBS. Não sei, precisa olhar direito. Agora, se você fizer via ajustes em regimes favorecidos, reduções de alíquotas, regimes específicos, aí pega a IBS e CBS.

Valor: *Há estimativa sobre o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara na alíquota de referência?*

Appy: A conta ainda está sendo feita. Teve mudanças da Câmara que aumentaram a alíquota. Todo mundo sabe que a inclusão de carne na cesta básica nas nossas contas aumentava em 0,53 ponto percentual a alíquota. Teve algumas mudanças que ajudam a ter um efeito positivo e reduzir a alíquota, como o Imposto Seletivo sobre bets, a melhoria no modelo de cobrança dos tributos. Isso ajuda. É positivo. Mas a conta ainda não está feita.

Valor: *Em paralelo à alíquota, os setores vão ter que fazer a conta de quanto vão pagar de fato considerando os créditos?*

Appy: A mudança é muito grande. A gente está introduzindo não cumulatividade plena, tem setores que estão totalmente cumulativos hoje, tem setores que estão em meio de cadeia, que pagam pouco, mas não recuperam o crédito, não transferem o crédito, vão pagar uma alíquota mais alta, mas vão recuperar 100% do crédito. Eles vão pagar mais e vão ser beneficiados. Acho que nos próximos dois anos, as empresas vão ter muito mais clareza sobre qual vai ser o efeito da reforma tributária sobre cada setor. Temos segurança absoluta de que a reforma tributária vai ter um efeito positivo de levar a uma organização mais eficiente da economia. Isso tem um efeito deflacionário. As pessoas não entendem isso. A empresa vai se organizar de um jeito a reduzir o seu custo de produção e isso, no fundo, acaba tendo um efeito positivo do ponto de vista dos preços.

Valor: *Vocês já calcularam qual seria esse efeito da reforma na inflação?*

Appy: Não, com o desenho atual, não. Mas no agregado, o aumento de eficiência da economia tem um efeito deflacionário no longo prazo.

Valor: *E sobre as proteínas animais, a Câmara colocou as carnes na cesta básica desonerada. Continua o impacto de 0,53 p.p.?*

Appy: Sim, acho que isso não vai mudar. Não estamos mudando o modelo, estamos só mudando as hipóteses do que está sendo projetado.

Valor: *Vocês vão trabalhar para que seja ajustado esse ponto sobre a carne, devido ao impacto na alíquota?*

Appy: Não, isso não é a Fazenda que vai decidir, isso é o Senado que vai decidir. A Fazenda só vai dar apoio para o Senado tomar a melhor decisão possível.

Valor: *Mas a Fazenda era contra a inclusão da carne na cesta. Vocês não vão pedir nada sobre isso?*

Appy: Não é a Fazenda. Esse tema é pra política. Não é o governo que vai levar esse tema. Essa é uma decisão que o Senado vai ter que avaliar. Não é o governo que vai levar.

Valor: *Mas vocês podem, por exemplo, levar o tema para debate.*

Appy: Não somos nós que vamos levar. Nós vamos ver se o Senado está disposto a discutir o tema. Se o Senado estiver disposto a discutir o tema, nós vamos conversar com o senador Eduardo Braga e, se ele achar que é o caso, o que ele acha que seriam as diretrizes para poder fazer uma coisa dessa. E, a partir daí, nós vamos trabalhar. Não vamos levar um pacote próprio.

Valor: *Mas se o Senado quiser reabrir essa questão da carne, vocês estão dispostos a subsidiar o debate?*

Appy: Nós vamos subsidiar qualquer questão que o Senado quiser discutir. Obviamente, essa também.

Valor: *Então vocês não vão reabrir? Porque a Fazenda defendia carne fora da cesta e mais cashback.*

Appy: Do ponto de vista distributivo, o ideal era nem ter cesta básica e fazer tudo via cashback. Mas, já na emenda constitucional, o Congresso optou por ter cesta básica e cashback. A gente mandou um projeto de lei complementar com um desenho que achávamos que era possível na composição de cesta básica. O Congresso teve uma opção diferente. Faz parte da política, a gente respeita as decisões do Congresso Nacional.

Valor: *Mas tem efeito sobre a alíquota de referência?*

Appy: Tem. O Senado Federal vai discutir os temas. A nossa função vai ser dar suporte para que o Senado Federal tome a decisão que eles acharem que é a mais conveniente do ponto de vista político. Não é o governo que vai levar, damos apoio técnico.

Valor: *Os parlamentares do GT da Câmara falavam que o senhor deixava muito claro que essa inclusão da proteína animal tinha esse impacto. O senhor vai continuar tendo essa postura proativa de explicar que a inclusão da proteína animal tem esse impacto?*

Appy: Sim, vamos. Tivemos na Câmara e vamos ter no Senado. O Senado vai avaliar toda a composição de tudo que está na cesta básica. Assim como a Câmara fez, o Senado vai fazer esse trabalho e a gente vai dar apoio técnico para eles.

> "Minha posição é a favor de incluir arma no Imposto Seletivo, mas o que vale não é a minha posição"

Valor: *O governo passou a defender armas no Imposto Seletivo, mas, ao enviar o projeto de lei, vocês não incluíram. Por quê?*

Appy: Teve uma votação explícita [durante a PEC] se arma entraria no Seletivo ou não, e foi decidido que não entraria. Minha posição é a favor de incluir arma no Seletivo, mas o que vale não é a minha posição. A gente mandou o projeto de lei complementar contemplando aquilo que foi decidido pelo Congresso.

Valor: *Então foi uma decisão política?*

Appy: Foi uma decisão baseada numa sinalização política que o Congresso já dava na votação da emenda constitucional. Foi colocado o tema em votação e perdeu. Não importa a minha posição, importa a posição do Congresso Nacional. A gente fez o desenho [do projeto de lei] respeitando a votação que tinha tido na constitucional.

Valor: *A inclusão de armas no Seletivo teria arrecadação relevante?*

Appy: Não é relevante. Mas é importante como uma sinalização.

Valor: *Houve uma definição de reduzir os benefícios do setor imobiliário?*

Appy: Não teve nenhuma definição de torná-lo mais tributado. Não foi isso. Entendeu-se que caberia ter um redutor de alíquota, mas quando mandamos o projeto, a gente não tinha feito ainda um cálculo mais detalhado de qual era a tributação hoje no setor. E a gente mandou um redutor de 20% de alíquota. Depois, reabriu a discussão no Congresso e aí avaliamos que, de fato, para manter a tributação atual, seria um redutor um pouco maior, de 40%.

Valor: *Mas o setor está falando que vai aumentar a tributação, para 16%...*

Appy: O cálculo é mais complicado que isso. O setor foi muito sério. A gente teve uma interlocução com o setor. Ao contrário de outros setores, que às vezes vem com umas contas aqui completamente inconsistentes, o setor abriu informações, dados, fez um trabalho de interlocução técnica importante, mas ainda assim nós temos algumas diferenças de hipóteses que resultam em diferenças de qual é a carga atual. Agora, estou dizendo assim, reforma tributária não tem como proposta manter a carga tributária atual para todos os setores. A gente nunca falou isso. Nunca foi colocado isso. Nossa avaliação é que os 40 % de redução de alíquota que estão lá basicamente mantém a carga atual. Eles entendem que não. São diferentes hipóteses na apuração das contas.

Valor: *E como fica o impacto no preço dos imóveis?*

Appy: O efeito sobre o preço dos imóveis é muito pequeno. Não é 15% do valor do imóvel. A alíquota de 15,9% é incidente sobre a base de cálculo. Ou seja, é o valor de venda de imóvel menos o que a gente chama de redutor de ajuste, que basicamente é o valor do terreno, menos o redutor social . Então esse 15,9% não está correto. Não é 15,9% do preço. É 15,9% na base. Nossa projeção é que você teria uma redução do preço do imóvel popular com esse modelo que foi aprovado aqui na Câmara entre 3,5% e 4%, tirando a média. E teria num imóvel de alto padrão, de 2 milhões de reais, aumento de preço de 3%.

Valor: *Marginal então...*

Appy: Efeito no preço do imóvel é marginal, a variação do preço de imóvel todo ano é muito maior que isso.

Valor: *E qual sua avaliação geral do projeto aprovado pela Câmara?*

Appy: A avaliação geral é positiva, na linha que preservou a espinha dorsal da reforma, tornou até melhor algumas características do modelo de cobrança. Obviamente, como sempre, acabou aprovando mais tratamentos favorecidos do que a gente gostaria, mas isso é da democracia.

Valor: *Qual a expectativa para o Senado? Preocupa se a votação ficar para 2025?*

Appy: Com relação ao Senado, nós vamos esperar pra conversar com o senador Eduardo Braga, que foi nomeado relator, e com os demais senadores pra avaliar qual vai ser o tempo da votação. Do ponto de vista técnico, o ideal seria aprovar ainda esse ano, mas temos que respeitar o tempo da política, mas o ideal seria aprovar este ano, porque tem muito trabalho ainda a ser feito, tem toda a regulamentação. Como temos em 2026 o ano de teste, o ideal é que, quanto mais cedo [aprovar], melhor, mas nós temos que respeitar o tempo do Congresso Nacional.

Conjuntura Lula defende que economia pode crescer mais de 2,5% este ano se recursos injetados pelo governo começar a circular

Haddad diz que 'tudo indica' que PIB será revisto para cima

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Fernando Haddad: "Mesmo com a trava externa, economia continua crescendo"

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que "tudo indica" que a pasta terá que aumentar suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024. Para este ano, a projeção atual é de avanço de 2,5% do PIB. O ministro fez as declarações ao participar de reunião com representantes da indústria alimentícia no Palácio do Planalto. No encontro, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) anunciou investimentos de R$ 120 bilhões até 2026 em novas fábricas, pesquisas e inovação.

Haddad falou depois do presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, que já havia previsto uma revisão para cima do crescimento e ratificou a fala do colega. "O Aloizio falava agora há pouco que a Fazenda talvez tenha que rever a projeção do PIB deste ano, o que é provável que aconteça", explicou Haddad. Em seguida, o chefe da equipe econômica disse que as estimativas levam em conta inclusive o impacto provocado pela crise no Rio Grande do Sul.

"Nós sempre somos parcimoniosos [com as projeções do PIB] porque a gente não quer sofrer revés. Mas tudo indica que, mesmo com a calamidade do Rio Grande do Sul, que afetou um Estado que responde por quase 8% do PIB brasileiro, a economia não parou de crescer. Mesmo com a trava externa, as preocupações com o Fed (Federal Reserve, o banco Central americano), a repercussão no nosso BC (Banco Central) aqui, a economia continua crescendo", complementou o titular da Fazenda.

Presente na reunião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o comentário do seu auxiliar para defender, mais uma vez, a distribuição do PIB como forma de gerar um crescimento mais robusto do que o previsto. Na avaliação dele, o país pode ultrapassar a taxa de 2,5% de crescimento em 2024 caso os recursos injetados pela gestão petista comecem a "rodar".

"O que queremos é fazer com que o dinheiro circule, é por isso que aumentamos o salário mínimo de acordo com o PIB. [...] Agora o mercado começou dizer que vamos crescer 1%, depois passa pra 1,5%, aí vai pra 2% e, agora, os mais pessimistas já estão falando em 2,5% [de crescimento]. Se o dinheiro que colocamos em circulação nesse país tiver rodando, a gente vai crescer mais do que 2,5%", acrescentou o presidente.

> "Este país está pronto, está preparado para um salto de qualidade"
> *Lula*

De acordo com o boletim Focus, divulgado semanalmente pelo BC, analistas do mercado financeiro projetam crescimento de 2,11% para este ano. A estimativa é semelhante à divulgada ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que reviu para baixo a previsão para a variação do PIB brasileiro neste ano, para 2,1% — 0,1 ponto percentual abaixo da última avaliação, de abril.

Na fala de ontem, o presidente mencionou de forma indireta as oscilações recentes do dólar frente ao real brasileiro. Segundo o presidente, o "povo pobre" não compra dólar e, sim, comida. Apesar do comentário, a cotação da moeda americana tem impacto em outros preços da economia brasileira, inclusive de alimentos.

No encontro, Lula também pediu que os empresários do setor alimentício que confiem no que o governo federal "está fazendo" ou o Brasil não irá "dar certo". Neste sentido, Lula voltou a repetir que "não existe mágica" quando o assunto é "política econômica".

"Esse país está pronto, está preparado para dar um salto de qualidade, já foi muito destruído, vítima de muitas enganações e a gente não quer enganar ninguém. Política econômica não tem mágica, não existe mágica. Ou vocês confiam naquilo que a gente está fazendo, e vocês apostam na capacidade produtiva ou não dá certo", disse.

Por fim, o presidente criticou aqueles que vivem de dividendos em vez de gerarem renda a partir do trabalho. Na avaliação de Lula, somente o trabalho é capaz de fazer a economia girar no Brasil. "Esse país precisa parar de ter gente vivendo de dividendos e ter gente vivendo de trabalho, de geração de emprego, de geração de renda, porque é isso que faz a economia girar", emendou.

Aeroporto de Porto Alegre volta a operar em outubro

RECONSTRÓI RIO GRANDE DO SUL

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou que as operações no aeroporto Salgado Filho, o principal terminal do Rio Grande do Sul, serão retomadas "parcialmente" a partir de outubro, com aproximadamente 50 voos diários. Além disso, segundo ministro, a previsão é que o aeroporto volte a funcionar normalmente, de forma integral, a partir de dezembro deste ano.

Localizado na região metropolitana de Porto Alegre (RS), o Salgado Filho está fechado há mais de 70 dias devido às chuvas que atingiram o Estado e deixaram tanto os terminais quanto as pistas inundadas. "O que ficou estabelecido é que agora no mês de outubro iremos reabrir parcialmente, com 50 voos diários, o que dá em torno de 350 voos semanais. Até dezembro, o aeroporto estará 100% reaberto e funcionando como estava antes", disse Silvio Costa Filho.

Apesar disso, como compensação, a empresa concessionária responsável pelo Salgado Filho, a companhia alemã Fraport, solicitou ao governo federal ressarcimento pelas perdesse período. O valor requerido pela empresa é de cerca de R$ 700 milhões.

Costa Filho não detalhou como isso seria feito — se via empréstimo ou a fundo perdido —, disse apenas que se trata de um "reequilíbrio" para a companhia. "Nós entendemos a importância disso, mas desde que seja validado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). Até sexta-feira, teremos uma oposição da AGU e, na segunda-feira, iremos ao TCU para atender a Fraport", explicou.

"Foi solicitado o valor de R$ 700 milhões pela Fraport, uma parte já está consolidada pelas seguradoras. Outras partes estão sendo discutidas juridicamente. O reequilíbrio é porque a concessionária está solicitando recursos que a seguradora pode não vir a pagar", complementou.

Enquanto as operações não forem retomadas completamente no aeroporto, os voos para a região Sul continuarão decolando a partir da Base Aérea de Canoas, que vem funcionando de forma emergencial nesse período.

"A Fraport dividiu a operação em duas etapas. A primeira etapa, que será reaberta agora em outubro, é por meio de 1700 metros [de pista]. A segunda etapa, de quase 2 mil metros [de pista], é a parte que será reaberta em dezembro. Nossa meta é que as operações funcionem das 10h às 22h", acrescentou.

Costa Filho também comentou os altos preços das passagens para o Rio Grande do Sul. "Nós estamos trabalhando para que possa haver reduções nas tarifas desses voos. Tendo em vista a redução no número de voos [no RS], infelizmente estamos vendo algumas passagens caras, mas estamos nos esforçando [para baixar o preço]", emendou.

O ministro falou sobre o assunto após se reunir, no Palácio do Planalto, com o titular da Casa Civil, Rui Costa, e representantes da Fraport. Presente na coletiva de imprensa, a CEO brasileira da Fraport, Andreea Pal, disse que o valor do ressarcimento tende a ser menor porque a empresa ainda está negociando recursos com as seguradoras envolvidas no contrato.

"Acho que vale a pena falar sobre isso quando tivermos uma conclusão porque, primeiro, esse número está cada dia mais baixo porque descobrimos coisas que podem ser reparadas [no aeroporto]. E, do outro lado, a discussão com o seguro que ainda caminha, então agora são especulações. Vai ser para o governo muito menos que R$ 700 milhões", disse Andreea Pal

Conferência propõe regulação interamericana de proteção a dados

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN

Victoria Netto
Do Rio

A troca de dados entre os países latino-americanos levou à criação de uma proposta de Convenção Interamericana sobre Tratamento de Dados Pessoais, elaborada por pesquisadores do Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e México. O documento será apresentado nesta quarta-feira (17) na Conferência sobre Informática, Privacidade e Proteção de Dados Latam (CPDP), no Rio.

A edição, inspirada na conferência de mesmo nome realizada em Bruxelas há 15 anos, foi criada em 2021 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Agora, em meio à presidência rotativa do Brasil no G20, o evento aborda como a governança de dados pessoais na América Latina pode influenciar o grupo das maiores economias do mundo e ser impactada por ele.

O professor da FGV Direito Luca Belli, afirma que o ideal seria a existência de um tratado global que garantisse a segurança e a sustentabilidade na transferência de dados pessoais entre países, mas que este não é um movimento simples. "É extremamente difícil, por exemplo, a ONU unir 193 Estados com ideias completamente diferentes e criar uma convenção mundial. A nossa ideia é dizer que, na América Latina, estamos pensando esse tipo de convergência."

O professor observa que há várias estruturas jurídicas na região, como a Organização dos Estados Americanos, o Pacto Andino e o Mercosul, que poderiam acolher um acordo como este, mas que as ideias propostas também podem inspirar o desenvolvimento de um marco regional.

Para Belli, um esforço plurilateral liderado por um grupo de países abertos à colaboração com todos os Estados da América Latina pode ser uma opção exitosa. Na prática, funcionaria como uma "LGPD interamericana". A proposta está dividida em oito capítulos, em um modelo semelhante ao da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e das legislações correspondentes em outros países.

Entre outros modelos, a proposta teve como inspiração a Convenção 108 do Conselho da Europa. "Fizemos um coquetel das melhores práticas nacionais e padrões internacionais", diz. Ele reforça ainda que a uniformização de regras pode ser um ativo "muito valioso".

"A América Latina não tem um poder de barganha com as grandes empresas estrangeiras que fazem extração de dados e que os usam sob as condições que elas determinam. Criar uma norma comum poderia rebalancear esse desequilíbrio de poder. Paradoxalmente, as empresas [big techs] têm interesse de que haja uma homogeneidade, porque é um pesadelo ter que lidar com dezenas de normas diferentes", destaca Belli.

Projeção indica inviabilidade de 74% da terras na Amazônia e Cerrado até 2060

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Caso o modelo atual do agronegócio seja mantido no futuro, com pressão sobre o capital natural e produzindo grandes impactos ambientais, a atividade corre o risco de ficar inviável. Cenários projetam que a viabilidade de 74% das atuais terras agrícolas na fronteira da Amazônia com o Cerrado podem ficar comprometidas até 2060.

Este é um dos dados do sumário executivo do "Relatório Temático sobre Agricultura, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos" produzido ao longo de três anos e lançado nesta terça-feira por um grupo de 100 pesquisadores de várias áreas ligados a 40 instituições em todos os biomas brasileiros. "Queremos ressaltar a importância de uma agenda integrada entre agricultura e conservação no Brasil, alertando para o passivo ambiental gerado pela agropecuária convencional", diz a bióloga Rachel Bardy Prado, uma das coordenadoras do relatório e pesquisadora da Embrapa Solos há 21 anos.

Os ecossistemas brasileiros abrigam perto de 20% das espécies descritas no planeta. O país é o primeiro no ranking das 17 nações mais megadiversas do mundo. Em outra ponta, o agronegócio é responsável por 20% dos empregos formais e 27% do Produto Interno Bruto do país — ou R$ 403,3 bilhões em 2020. "Em grande parte, é caracterizado por monoculturas em larga escala, com sistemas de irrigação intensivos e uso excessivo de insumos, fertilizantes e agrotóxicos", diz nota à imprensa.

O relatório menciona que culturas dependentes de polinizadores representam 55% do valor monetário anual da produção nacional. "É muito relevante esse serviço e vem sendo comprometido pelos agrotóxicos, pela fragmentação da paisagem, pela destruição das florestas", diz Rachel Prado. "A polinização é um dos serviços essenciais, como água limpa".

Ela continua: "As agendas da conservação e da produção são apartadas. Nossa proposta é que sejam comuns". A bióloga diz o que já é sabido há anos no país, mas não se concretiza: "Temos que parar de ver a biodiversidade como um entrave do desenvolvimento. É ao contrário. Essa é a nossa grande riqueza, para diferentes setores de produção e, especialmente, para a agricultura."

O sumário do relatório foi produzido pela Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (Bpbes, na sigla em inglês), iniciativa lançada em 2017 e que reune 120 professores universitários, pesquisadores, gestores ambientais e detentores de conhecimentos tradicionais.

O sumário indica o que há nos seis capítulos do relatório: o primeiro é sobre benefícios propiciados pela natureza, o segundo cita a trajetória do uso da terra. O terceiro mostra os cenários futuros e o quarto, soluções práticas de manejo da agricultura e dos recursos naturais. O quinto discorre sobre oportunidades com maior inclusão social e agregação de renda. O último é o da governança, onde se consolidaram os principais exemplos exitosos de conciliação dos da conservação e da agropecuária, e as exigências internacionais.

"Temos que olhar para uma paisagem rural multifuncional. Isso significa uma paisagem que possa prover mais do que alimentos, mas todos os serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar humano como água limpa, solo fértil, regulação climática e polinização", diz a bióloga.

Curta

Dívida de Minas

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu até o dia 1º de agosto o pagamento da dívida de Minas Gerais com a União, estimada em R$ 165 milhões. A decisão ocorreu na noite de terça-feira (16). O prazo da suspensão da dívida mineira se encerraria no dia 20 de julho e o estado pediu à Corte novo adiamento. Segundo informações do governo de Minas Gerais, caso o Estado retorne os pagamentos serão R$ 8 bilhões em 2024 e R$ 22 bilhões, em 2025.

INÊS 249

Um dia de teste para o juízo fiscal do governo

Fernando Exman

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) subiu à tribuna no dia 11 de abril de 2000 reclamando da dispersão no plenário. Cobrava atenção, inclusive da imprensa, para a matéria que seria aprovada em instantes após longos debates e poderia ser fundamental para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Seu corpo franzino enganava aqueles que não conheciam a postura combativa que marcou o seu mandato. Exibia sempre o semblante fechado.

Em 2003, ele renunciou de forma ruidosa a uma vaga no Conselho de Ética do Senado por discordar dos encaminhamentos do colegiado. Em outros momentos da carreira, defendeu o afastamento da cúpula do próprio partido depois de denúncias de malfeitos. Antes de morrer, em 2008, discursou afirmando que não tinha medo da cobiça internacional em relação à Amazônia, mas sim da ganância nacional. Na sua opinião, esta envolvia ações de pecuaristas e madeireiros na região. Foi o seu último pronunciamento na Casa.

Mas naquela terça-feira, anos antes, Péres discursava na tentativa de abrir caminho para a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Relator da matéria, o pedetista enfrentava as duras críticas do PT ao projeto em pauta.

Eram dias conturbados. O meio político, e os jornalistas, só comentavam o brutal embate verbal que ocorrera na semana anterior entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e seu arqui-inimigo Jader Barbalho (PMDB-PA). A troca de acusações, episódio classificado depois por Barbalho como um "striptease moral", também gerava forte instabilidade na base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso.

Jefferson Péres apelou. Iniciou o discurso citando o texto de um senador de outra época, Rui Barbosa, que em 1890 apontava que faltava ao recém-criado governo republicano "coroar a sua obra com a mais importante providência que uma sociedade política bem constituída pode exigir de seus representantes": a necessidade de tornar o Orçamento uma instituição inviolável e soberana, em sua missão de prover as necessidades públicas mediante o menor sacrifício dos contribuintes e escudada contra todos "que ousem perturbar-lhe o curso traçado".

"Nenhuma instituição é mais relevante, para o movimento regular do mecanismo administrativo e político de um povo, do que a Lei Orçamentária", disse Péres, ainda citando Rui Barbosa, para então prosseguir com as próprias palavras.

Para ele, o Congresso estava aprovando a lei defendida pelo intelectual baiano com 110 anos de atraso. "É por isso, senhor presidente, para que o Brasil deixe de ser um hospício financeiro, para que a gestão fiscal deixe de ser uma zorra, que tomei a decisão política, desde o início, de rejeitar todas as emendas, independentemente de serem meritórias ou não, a fim de que este projeto não retorne à Câmara, porque é preciso que ele entre em vigor imediatamente", destacou o senador do Amazonas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal seria sancionada poucos dias depois. De lá para cá, tornou-se um dos pilares da gestão orçamentária. E não seria exagero dizer que ela será colocada à prova novamente nos próximos dias: mais especificamente, na segunda-feira (22), quando o governo apresentará mais um relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas.

A LRF determina a divulgação desse documento. O Poder Executivo precisa fazê-lo com o objetivo de garantir o acompanhamento do cumprimento da meta fiscal fixada para cada ano. Por meio do relatório, o governo também define eventuais contingenciamentos de despesas do Orçamento Geral da União, quando a receita projetada não viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas.

Justamente por isso que a segunda-feira (22) será um dia crucial. O relatório deixará evidente se o governo está realmente comprometido com o cumprimento do novo arcabouço fiscal.

Nas últimas semanas, o governo teve a chance de comprovar os efeitos positivos de reduzir os ruídos em relação à política econômica. A cotação do dólar caiu após a reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a equipe econômica realizada no dia 3 de julho, convocada justamente para demonstrar o engajamento do governo em direção à meta fiscal de déficit primário zero. Na ocasião, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, concedeu entrevista coletiva no Palácio do Planalto assegurando que o arcabouço fiscal seria cumprido por determinação do presidente.

Hoje, avalia-se na área econômica que foi bom o Banco Central (BC) não intervir no câmbio em meio às turbulências daqueles dias. A medida poderia turvar o entendimento, dentro e fora do Executivo, do impacto positivo no mercado do anúncio de que R$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias seriam cortadas do Orçamento de 2025.

Deve-se considerar a reunião de 3 de julho de Lula com seus auxiliares mais próximos um ponto de inflexão, um dia em que Lula deu respaldo público à equipe econômica para perseguir as metas fiscais e o arcabouço. Mas a divulgação de eventuais cortes no Orçamento deste ano pode reforçar ou fragilizar essa visão.

Segundo o **Valor** revelou, a equipe econômica já estimou que um eventual bloqueio mais contingenciamento de gastos deveria chegar a R$ 10 bilhões. Esse seria o número necessário para que o arcabouço fiscal seja cumprido, a despeito da insatisfação da ala política do governo e dirigentes do PT. O mercado diz que é mais, e o número final precisará da chancela de Lula. A cifra dirá, segundo as palavras de Jefferson Péres, se a gestão fiscal atual pode ser considerada uma "zorra" ou não.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Poderes Ministro diz que lei é do governo, depois de declarações de Lula de que precisa ser convencido sobre a necessidade de cortar

Haddad volta a reforçar o compromisso com meta fiscal

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Jéssica Sant'Ana e Gabriela Pereira
De Brasília

Após declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) questionando a necessidade de o governo contingenciar o Orçamento para cumprir a meta fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou o compromisso do governo em fazer o necessário para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal. Haddad também confirmou que "possivelmente" o governo anunciará contingenciamento ou bloqueio de recursos na semana que vem para cumprir as regras fiscais.

Mais cedo, Lula afirmou que "não é obrigado a estabelecer uma meta [fiscal] e cumpri-la", caso haja "coisas mais importantes para fazer". Em entrevista à TV Record, ele também disse que ainda precisa ser convencido "sobre a necessidade ou não de cortar", ao ser questionado sobre a possibilidade de contingenciar R$ 20 bilhões do Orçamento para cumprir o arcabouço fiscal, como calculam economistas.

"É apenas uma questão de visão. Você não é obrigado a estabelecer uma meta e cumpri-la se você tiver coisas mais importantes para fazer. Esse país é muito grande, esse país é muito poderoso. O que é pequeno é a cabeça dos dirigentes desse país e a cabeça de alguns especuladores", afirmou Lula, em declaração transcrita pelo site R7.

Na mesma entrevista, Lula afirmou, no entanto, que o governo vai "fazer o que for necessário para cumprir o arcabouço fiscal. Na avaliação de Haddad, o trecho em que Lula questiona a necessidade de contingenciamento foi descontextualizado.

"A lei [do arcabouço fiscal] é deste governo. Ele [Lula] falou: 'Vou fazer o possível para cumprir com o arcabouço fiscal porque não estou aqui chegando agora, não cheguei agora na presidência, eu já tenho dois governos entregues e aprendi a administrar as contas da minha casa e do país com a mesma seriedade e com a mesma tranquilidade", disse o ministro, fazendo referência às falas do presidente.

O governo divulgará, na próxima segunda-feira, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. No documento, há a expectativa de que a equipe econômica anuncie algum tipo de restrição à liberação de recursos do Orçamento, seja por meio de um bloqueio (para adequar as contas ao limite de gastos), ou por contingenciamento (para garantir o cumprimento da meta fiscal).

Questionado sobre essa possibilidade, Haddad afirmou que "possivelmente" um dos instrumentos será adotado. "Tanto bloqueio, que se alguma despesa superar os 2,5% [de limite de crescimento real], e contingenciamento, no caso de receita [frustrada]", explicou o ministro.

Segundo Haddad, haverá reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) neste semana e, depois, os dados serão apresentados ao presidente e divulgados no relatório.

Sobre 2025, o ministro observou que, se tudo correr como está previsto, o governo apresentará em 31 de agosto uma proposta orçamentária para 2025 "muito confortável", "seguramente a melhor dos últimos 10 anos". Ele acrescentou que o detalhamento do corte de R$ 25,9 bilhões anunciado para equilibrar as contas no ano que vem está pronto e deve ser anunciado em poucos dias.

As declarações de Lula sobre o quadro fiscal foram dadas duas semanas após o governo reafirmar o compromisso com o ajuste fiscal. No início do mês, o presidente disse que "responsabilidade fiscal é compromisso", revertendo uma escalada de tensão no mercado financeiro após falas em que questionou a necessidade de corte de gastos.

Nas declarações de terça-feira, o presidente voltou a reforçar essa linha de argumentação, mas ponderou que tem uma "divergência histórica" com a visão de mercado sobre o que é "gasto". Lula costuma afirmar que gasto é diferente de investimento, embora os dois tipos de despesas pressionem o Orçamento da mesma forma. "Você sabe que eu tenho uma divergência histórica e uma divergência de conceito com o pessoal do mercado. É que nem tudo o que eles tratam como gasto eu trato como gasto", disse o presidente.

RICARDO STUCKERT/PR

Lula: "Vamos fazer o que for necessário para cumprir o arcabouço fiscal"

Ver também página A3

Desoneração da folha é prorrogada até 11/9

Flávia Maia, Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, prorrogou até o dia 11 de setembro a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. O prazo de 60 dias concedido por Cristiano Zanin, relator da ação, para que governo e Congresso apresentassem a forma de compensação da desoneração venceria na sexta-feira (19).

Em abril, o ministro Cristiano Zanin, do STF, chegou a suspender, de forma liminar, os efeitos da desoneração, o que restabeleceria imediatamente a cobrança sobre os setores afetados. Dias depois, no entanto, o magistrado concedeu nova liminar, dessa vez dando 60 dias para a construção de um entendimento sobre as fontes de compensação da medida — decisão que foi confirmada pelo colegiado da Corte. Foi esse o prazo prorrogado ontem por Fachin.

O magistrado atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União e do Senado que pediram o alargamento do prazo para que tenha tempo hábil para que o Congresso finalize a deliberação legislativa sobre o tema. AGU e Senado afirmaram que há disposição do Legislativo e Executivo na construção de um acordo de compensação, porém, por conta do recesso, eles não conseguiram costurar a melhor forma de compensação da desoneração em tempo hábil.

No pedido, os órgãos destacaram o Senado tem conduzido as negociações para o avanço da proposta, mas ainda não houve acordo.

De acordo com Fachin, o retorno do pagamento de forma abrupta pode gerar impacto sobre a economia nacional. "Igualmente justifica a concessão da presente medida liminar o diálogo institucional em curso e razões de segurança jurídica, pois a retomada abrupta dos efeitos ora suspensos pode gerar relevante impacto sobre diversos setores da economia nacional", escreveu.

Pouco antes de o pedido ser protocolado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu o adiamento da discussão. Em pronunciamento no plenário, Pacheco criticou a proposta do Ministério da Fazenda de colocar no projeto de lei um gatilho para o aumento de um ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) como forma de cobrir a medida. Essa foi a segunda proposta apresentada pelo governo, que antes havia proposto restringir as compensações de PIS/Cofins, o que foi rejeitado por parlamentares e pelo setor produtivo.

"É no mínimo constrangedor imaginar um projeto de desoneração de folha de pagamento, que visa reduzir e diminuir a incidência tributária sobre uma pessoa jurídica para estimular a geração de emprego, ser compensada na outra conta para aquela mesma empresa com aumento de impostos", acrescentou Pacheco.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes.

É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

Pimenta deve retomar Secom depois do 1º turno

Andrea Jubé e Fernando Exman
De Brasília

A Secretaria Extraordinária para reconstrução do Rio Grande do Sul, instituída para coordenar as ações do governo federal na recuperação do Estado devastado pelos temporais e enchentes, deve ser extinta no fim de setembro, quando caducar a medida provisória (MP) de criação do órgão. Dessa forma, o ministro Paulo Pimenta, titular da pasta, deverá reassumir suas funções na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em outubro, logo após o primeiro turno das eleições municipais.

A previsão inicial era de que o ministério extraordinário funcionasse até fevereiro de 2025, ou seja, dois meses após expirar o decreto legislativo que reconheceu o estado de calamidade pública no Estado, válido até 31 de dezembro. Contudo, a avaliação no governo e entre lideranças da base no Congresso é de que o órgão já cumpriu sua função política, e é de interesse do ministro retornar ao Palácio do Planalto como chefe da Secom.

Publicada em maio, a medida provisória teve a vigência prorrogada por mais 60 dias no dia 9 de julho. Com isso, perderá a validade em 25 de setembro se não for apreciada até essa data.

Mas, segundo fontes do Congresso, essa votação não deverá ocorrer porque a proposta não consta da lista de matérias a serem apreciadas nas três semanas de esforço concentrado entre agosto e setembro. Por isso, a tendência é a MP caducar, com a convalidação dos atos praticados pelo ministro e demais servidores nesse período.

Um interlocutor de Pimenta disse ao **Valor**, em caráter reservado, que não vê transtorno na perda de validade da MP e na extinção do órgão antes de fevereiro. Segundo essa fonte, o próprio Pimenta sempre trabalhou com o prazo de outubro para retornar à Secom, porque as ações do governo federal já foram encaminhadas no Estado e o quadro de calamidade foi controlado.

Quando reassumir a Secom, Pimenta deverá se dedicar a tentar reverter decisão cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu a licitação de mais de R$ 197 milhões para contratação de empresas para planejar, desenvolver e implementar soluções de comunicação digital para o governo.

Um dos principais projetos de sua gestão na pasta, a licitação foi suspensa por ato do TCU no dia 10 de julho por suspeita de irregularidades. Em nota, Pimenta afirmou que as denúncias apresentadas ao tribunal contra o certame foram movidas "por interesses políticos e econômicos".

Pimenta assumiu o ministério extraordinário em meados de maio, em meio a críticas de aliados do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), de que a nomeação do auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria caráter político. No governo e no PT, o nome de Pimenta desponta como pré-candidato ao governo gaúcho em 2026.

Quando veio a público a nomeação de Pimenta para a pasta, o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, disse que a escolha "causou estranheza" porque a criação da pasta não havia sido discutida previamente com Leite.

Em contrapartida, o governador contemporizou a nomeação do conterrâneo para a função. Durante participação no programa "Roda Viva", da TV Cultura, Leite disse que não via o fato como "interferência" do governo federal no Estado. Ponderou que Pimenta poderia ser uma "voz a mais" para reforçar o pleito junto ao Ministério da Fazenda de anistia da dívida gaúcha com a União.

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo governo federal de socorro aos gaúchos foi o pacote de R$ 23 bilhões relativo à dívida do Estado com a União. Esse valor contempla a suspensão do pagamento por 36 meses e a isenção de juros sobre o estoque da dívida nesse período.

Até o momento, segundo dados oficiais, o governo repassou R$ 93,7 bilhões em recursos à população gaúcha. O montante inclui cerca de R$ 1,2 bilhão em vouchers de R$ 5,1 mil para cerca de 200 mil pessoas que perderam móveis e eletrodomésticos nas enchentes; e mais R$ 113,4 milhões referentes à primeira parcela do auxílio de R$ 1,4 mil para os trabalhadores gaúchos.

Eleições Entorno de Bolsonaro levantou possibilidade de suspender campanha por causa de áudio

Candidatura de Ramagem ao Rio é mantida

Camila Zarur
Do Rio

Após abalo causado pela operação da Polícia Federal sobre as suspeitas de monitoramento ilegal feito pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a campanha do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor do órgão, segue agora como “vida normal”. É o que diz um dos estrategistas do pré-candidato ouvido pelo **Valor**. O clima de normalidade, afirma, deu-se depois de se tornar pública a gravação feita pelo parlamentar de uma conversa que teve com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2020. A tensão entre os dois também se apaziguou após Ramagem procurar o ex-mandatário para se explicar sobre o áudio.

Segundo interlocutores, a confiança de Bolsonaro no deputado ficou estremecida com a notícia de que a PF tinha em mãos uma gravação feita contra o ex-presidente pelo próprio aliado. O caso veio à tona na quinta-feira (11), quando a Polícia Federal realizou uma nova fase da operação que investiga a chamada “Abin paralela”.

A gravação, de agosto de 2020, é de uma reunião em que também participaram o então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach, que na época representavam o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Na conversa, é discutida a investigação contra Flávio no caso das “rachadinhas”.

O ex-presidente ficou revoltado com a ideia de que poderia ter sido alvo de uma arapongagem de Ramagem, alguém que via, até então, como parte de seu núcleo mais confiável. Nas palavras de uma fonte ligada à campanha de Ramagem, houve “destempero imediato” de Bolsonaro pela suspeita de que havia sido traído. Por causa disso, no seu entorno, chegou a ser levantada a possibilidade de retirar a candidatura do ex-chefe da Abin.

A reação de Bolsonaro, contudo, foi sanada após conversas com o deputado. Ramagem ligou para o ex-presidente na sexta-feira (12), afirmam fontes próximas. Na ligação, o parlamentar teria “lembrado” ao ex-mandatário que a gravação havia sido feita com o aval dele (Bolsonaro). Como se passaram quatro anos desde que o áudio foi feito, Ramagem teria dito a Bolsonaro que era provável ter se esquecido da gravação.

> Mal-estar de Bolsonaro com Ramagem foi sanado após ligação do deputado

Os dois encontraram-se no sábado (13) e gravaram um vídeo que deve ser divulgado nesta quarta-feira nas redes sociais do ex-presidente. A ideia é mostrar que Bolsonaro e Ramagem continuam unidos e convocar para as agendas marcadas para quinta e sexta-feira, no Rio. Além disso, para reforçar a ideia de que a candidatura do deputado federal continua de pé, o PL também vai anunciar hoje a data para convenção que o oficializará como candidato ao Executivo carioca: 22 de julho, segunda-feira. O dia escolhido faz uma analogia ao número do PL nas urnas, o 22.

De acordo com integrantes do PL, a possibilidade de retirar a candidatura de Ramagem foi apenas ventilada, mas não discutida. A postura adotada era de cautela até o conteúdo da gravação se tornar público. O entendimento do entorno do ex-presidente é que o áudio não mostra “nada demais” em relação a Bolsonaro e ao pré-candidato — ainda que o ex-presidente apareça sugerindo procurar os chefes da Receita Federal e do (Serviço Federal de Processamento de Dados) Serpro à época.

Na avaliação de correligionários, derrubar a candidatura de Ramagem poderia dar força à Polícia Federal e enfraqueceria a narrativa de “perseguição” que está sendo adotada pelo ex-presidente e seu entorno. Agora, a estratégia é de reforçar que o áudio não é comprometedor e que foi um caso, nas palavras de Flávio Bolsonaro, “da montanha parir um rato” — isto é, de um ação que prometia ser bombástica, mas entregou pouco. “Mais uma vez a bala de prata era de festim. Nunca existiu nada do que tentam insinuar. Os áudios são claros”, disse o senador ao compartilhar um vídeo com as falas do pai na gravação.

Há ainda, no entanto, um receio entre os integrantes da campanha de Ramagem de que pode haver novas operações sobre a Abin ao longo da disputa eleitoral. Hoje, o deputado federal vai ser ouvido no inquérito, na sede da Polícia Federal do Rio.

Datena não garante que irá ‘até o fim’

Cristiane Agostine
De São Paulo

O apresentador José Luiz Datena (PSDB) manteve as dúvidas se realmente disputará a Prefeitura de São Paulo neste ano ao dizer na terça-feira (16) que será candidato “desde que ninguém encha o saco” e que continuará na expectativa do “ser ou não ser” postulante. Em sabatina do UOL e da “Folha de S.Paulo”, Datena criticou o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e defendeu a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O apresentador fez duras críticas também aos atos de 8 de janeiro de 2023, contra a democracia, que foram minimizados pelo prefeito de São Paulo, que é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Filiado ao PSDB desde abril — seu 11º partido — e depois de desistir cinco vezes de disputar as eleições, Datena afirmou que pretende ir até o fim desta vez, mas não cravou que será candidato. O apresentador afirmou que no passado desistiu de concorrer porque foi “sacaneado no meio do caminho”.

“A minha desconfiança com político é total. Até que eu faça parte do meio político e passe a ter confiança nos políticos de uma forma geral, eu vou continuar na expectativa do ser ou não ser [candidato], eis a questão. Se alguém me sacanear de hoje até o dia da eleição, vai ficar no meio do caminho também”, afirmou Datena.

Questionado se sua candidatura não está garantida, desconversou novamente. “Eu posso morrer amanhã. A minha intenção desta vez é ir até o fim desde que alguém não me encha o saco.” Datena disse que existe a perspectiva de ser sacaneado dentro do PSDB.

O pré-candidato tucano evitou dizer se é progressista ou conservador — “sou institucionalista” — e afirmou que nos extremos “não tem nada bom”. Na sequência, criticou Nunes. “Esse prefeito de São Paulo não entende nada de política”. “Aliás a Prefeitura de São Paulo caiu no colo dele”, afirmou, criticando o prefeito por “arrasar” a cidade. “[Injustiça] é ter um prefeito tão ruim como ele”, disse Datena.

Eleito como vice de Bruno Covas (PSDB) em 2020, Nunes assumiu o cargo em maio de 2021, com a morte do então prefeito. Na campanha de 2020, Covas convidou Datena para ser vice, mas a negociação não prosperou.

Questionado sobre qual gestão considera melhor, a de Lula ou do ex-presidente Bolsonaro, Datena defendeu o atual presidente. “Claro que foi o Lula. Não foi eleito três vezes à toa. É óbvio que foi o Lula, o melhor governo foi o Lula.”

Sobre a tentativa de golpe com os atos de 8 de janeiro de 2023, o apresentador afirmou que foi uma ação “clara, absurda e desproporcional” contra a democracia. “Aquilo foi uma tentativa de golpe explícita, completamente explícita. Isso é inegável. Quem nega essa tentativa de golpe quer negar a história brasileira. É um absurdo quem nega isso, não tem cabimento”, disse, em crítica indireta a Nunes, que negou que tenha havido uma tentativa de golpe no país.

Datena evitou criticar o pré-candidato do Psol, Guilherme Boulos, com quem chegou a conversar sobre uma eventual chapa para disputar estas eleições. Elogiou ainda a pré-candidata do PSB, Tabata Amaral, e disse que migrou do PSB para o PSDB por insistência da parlamentar. Negou que tenha “traído” Tabata, ao lançar sua pré-candidatura e não compor chapa com ela. “Se o PSDB a traiu, é problema do PSDB”, disse.

Ao falar sobre a atual gestão, criticou medidas como o cercamento de praças na região central de São Paulo, para evitar a concentração de dependentes químicos. “Esta administração é um horror. Esse cara é o pior prefeito que já teve. Não tem ninguém pior. Ele relegou o centro ao quinto plano para depois ter ideia fascista de prender as pessoas em guetos.”

O apresentador criticou também a implementação da tarifa zero nos ônibus aos domingos e afirmou que o subsídio pago pela prefeitura às empresas de transporte tem financiado o crime organizado na cidade. Em 2023, a Prefeitura de São Paulo pagou R$ 5,3 bilhões em subsídio. Neste ano, o montante pode chegar a R$ 7 bilhões.

REPRODUÇÃO UOL

Datena: “Esse cara [Ricardo Nunes] é o pior prefeito que a cidade já teve”

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	0,21	0,46	2,48	4,62	4,23	6.941,51	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	0,25	0,46	2,68	3,71	3,70	7.141,00	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jul/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**
Discriminação	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noninimais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

COP 29 retomará impasse sobre financiamento climático

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A COP 29, conferência do clima das Nações Unidas que começa dia 11 de novembro em Baku, capital do Azerbaijão, verá emergir um antigo conflito: a oposição entre os países do Norte e Sul sobre quem paga a conta da crise climática e qual será a cifra.

A principal meta de Baku é que os países cheguem a um acordo sobre o Novo Objetivo Quantitativo Global de financiamento climático, NCQD na sigla em inglês.

Trata-se de definir a nova cifra que irá substituir o compromisso de US$ 100 bilhões anuais, de 2020 a 2025, prometidos em 2009 pelos países ricos, de financiar o mundo em desenvolvimento em clima. Segundo dados de relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, os países desenvolvidos finalmente teriam cumprido a meta anual em 2022, dois anos depois do prazo inicialmente estabelecido.

Em novembro, em Baku, delegações de quase 200 países devem definir o novo número —que, já se sabe, diante da emergência climática, tem que ser de trilhões—, além das fontes, o fluxo, quem contribui e a natureza dos recursos (públicos, privados ou mistos).

O Brasil está em sintonia com os países do G 77, grupo de 133 nações em desenvolvimento mais a China, e que representam dois terços das delegações. "É um grupo importante e que está coeso nessa discussão", diz um negociador do G 77. "Os países do G 77 querem que seja um valor realista. E que os desenvolvidos é que irão colocar no sistema. Queremos que o foco seja dinheiro público", continua.

A outra parte, liderada pelos países do G 7 (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão) não concorda. "Defendem um conceito de layers, de cebola", diz o negociador. "Querem uma pequena parte de financiamento público e todas as outras fontes", diz. Os países ricos querem que o leque de financiadores seja mais amplo e as fontes, diversificadas, com recursos privados, filantropia e bancos de desenvolvimento.

A defesa do G 77 se baseia no artigo 9 do anexo do Acordo de Paris, que trata dos recursos financeiros. "Países desenvolvidos devem fornecer recursos financeiros para auxiliar os países em desenvolvimento", diz. No artigo 9.3 abre-se o leque dizendo que desenvolvidos "devem continuar assumindo a liderança na mobilização de financiamento climático a partir de uma ampla variedade de fontes".

"O regime climático tem três pilares: mitigação, adaptação e meios de implementação, com recursos financeiros e transferência de tecnologia", diz ele. "Meios de implementação é a perna que ficou para trás. O volume de recursos não faz diferença nas emissões, que continuam subindo; transferência de tecnologia nunca houve e capacitação é mínima", segue.

Entre as demandas dos países em desenvolvimento está maior facilidade de acesso aos recursos, antiga reclamação dos países pequenos. Também pedem que, no caso dos países de menor desenvolvimento relativo, os recursos sejam doações e não empréstimos.

Há outro ponto crucial e curioso na discussão. "Queremos alguma definição do que seja financiamento climático porque atualmente tudo entra nessa rubrica", explica. "Há evidências que até treinamento militar entra como financiamento climático. Ou campos de refugiados", diz.

Na última reunião, em Bonn, na Alemanha, o texto que trata de financiamento foi reduzido de 63 páginas para 25. Há cifras citadas — de US$ 1,2 trilhão, por exemplo. O cronograma prevê outros encontros antes do início da COP 29 que se inicia seis dias depois do resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Eleições americanas Líderes europeus temem que chapa Trump-Vance decrete fim da Otan ou do auxílio à Ucrânia

Escolha de JD Vance para vice nos EUA eleva os temores da Europa

Felicia Schwartz, Henry Foy e John Paul Rathbone
Financial Times,
de Aspen, Bruxelas e Londres

PAUL SANCYA

O candidato presidencial republicano, o ex-presidente Donald Trump, ao lado de seu companheiro de chapa JD Vance

A escolha por Donald Trump do arqui-isolacionista JD Vance como seu colega de chapa consolidou os temores da Europa de que um segundo mandato de Trump possa reduzir drasticamente os laços de segurança transatlânticos, aumentar as tarifas e interromper um apoio fundamental dos EUA para a Ucrânia.

Vance, 39, já classificou as garantias de segurança dos EUA como uma muleta que permitiu à Europa "ignorar sua própria segurança" e disse que a ajuda americana à Ucrânia não é necessária.

A escolha de Trump intensifica temores dos aliados dos EUA de que ele lidere um governo protecionista que levará em conta a "América em primeiro lugar", com implicações para a defesa e segurança econômica da Europa.

"Se eleito e seguir com a política preferida de Vance, ele poderá anunciar a extinção da Otan, ou ao menos a liderança dos EUA sobre ela", diz Rob Johnson, que recentemente deixou o cargo de diretor da unidade do Ministério da Defesa do Reino Unido encarregada de avaliar o poderio militar do país.

"Esse seria o sinal para a Rússia realçar seu poder ao longo de mais de uma década com a China e aplicar mais coerção contra a Otan", acrescentou. "Estamos entrando em um período muito sombrio."

A liderança de Trump nas pesquisas antes das eleições de novembro e o desastroso desempenho do presidente Joe Biden no primeiro debate presidencial na TV já deixaram as capitais europeias temerosas com um retorno do republicano à Casa Branca.

Em reação à indicação de Vance como vice-presidente na chapa de Trump, Guy Verhofstadt, um membro do Parlamento Europeu e ex-primeiro-ministro da Bélgica, postou no X que "haverá mais estouros de champanhe no Kremlin".

Ele acrescentou: "A Europa e o Reino Unido já estão se preparando, ou ainda estão se remexendo nas espreguiçadeiras do Titanic"?

Em outro sinal de possíveis tensões transatlânticas, Vance sugeriu em um discurso na semana passada que o Reino Unido sob um novo governo trabalhista poderá se tornar um "país islâmico".

Referindo-se a uma discussão sobre qual será o "primeiro país verdadeiramente islâmico a obter uma arma nuclear", ele mencionou o Paquistão e o Irã, e então acrescentou: "Talvez na verdade seja o Reino Unido, uma vez que o Partido Trabalhista acaba de assumir o poder".

Trump disse este ano que Londres se tornou "irreconhecível" porque "abriu suas portas para a jihad", referindo-se aos protestos pró-Palestina. Cerca de 6,5% da população britânica é muçulmana.

A vice-primeira-ministra britânica, Angela Rayner, disse na terça-feira não reconhecer a caracterização feita por Vance do Reino Unido sob o novo governo trabalhista, acrescentando que o país está "interessado em trabalhar com os nossos aliados internacionais".

Em uma entrevista concedida no ano passado, o premiê da Alemanha Olaf Scholz elogiou o livro de memórias de Vance "Hillbilly Elegy", dizendo que ele o levou às lágrimas. Mas acrescentou ser "trágico" que um autodeclarado adversário conservador de Trump, que analisa tão incisivamente as injustiças da sociedade americana, tenha se "transformado em um defensor ferrenho desse populista de direita, só para ganhar seu apoio e ele mesmo se tornar senador".

Mais informações na pág. A16

FMI mantém previsão de aumento de 3,2% no PIB global neste ano

Luiza Palermo e Pedro Borg
De São Paulo

PIB Global
Anual, em %

	2023	2024*	2025*
Mundo	**3,3**	**3,2**	**3,3**
Economias avançadas	1,7	1,7	1,8
EUA	2,5	2,6	1,9
Zona do euro	**0,5**	**0,9**	**1,5**
Alemanha	-0,2	0,2	1,3
França	1,1	0,9	1,3
China	**5,2**	**5**	**4,5**
Índia	8,2	7	6,5
América Latina e Caribe	**2,3**	**1,9**	**2,7**
Brasil	**2,9**	**2,1**	**2,4**
Argentina	-1,6	-3,5	5,0

Fonte: Panorama Econômico Mundial/FMI. * Projeções

O Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve ontem suas projeções de crescimento global para este ano em 3,2%, mas alertou para um aumento dos riscos de alta para inflação e mudanças nos fluxos comerciais, impulsionados por medidas protecionistas unilaterais adotadas pelas principais economias mundiais, que poderão impactar negativamente a atividade econômica global.

"O aumento das medidas unilaterais [no comércio] vai afetar a prosperidade local, o comércio e a alocação de ativos pelo mundo, além de aumentar ações de retaliação de países impactados com as medidas e influenciar o avanço de políticas globais, como a transição verde", disse o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, em entrevista coletiva para apresentar a revisão do "World Economic Outlook" (WEO) de abril.

"O comércio internacional não é jogo de soma zero, ele deve ser usado respeitando o multilateralismo e corrigindo distorções", disse.

Nesse contexto, o Fundo projetou que a inflação global se desacelerará para 5,9% este ano, ante 6,7% no ano passado, assim como a projeção de abril, mas incluiu riscos de inflações ascendentes, que decorrem da falta de progresso na desinflação dos serviços e das pressões de preços provenientes de tensões comerciais ou geopolíticas renovadas.

Para o FMI, a escalada das tensões comerciais poderia aumentar ainda mais os riscos de curto prazo para a inflação, aumentando o custo de bens importados ao longo da cadeia de suprimentos.

Nas últimas semanas, EUA e União Europeia (UE) implementaram novas taxas contra carros elétricos chineses, com os europeus também criando um "imposto das blusinhas" para produtos baratos. Em resposta, a China entrou com representação na Organização Mundial do Comércio (OMC) para questionar subsídios americanos e está em conversas com a UE para reduzir a tensão entre as partes após as novas taxas.

Enquanto o Fundo elevou o crescimento global ligeiramente para 3,3% em 2025, o documento mostrou que o crescimento das principais economias avançadas também está se alinhando, mais do que no relatório de abril.

Os EUA, por exemplo, mostram sinais crescentes de desaceleração, especialmente no mercado de trabalho, após um forte desempenho em 2023. O crescimento projetado para o país foi revisado para baixo para 2,6% em 2024, 0,1 ponto percentual menor do que o projetado em abril, e para 1,9% em 2025.

A zona do euro está posicionada para uma recuperação. Espera-se um crescimento de 0,9% em 2024, uma revisão para cima de 0,1 ponto percentual, e de 1,5% para 2025.

Já as economias de mercados emergentes da Ásia continuam sendo o principal motor da economia global, segundo o FMI. O crescimento da China anualizado deste ano aumentou para 5%, graças à recuperação no consumo e das exportações no primeiro trimestre.

Segundo Gourinchas, a previsão do FMI para a China não foi afetada pelo fraco resultado do PIB do segundo trimestre, que mostrou que o país desacelerou para 4,7% em relação ao ano anterior.

Em relação aos países da América Latina, o Fundo manteve quase estáveis as projeções para o Brasil (leia abaixo) e piorou as da Argentina em 2024, estimando uma queda de 3,5%, enquanto a recessão se aprofunda este ano. O valor representa queda de 0,7 ponto percentual desde o relatório anterior.

Nesse contexto, o FMI ressalta que os formuladores de políticas enfrentam a tarefa de persistir na restauração da estabilidade de preços e lidar com os legados das crises recentes. "Diferenças marcantes nas tendências de produtividade entre países desde a pandemia sugerem que nem todos os fatores são cíclicos e que ação política decisiva é necessária para ampliar dinamismo empresarial e reduzir má alocação de recursos".

Senador de Ohio é a nova geração do trumpismo

Análise

Edward Luce
Financial Times

Se havia alguma dúvida de que Donald Trump mergulharia de cabeça no "EUA em 1º lugar", ele as dissipou na segunda-feira com sua escolha para vice-presidente. JD Vance é o líder de torcida trumpista de maior visibilidade entre os republicanos de alto escalão.

Trump poderia ter optado por conter sua aversão a Nikki Haley e escolhido a ex-governadora da Carolina do Sul, a pré-candidata que mais o fez suar nas primárias republicanas. Haley é moderada quanto ao aborto. Selecioná-la, ou algum nome com posição parecida, teria sinalizado seu desejo de ampliar sua aceitação entre as republicanas suburbanas indecisas.

Vance, por outro lado, é um cristão conservador sem remorsos. Se Joe Biden puder encontrar um raio de luz na sombria tempestade que se aproxima, esse seria Vance. A vice-presidente de Biden, Kamala Harris, é uma ativista efetiva do direito das mulheres de escolher.

Optar por Vance é, portanto, sinal de que Trump está muito confiante. As escolhas para vice-presidência raramente têm um impacto discernível nas eleições. Mas sinalizam o que o candidato está pensando. Biden escolheu a jovem mestiça Harris em 2020 para equilibrar o fato de que ele era um homem branco idoso. Em contraste, Trump está tão confiante no apoio de seu partido que escolheu a coisa mais parecida a um "mini-Trump".

Haverá muito barulho quanto ao fato de que Vance costumava ser opositor de Trump. Em 2016, ele disse a um ex-colega de quarto da faculdade que Trump poderia ser o "Hitler americano". O trumpismo era "heroína cultural" para o mundo operário americano, disse Vance. Os democratas tentarão explorar o antigo desprezo de Vance pelo novo chefe.

É irônico que Vance tenha sido um dos primeiros a acusar Biden de ter incitado a tentativa de assassinato de Trump. Diferentemente de Vance, Biden nunca comparou Trump a Hitler. Não é difícil retratar Vance como um oportunista descarado que viu na reverência a Trump o único caminho a seguir no Partido Republicano dos dias de hoje. Também há os laços estreitos entre Vance e o dinheiro do Vale do Silício. Sua campanha para o Senado de Ohio em 2022 foi em grande medida financiada por Peter Thiel, o investidor de capital de risco da Costa Oeste e um dos primeiros apoiadores de Trump. A escolha de Vance foi recebida com entusiasmo por Elon Musk, que é amigo de Thiel e endossou Trump há dois dias, após o atentado contra o ex-presidente na Pensilvânia.

Seria negligente da campanha democrata não explorar a tensão entre as raízes operárias de Vance, que são genuínas, e seus patrocinadores plutocráticos.

Vance, porém, não é nenhum ingênuo. Independentemente de sua reviravolta em relação a Trump, ele é um exponente inteligente e vigoroso do trumpismo. Aos 39 anos, ele também pode afirmar ser o futuro do trumpismo. Nenhum senador republicano fez tanto para promover o Projeto 2025 organizado pela Heritage Foundation, que explica o trumpismo em grande detalhe. Vance preenche todos os requisitos. É um nacionalista cristão, crítico da globalização, tem profundo ceticismo quanto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) e acredita na existência do "Estado profundo", que ele quer desmantelar. Haley não se encaixa nesses critérios.

Sua ascensão pode acabar se revelando útil para Harris, se ela conseguir explorar o histórico dele de ter apoiado uma proibição nacional do aborto. Também é boa notícia para Vladimir Putin, da Rússia. Vance se opõe ao fornecimento de mais auxílio militar dos EUA à Ucrânia. Mas ele vai muito além disso. Ele é admirador declarado de Viktor Orbán, da Hungria, e um queridinho desse circuito transatlântico de extrema direita.

Ao escolher Vance, Trump está fazendo duas sinalizações. Primeira, ele espera vencer em novembro. Segunda, ele quer colocar em prática por completo a agenda Maga [acrônimo em inglês de um dos lemas de Trump, "Tornar os EUA Grandes de Novo"]. O foco dos democratas estará nas fraquezas e no oportunismo carreirista de Vance, como deveria estar. Mas eles também deveriam observar a patente sensação de confiança de Trump. Não está claro se ela é descabida.

Fundo revisa projeção de PIB do Brasil para baixo em 2024

De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo a projeção de crescimento do Brasil para 2024, refletindo o impacto imediato das inundações no sul do país, segundo a atualização divulgada ontem do relatório "World Economic Outlook" (WEO).

Segundo o Fundo, o PIB do país deve crescer 2,1% em 2024, uma queda de 0,1 ponto percentual em relação à projeção de abril. Essa nova projeção ficou em linha com o Boletim Focus desta semana e reflete o forte impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram quase toda a atividade econômica do Estado.

Mas a projeção de crescimento do Brasil para 2025 foi revisada para cima — para 2,4%, um aumento de 0,3 ponto percentual em relação à previsão de abril. Para o FMI, essa melhora reflete o esforço de reconstrução após as inundações e fatores estruturais favoráveis, como a aceleração na produção de hidrocarbonetos. *(LP)*

Valor ECONÔMICO

Para FMI, inflação poderá exigir juro alto ainda por muito tempo

A inflação continua pregando peças nos bancos centrais desenvolvidos e declinará bem mais lentamente do que se previa, adverte o Fundo Monetário Internacional (FMI), que atualizou ontem suas projeções para o crescimento da economia mundial. Ainda que os riscos para a economia estejam equilibrados, o lento processo de desinflação poderá levar os BCs a manter uma taxa de juros mais elevada por muito mais tempo do que se estima. Isso não significa que os juros não cairão, mas que a magnitude da redução poderá ser menor que a esperada. Esse é um fator negativo, ao lado dos déficits fiscais, que estão muito altos, e das investidas protecionistas de grande parte das economias, relacionadas à disputa entre Estados Unidos e China.

As previsões de crescimento quase não mudaram. A economia mundial crescerá 3,2% este ano e 3,3% em 2025 (0,1 ponto a mais que o estimado em abril), da mesma forma que o PIB dos países avançados (1,7% e 1,8% respectivamente) e dos emergentes (4,3% em ambos os anos). O Brasil avançará 2,1% em 2024, mas a expectativa de expansão subiu 0,3 ponto para o ano que vem, atingindo 2.4%. O ritmo atingirá 2,9% no último trimestre deste ano em relação ao último de 2023.

O FMI avaliou fatores que podem tornar a rota da economia mais acidentada daqui para a frente. A resistência da inflação é o mais importante deles. Se o Federal Reserve mantiver os juros mais elevados por muito tempo, o dólar será pressionado, colocando as políticas antinflacionárias e cambiais dos países emergentes sob estresse. "A boa notícia", escreve o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, "é que os choques sobre os índices cheios de inflação arrefeceram e a inflação diminuiu sem recessão". A notícia ruim, para ele, é que "a inflação de energia e alimentos retrocedeu quase ao nível observado antes da pandemia em muitos países, mas a inflação geral, não".

Há mais fatores de inquietação nessa equação. Segundo Gourinchas, após a pandemia, se olhados relativamente, os preços dos bens ficaram mais caros que o dos serviços, com o aumento da demanda e restrição na oferta. Agora, os preços dos serviços e o aumento dos salários dominam as pressões — as remunerações também voltaram ao nível de antes da covid-19 em muitos países. Se os preços dos bens não caírem mais, a inflação permanecerá mais alta que o desejado, segundo ele, mesmo que nenhum choque adicional ocorra nas economias. "Esse é um risco significativo para o cenário de pouso suave", adverte.

Além disso, o hiato do produto — a distância positiva ou negativa da economia ante seu crescimento potencial — está se fechando nos países desenvolvidos, um fator a mais para dificultar o relaxamento dos preços.

Um segundo risco importante para o FMI é que os déficits fiscais estão muito altos e as "consolidações esperadas são largamente insuficientes em muitos países". Um exemplo preocupante é o dos Estados Unidos, onde mesmo com pleno emprego a política fiscal segue expansionista, empurrando para cima a relação dívida/PIB e trazendo riscos para o país e para a economia global. Também não é um bom sinal a dependência do Tesouro americano do financiamento de curto prazo para a dívida.

Déficits altos encontram um mundo politicamente conturbado, uma conjunção potencialmente danosa. Há chances, segundo Gourinchas, de que guinadas na política econômica em decorrência de resultados eleitorais (que ele não especifica quais seriam) possam causar efeitos negativos para o resto do mundo e aumentem as incertezas sobre o cenário base com o qual o Fundo trabalha. O risco das eleições é que tragam maior frouxidão fiscal, afetando os juros de longo prazo e aumento do protecionismo.

O protecionismo é outro elemento importante política e economicamente. Gourinchas aponta que, com o "gradual desmantelamento do sistema multilateral de comércio" mais países agora impõem tarifas unilaterais ou políticas industriais próprias, com aceitação mais do que questionável pelas regras da Organização Mundial do Comércio. As consequências são distorção de alocação de recursos e comércio, retaliações por parte dos países atingidos, queda dos padrões de vida e muito mais dificuldades para coordenar o enfrentamento de desafios globais, como a transição climática.

A possibilidade de juros ainda altos por um bom tempo com valorização do dólar não é favorável ao Brasil nem aos emergentes. Juros americanos colocam um teto à queda dos juros domésticos no Brasil, enquanto que o dólar forte tem o mesmo efeito indireto, ao aumentar os preços dos bens comercializáveis e pressionar a inflação. Ainda assim, a economia poderá crescer a um ritmo moderado, com inflação relativamente controlada, o que dá um tempo precioso para que o governo abandone suas hesitações e tome as medidas necessárias, como cortes de gastos, para que consiga cumprir as metas fiscais que ele propôs em seu regime fiscal.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Expansão dessas fontes não deve seguir com montantes tão altos como nos últimos anos. Por **Altino Ventura Filho**

Impactos da geração eólica e solar no sistema elétrico brasileiro

A geração eólica e solar fotovoltaica pode continuar sendo acrescida ao Sistema Interligado Nacional (SIN), em elevados montantes, como nos últimos anos? Por serem renováveis, o Brasil pode adotar prioritariamente estas fontes intermitentes para atender seu mercado de energia elétrica?

A incorporação de montantes elevados de geração intermitente ao SIN dificilmente lhe proporcionará configuração e operação ótima, bem como confiabilidade. Dificuldades aumentarão, no tocante a: 1) segurança energética e elétrica do SIN; 2) aumento da geração a combustíveis fósseis; 3) déficits sistêmicos e custos para os consumidores; 4) operação das hidroelétricas e dos seus reservatórios restringida por outros usos dos recursos hídricos; 5) cumprimento dos compromissos contratuais de suprimento; 6) suprimento ao SIN da totalidade da energia garantida.

Eólicas e solares fotovoltaicas diferem das hidroelétricas e termoelétricas pela sua intermitência, disponibilidade e limitado controle da sua operação, particularmente do "despacho" da sua geração. A intermitência devida à variação dos ventos e da insolação é incontrolável. O Operador Nacional do Sistema (ONS) não controla o montante de geração das eólicas e/ou solares. Pode apenas ligá-las e/ou desligá-las para evitar excedentes de geração e equilibrá-la em relação à carga do SIN.

Quando um aumento da geração vem a ser requerido, eólicas e solares não poderão atendê-lo se os ventos e/ou a insolação forem desfavoráveis. O contrário, elevadas disponibilidades de geração dessas usinas podem deixar de ser aproveitadas, devido à dificuldade de sua alocação na curva de carga do sistema. É o que ocorre quando a geração instantânea mínima obrigatória do parque gerador é maior do que a demanda, naquele momento.

Isto acontece sobretudo nas madrugadas, nos feriados e fins de semana, principalmente nos cinco meses de cheias dos rios não regularizados da região Norte. Neste período, as hidroelétricas destes rios operam na base, com geração de toda a capacidade instalada, durante as 24 horas do dia, para obterem o máximo aproveitamento das elevadas vazões disponíveis, de modo a gerar toda a energia garantida que embasa seus contratos de fornecimento. Pode ser necessário reduzir a geração das eólicas e solares quando esta, somada à geração mínima obrigatória do restante do sistema gerador, for maior do que as demandas instantâneas da curva de carga.

Neste caso, o ONS provoca vertimento de energia turbinável nas hidroelétricas do Norte e/ou desligamentos de parte da geração do parque eólico/solar, com redução da produção de energia. Esta redução inviabiliza o suprimento de toda a energia garantida do sistema gerador, previamente considerada no planejamento e nos contratos de suprimento. Esta redução acarreta desequilíbrio no balanço energético setorial, resultando em elevação dos riscos anuais de déficit, com aumento das expectativas de geração térmica, e, portanto, custos adicionais para os consumidores e para o meio ambiente. Tais reduções de geração têm sido reportadas pelo ONS.

ADRIANO MACHADO/BLOOMBERG

A operação das usinas do SIN encontra-se em situação ineficiente e indesejável, tendo dois operadores distintos: 1) o ONS, com total ação sobre as usinas hidroelétricas e termoelétricas; 2) o outro, o "Operador Natureza" que, conforme a situação dos ventos e da insolação, estabelece a disponibilidade de geração eólica e solar. Assim, fica difícil (talvez mesmo impossível) otimizar a atuação conjunta desses dois operadores, para assegurar a oferta da energia garantida e minimizar o custo da produção de energia elétrica do SIN.

No final de 2023, a capacidade instalada das usinas eólicas, no Brasil, atingiu cerca de 26 GW, cerca de 13% do total do país, segundo o ONS. A capacidade de geração solar fotovoltaica alcançou então cerca de 32 GW, parte dos quais em geração distribuída, não passível de desligamento pelo ONS. Esses montantes tendem a aumentar, embora menos rapidamente, devido à sobre contratação das concessionárias que atendem os mercados regulados, que decorre da transferência de consumidores para o "mercado livre" e do aumento da geração distribuída.

A inclusão das fontes intermitentes no SIN se justifica, ambiental e economicamente, para montantes de capacidade instalada inferiores aos valores atuais. Montantes elevados dessas fontes inviabilizam a otimização da operação do SIN e prejudicam a confiabilidade do parque gerador nacional.

A geração das usinas hidroelétricas da região Norte, baseada em vazões muito variáveis e pouco ou nada regularizadas, é relevante para o balanço energético do SIN. Destaca-se Belo Monte (11,4 GW) no rio Xingu, que pode ser levada a reduzir sua produção no período de cheias, para não desligar a geração eólica e/ou solar, impedindo que sua geração atinja sua Energia Garantida. Isto a obrigaria a comprar energia no mercado de curto prazo (spot), para cumprir seus compromissos contratuais. O inverso também pode ocorrer: parte da produção de energia das usinas eólicas e/ou solares pode deixar de ser gerada, para que Belo Monte maximize sua produção. Nesta situação, a produção das usinas intermitentes poderá ficar inferior à contratualmente prevista, acarretando penalidades.

A intermitência da geração eólica e solar exige modificações relevantes no SIN, que não poderão ser plenamente atendidas sem novas despesas, a saber:

1) Necessidade de "usinas reservas" que substituam rapidamente usinas eólicas e solares, nos momentos de forte redução do seu suprimento (atualmente a reserva girante nas hidroelétricas). As atuais usinas intermitentes já necessitam, praticamente, toda a reserva girante nas hidroelétricas do SIN, inclusive da Usina Binacional de Itaipu. A utilização intermitente dessas reservas, com variações acentuadas das descargas a jusante, prejudica outros usos dos recursos hídricos.

2) Redução da segurança energética e elétrica do SIN, devido à: 2.1) impossibilidade de produção da totalidade da Energia Garantida do parque gerador nacional, por simultaneidade da geração de base das hidroelétricas da região Norte e de geração elevada das intermitentes; 2.2) diminuição da "inércia" do sistema de geração, pela absorção de toda a reserva girante do sistema hidroelétrico, inclusive daquela necessária para a operação normal do SIN; 2.3) eólicas e solares, conectadas à rede elétrica mediante inversores de sua corrente contínua não contribuem para a inércia do sistema; 2.4) concentração de usinas intermitentes na região Nordeste e seu suprimento ao Sudeste/Centro Oeste, com grandes variações nos fluxos nas linhas de transmissão inter-regionais, que requerem controle de energia reativa, com eventual redução na confiabilidade desse suprimento.

A expansão da geração eólica e solar fotovoltaica não deve prosseguir com montantes tão elevados como nos últimos anos, para não prejudicar a otimização da geração do SIN, a confiabilidade e o custo do suprimento. O cômputo dos custos decorrentes da intermitência deverá afetar a competitividade e, portanto, a expansão acelerada das usinas intermitentes.

**Resumo executivo do artigo desenvolvido no âmbito do Comitê de Energia da Academia Pernambucana de Engenharia, em 2023/2024, que contou com a participação do engenheiro Pietro Erber na elaboração.*

Altino Ventura Filho foi secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, diretor técnico executivo da Itaipu Binacional, presidente da Eletrobras e secretário-executivo do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos da Eletrobras.

O susto recente do câmbio

Márcio Garcia

A escalada do dólar, que se acentuou no mês passado antes de arrefecer um pouco em julho, concentrou boa parte do noticiário econômico. O gráfico mostra o comportamento do real e de várias outras moedas de países emergentes (todas normalizadas em 100 na data inicial). Mostra também a evolução do índice DXY, o dollar index, que mostra a força do dólar contra outras moedas de países avançados. No background, a área sombreada, na escala à direita, é a taxa de juros dos títulos de 10 anos do Tesouro dos EUA.

A percepção de que o Fed iria manter os juros altos por mais tempo do que se previa elevou significativamente as taxas de juros longas nos EUA. Quando isso acontece, há maior transferência de fundos de mercados de risco, entre eles os de moeda de mercados emergentes, para os títulos seguros do Tesouro norte-americano. O gráfico mostra que a maioria das moedas se depreciou frente ao dólar (moveram-se para cima). E o real depreciou-se mais quase todo o tempo.

Mais recentemente, com a queda das taxas de juros longas nos EUA, mercê da percepção de que as perspectivas da inflação por lá estão mais alvissareiras, várias moedas devolveram parte da depreciação acumulada. Mesmo assim, o real foi o que mais se depreciou no período.

Determinar exatamente o que causou movimentos nas taxas de câmbio é sempre difícil, mesmo quando tratamos de períodos passados. O que dirá então tentar estabelecer as causas de movimentos contemporâneos do câmbio. Não obstante, parece haver duas causas principais, uma externa e outra interna. A externa, já mencionada, é a força atratora do dólar quando sobem os juros nos EUA. A interna são as turbulências domésticas, envolvendo as políticas fiscal e monetária, que impactam as perspectivas da inflação e dos juros por aqui.

O passar do tempo vem evidenciando as enormes e previsíveis dificuldades que a equipe econômica vem enfrentando para cumprir as metas fiscais prometidas. A perspectiva de déficits e dívida pública maiores assustou os mercados, fazendo com que investidores externos e internos alterassem suas alocações entre títulos estrangeiros e brasileiros, em detrimento dos últimos. Tal movimento exacerbou a perda de valor do real frente ao dólar.

Além das dificuldades da política fiscal, a política monetária vem preocupando cada vez mais os investidores. É certo que uma política fiscal descontrolada, que leve a dívida pública a crescimento explosivo, inviabiliza a capacidade da política monetária de manter a inflação sob controle. Mas uma política monetária frouxa aceleraria a inflação.

Como se sabe, a sucessão do presidente do BC (e de mais dois diretores) se dará no início de 2025, daqui a menos de seis meses. Em junho, o presidente Lula retomou seus ataques virulentos ao atual presidente do BC. Essa conjunção de fatores levou a temores de que quem vier a ser nomeado para o próximo mandato de presidente do BC possa vir a ser leniente com a inflação, pois não subiria juros caso isso se faça necessário para manter a inflação na meta.

A desvalorização recente refletiu a deterioração dos fundamentos internos e das condições externas

A perspectiva de combinação de política fiscal expansionista com juro baixo, num contexto de pleno emprego como o atual, fatalmente aceleraria a inflação. E não chega a ser surpreendente que tal cenário induza fuga de investimentos do Brasil, acirrando o movimento de depreciação do real.

Alguns fatores técnicos foram também arrolados para tentar explicar a depreciação exacerbada do real. Como os mercados de câmbio no Brasil estão entre os mais líquidos e profundos, quando há um movimento conjunto de venda de moedas emergentes, como se verificou, especuladores que tinham posições compradas em tais moedas tendem a recorrer à venda de reais, como forma de protegerem suas posições. Não há, tanto quanto eu saiba, estimativa da importância quantitativa deste mecanismo.

Durante a subida do dólar, houve quem clamasse por intervenções no mercado de câmbio. Basicamente, são dois os mecanismos de intervenções cambiais que foram usados desde o Plano Real: intervenções cambiais esterilizadas (que não alteram a taxa de juros) e controles de capitais.

Controles de capitais para diminuir depreciação cambial teriam que diminuir a saída de capitais. Os controles de capitais que foram implementados desde o Plano Real, contudo, foram controles de entrada de capitais. Estes são inclusive referendados pelo FMI em algumas situações de excesso de entrada de capitais especulativos. Obviamente, não é caso atual. Seria muito ruim recorrer a controles de saída de capitais, como os que já tivemos no passado. Sendo o Brasil um país de poupança baixa, influxos de capital estrangeiro continuam a ser fundamentais para alavancar o crescimento econômico. Controles de saída de capitais afetariam fortemente a atração de capitais para o Brasil.

Quanto às intervenções esterilizadas, estas tampouco parecem ter sido necessárias, como se comprovou com a apreciação recente. Ao contrário, se o BC tivesse intervindo, poderia ter passado a impressão de que estaria tentando combater a inflação via contenção da taxa de câmbio, para evitar uma elevação dos juros. É justamente o temor de que o BC de 2025 possa ter cerceada sua capacidade de gerir a política monetária que ajuda a pressionar a taxa de câmbio.

Malgrado a piora das condições externas, a situação do Brasil é relativamente confortável dentre os mercados emergentes. Durante procelosa tempestade, em 2002, Lula soube levar o barco a bom porto. Esperamos que não seja diferente desta vez.

A força do dólar e as moedas emergentes

Real tem maior desvalorização dentre as moedas pares

Real/US$ · Peso Argentino/US$ · Peso Mexicano/US$ · Lira Turca/US$ · média · Peso Chileno/US$ · DXY · Rupia Indiana/US$ · Yuan Chinês/US$ · Peso Colombiano/US$ · Rublo Russo/US$ · Rand Sul-africano/US$ · US 10Y Treasury

115 · 110 · 105 · 100 · 95 | 4,7 · 4,6 · 4,5 · 4,4 · 4,3 · 4,2 · 4,1

7/mar/24 · 17/mai/24 · 15/jul/24

Fonte: Reuters

Márcio G. P. Garcia é professor titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, pesquisador sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da FAPERJ. Escreve mensalmente neste espaço. (https://sites.google.com/view/mgpgarcia).

Dados oficiais subestimam gastos das famílias com habitação e serviços. Por **Zhang Jun**

Por que o consumo na China é baixo?

Em maio, o governo do presidente dos EUA, Joe Biden, acusou a China de "inundar os mercados globais" com "exportações artificialmente baratas". Tais acusações não são novas, nem é provável que cessem tão cedo. Contudo, muitos dos que reclamam da capacidade excessiva da China ignoram um fato crítico: as exportações líquidas do país asiático têm caído em relação ao PIB desde 2008, e seu superávit comercial em bens diminuiu para menos de 2% do PIB.

Durante anos, a China se comprometeu a reequilibrar sua economia e reduzir sua dependência das exportações, aumentando a demanda doméstica não por meio de investimentos crescentes, que vem desencorajando, mas sim por meio de um consumo maior das famílias. E, no entanto, apesar do aumento da renda do trabalho, que constitui a maior parte da renda disponível das famílias e representa cerca de 56% hoje, em comparação com 48% em 2007, o gasto das famílias em consumo permaneceu teimosamente baixo. Segundo dados oficiais, o consumo total dos lares representa apenas 38% do PIB, em comparação com 60-70% na maioria dos países desenvolvidos.

Mas, como qualquer um que estudou a economia da China pode atestar ao usar dados oficiais, as comparações internacionais podem ser enganosas. Por exemplo, num estudo de 2015, Tian Zhu e eu descobrimos que os dados oficiais subestimam o gasto das famílias chinesas com habitação (como uma parcela do PIB) em pelo menos seis pontos percentuais.

Além disso, como mostrou recentemente o economista-sênior do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) Juzhong Zhuang, o gasto total das famílias chinesas com consumo parece muito menor do que o das economias de alta renda (como uma parcela do PIB), em grande parte devido às diferenças no consumo de serviços. Usando dados de entrada e saída compilados pela OCDE e pelo ADB, ele descobriu que o consumo de serviços representava só 67% do consumo final total das famílias na China em 2018-19, equivalente a cerca de 26% do PIB. Compare isso à parcela do consumo de serviços nos Estados Unidos (mais de 80%, ou cerca de 55% do PIB); na União Europeia (72%, ou 38% do PIB); e 75%, em média, nas três economias de alta renda do Leste Asiático: Taiwan, Japão e Coreia do Sul (cerca de 38-39% do PIB). Mesmo nas cinco principais economias em desenvolvimento da Ásia — Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas —, o consumo de serviços representava mais de 54% do consumo final total das famílias, em média, equivalente a 33% do PIB.

China deve mudar para um modelo de crescimento que apoie o aumento da renda disponível das famílias. Para isso, o governo deve incentivar atividades econômicas de maior salário, como no setor de serviços, e fortalecer o ambiente de negócios

A subestimação do consumo de serviços na China é agravada também por grandes distorções nos preços dos serviços. Segundo o Programa de Comparação Internacional do Banco Mundial, os preços dos serviços na China em paridade de poder de compra são, em média, mais baixos do que os preços gerais. Em outras palavras, quando as famílias chinesas compram serviços, seu gasto com eles parece menor, dificultando as comparações entre países.

Disparidades adicionais podem surgir do fato de que o governo chinês fornece muitos serviços que as famílias em outros lugares podem ter de comprar por conta própria. Uma parte significativa do crescimento recente dos gastos públicos chineses representa transferências em espécie para as famílias, incluindo maiores gastos com educação, saúde e pensões, bem como serviços sociais como instalações culturais. Dado isso, ao fazer comparações internacionais do gasto das famílias com consumo, pode ser interessante incluir o gasto do governo com consumo, que na China representa cerca de 16% do PIB, na contabilidade do consumo das famílias.

Se excluirmos as transferências governamentais para as famílias, a renda disponível dos lares chineses representa cerca de 60% da renda nacional. Isso é 10-15 pontos percentuais menor do que na maioria dos países de alta renda, onde as transferências sociais em espécie estão incluídas nas rendas disponíveis das famílias. Mas se removermos essas transferências, os níveis de renda disponível no Japão, Coreia do Sul, Alemanha e na zona do euro como um todo caem para níveis chineses. Em 2020, a renda disponível das famílias na Dinamarca era ainda menor do que na China.

Portanto, quando se trata do verdadeiro nível da relação consumo familiar-PIB, a China provavelmente não está tão atrás de outras grandes economias quanto parece. No entanto, à medida que a importância relativa da acumulação de capital diminui e os retornos sobre os investimentos continuam a cair, mais deve ser feito por meio de mudanças nas políticas para apoiar o consumo. Para os formuladores de políticas, isso significa não só direcionar mais renda e transferências para as famílias, mas também aumentar as transferências em espécie subsidiadas ou gratuitas para elas.

Uma forte rede de segurança social é particularmente importante na China, onde décadas de políticas de planejamento familiar encorajaram as famílias a poupar a taxas excepcionalmente altas, em parte na expectativa de sustentar os pais e, eventualmente, a si próprias na velhice. Se as famílias puderem ter certeza de que terão um forte suporte familiar e programas de bem-estar dos governos, de modo que não precisem poupar tanto hoje, é provável que consumam mais e talvez até tenham mais filhos, ajudando a conter o declínio demográfico da China. A taxa de fertilidade atual — cerca de 1,1 nascimento por mulher — está bem abaixo do nível de reposição.

Em última análise, a China deve mudar para um modelo de crescimento que apoie o aumento da renda disponível das famílias, em vez de continuar no caminho da acumulação excessiva de capital. Para isso, o governo deve incentivar atividades econômicas de maior salário, como no setor de serviços, e fortalecer o ambiente de negócios, principalmente expandindo o papel decisivo das forças de mercado na alocação de recursos. *(Tradução por Fabrício Calado Moreira)*

Zhang Jun, reitor da Escola de Economia da Universidade Fudan, é diretor do Centro de Estudos Econômicos da China, think tank com sede em Xangai.

Frase do dia

"Você não é obrigado a estabelecer uma meta e cumpri-la se você tiver coisas mais importantes para fazer".

Do presidente Lula, que disse que vai cumprir a meta fiscal

Cartas de Leitores

Corte de gastos

Toda família, por bem ou por mal, sabe que a despesa tem que ser menor que a receita, senão a conta não fecha. Sempre tem que poupar algum para futuras pretensões (compras especiais, férias etc) ou uma emergência. É elementar. Na área governamental (federal, estadual e municipal), com maior sobriedade, responsabilidade e maior rigor que o familiar, por tratar-se de recursos públicos.

Lula não pensa nem age assim. Mas caiu na real. Prometeu reduzir despesas. Será verdade? Ou vai continuar fingindo que governa, fingir cortar gastos e manter a politicagem na pretensão de ser reeleito em 2026?

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Atentado contra Trump

Nos últimos 160 anos, estes foram os mais notáveis políticos vítimas de atentados nos Estados Unidos: Abraham Lincoln, William McKinley, Ronald Reagan e, agora, o candidato Donald Trump, levemente ferido por tiros vindos da plateia para a qual discursava, dos quais resultou uma vítima fatal.

Por aqui, o assassinato que misturou razões políticas com passionais, de João Pessoa, em 1930, então presidente da Paraíba (naquela época os Estados possuíam presidentes) precipitou a tomada do poder por Getúlio Vargas e, mais recentemente, 2018, o candidato à Presidência Jair Bolsonaro foi atingido por facada enquanto fazia campanha.

A presente amostragem de atingidos, das mais diversas tendências ideológicas, demonstra o fato de que, como afirmava Winston Churchill, a democracia é o pior dos regimes, com exceção dos demais, e também que é o único sistema capaz de se autodestruir.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@gmail.com

•

O ex-presidente dos EUA Donald Trump sofreu um atentado no último sábado, durante um comício na Pensilvânia.

O médico que assistiu Trump disse que tinha acontecido um milagre, pois a bala o atingiu de raspão na orelha direita. Trump fez um movimento com a cabeça que o livrou de ser atingido de forma mais implacável.

O atirador, Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, foi morto pelos agentes do serviço secreto americano. Crooks utilizou uma arma semiautomática para efetuar os disparos, que atingiram mais três pessoas, além de Trump.

A alta temperatura da campanha política pode provocar reações discrepantes das eleições democráticas.

Esse tipo de episódio representa um fracasso para todas as partes envolvidas, principalmente quando envolve a vontade de matar. Lamentável.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

EUA Oradores em Milwaukee expõem só as linhas gerais de propostas que incluem as principais bandeiras dos conservadores, como redução de imposto e guerra tarifária

Republicanos atacam economia de Biden, mas não detalham planos em convenção

Eduardo Graça
De Milwaukee (EUA)*

Ofuscada pelo anúncio do conservador senador J. D. Vance, de 39 anos, para vice-presidente na chapa de Donald Trump, e pela primeira aparição do antecessor de Joe Biden na Casa Branca desde o atentado contra ele na Pensilvânia, sábado passado, a economia foi o tema da primeira noite da Convenção Nacional Republicana. Mais precisamente, a inflação. Orador após orador, incluindo os apresentados como "cidadãos comuns", defenderam método simples para justificar o não à reeleição: pôr a mão no bolso e verificar se tem menos do que há quatro anos, quando Trump era presidente.

No entanto, encerraram a noite frustrados os que esperavam mais detalhes da receita de um eventual segundo governo de Trump para mover a máquina americana. Não se foi além das linhas gerais já apresentadas na plataforma aprovada semana passada. Nela, destacam-se os mesmos temas tratados pelos oradores na convenção, entre eles a diminuição de impostos sobre o lucro das grandes corporações como forma de impulsionar a economia. Também o protecionismo industrial, com ênfase na guerra tarifária, quindim da retórica populista de direita, com apelo especialmente forte em estados pós-industriais do Meio-Oeste, onde a eleição será decidida, entre eles Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, sede da convenção.

Para conter a inflação e seus efeitos, ilustrados na convenção nos depoimentos de protagonistas de tragédias pessoais, como os que não conseguiram mais pagar a hipoteca de suas casas ou tiveram de reduzir drasticamente a compra de determinados alimentos, o argumento mais forte foi o próprio retorno de Trump à Casa Branca. Por si só, teria efeito positivo no mercado, que, como apontou uma das estrelas em ascensão do partido, o governador da Virgínia, Glenn Youngkin, "viveu em 2017 e sabe que ele fará novamente dos EUA a Terra da Prosperidade".

Rica em atitude e frases de efeito, a convenção foi escassa no anúncio de iniciativas e políticas públicas específicas para o que substituiria a Bidenomics, não indo além de promessas do tamanho de uma isenção de imposto sobre gorjetas dadas e recebidas. O aumento da produção de gás natural e o fim de restrições ambientais para a exploração de petróleo e carvão "em tempo recorde, pois teremos maioria também no Senado e na Câmara com a onda Trump", nas palavras do senador Tim Scott, garantirá a redução de preço da gasolina e dos alimentos.

O investimento do governo Biden na produção de carros elétricos e na economia limpa foram traduzidos pela senadora Marsha Blackburn, do Tennessee, como "medidas para a elite, não para nós, o povo". E, em uma conexão com o tema principal do segundo dia da festa republicana, segurança e imigração, defendeu-se a deportação de milhares de trabalhadores não documentados como abertura de vagas para "a classe trabalhadora americana". O problema, dizem economistas, é que a conta não fecha. Análise do Instituto de Economia Internacional Peterson estima que o desaparecimento de 1,3 milhão de trabalhadores não documentados diminuiria a economia em 2,1% e a levaria à recessão. As iniciativas previstas na plataforma republicana aumentariam o déficit público, estimam, em US$ 5 trilhões.

A tradicional pesquisa trimestral realizada pelo "Wall Street Journal" com economistas de peso em todo o país, realizada na primeira semana de julho e divulgada no fim de semana, revelou que 56% dos 68 entrevistados esperam inflação, juros e déficit mais altos em um retorno de Trump. "O risco é real", afirmou Bernard Baumohl, líder do Economic Outlook Group, ao jornal. Os motivos centrais são as posições do trumpismo em comércio externo, com sua promessa de taxação de 10% em produtos importados e aumento de ao menos 60% na de produtos americanos para a China, vista como "maior ameaça aos EUA" pelo companheiro de chapa de Trump.

O temor dos economistas não parece ter abalado, no entanto, o setor produtivo. Um dos combustíveis da sensação de triunfo, palpável na Convenção Republicana, é o cofre cheio da campanha. Nos últimos três meses, os republicanos anunciaram que dobraram o número total de doações. E parte importante do caixa republicano vem dos grandes doadores. Criado em maio, o Comitê pró-Trump América PAC arrecadou US$ 8,7 milhões, incluindo US$ 1 milhão de, entre outros, o CEO da Alliance Resource Parners, James J. Liautaud e o ex-sócio da Seqoia Capital Joe Craft. E Elon Musk, da X, anunciou que irá depositar um cheque mensal de US$ 45 milhões para a campanha até novembro.

Após se afastar de Trump nas semanas imediatas à invasão do Congresso, em 6 de janeiro de 2021, o setor produtivo se reaproximou dele a partir de março, quando sua unção pelo Partido Republicano como candidato do partido à Casa Branca ficou mais nítida. Com a alcunha de "o retorno dos endinheirados", a imprensa americana revelou diálogos pouco éticos entre a campanha e executivos do petróleo.

Em jantar realizado no fim de maio, em sua casa em Mar-a-Lago, na Flórida, Trump prometeu, revelou o "Washington Post", a 20 líderes da indústria do petróleo que, se eleito, apressará processos de aquisições de empresas e derrubará medidas de proteção ambiental aprovadas por Biden. A moeda de troca seria o derramento de US$ 1 bilhão na campanha republicana, que nega o toma lá dá cá.

Em junho, uma reunião a portas fechadas de Trump com cerca de 90 CEOs de corporações americanas, incluindo Jamie Dimon (JP Morgan), Jane Fraser (Citigroup), Brian Moynihan (Bank of America), Doug McMilon (Walmart), Charles W. Shcarf (Wells Fargo) e Tim Cook (Apple), em evento da Business Roundtable, associação dedicada ao lobby empresarial, foi traduzido por um dos presentes, reservadamente, como a volta "aos anos dourados de 2017", com menos impostos e regulações.

Ao mesmo tempo que critica os rumos da economia sob Biden, marcada pela alta da inflação (hoje na casa dos 3%, mas que já foi o triplo no início de seu mandato, em meio às medidas de recuperação pós-pandemia), parte estratégica do setor produtivo deseja a garantia da manutenção da Lei de Redução de Impostos e Aumento de Empregos, aprovada por Trump no "ano dourado" de 2017 e que expira no ano que vem. Democratas têm expressado seu desejo de deixar a medida caducar. Apontam que a diminuição da taxação sobre lucros das empresas beneficiou de forma desproporcional a parcela mais rica da população e aumentou o déficit fiscal do país.

Os democratas, em conversas reservadas, têm batido na tecla de que os índices econômicos do governo Biden, se considerados em sua totalidade, são especialmente positivos. E que oferecem um panorama mais seguro para os próximos anos. Mas a fragilidade da candidatura Biden e o canto de sereia de Trump, que prometeu ainda mais cortes de impostos, se refletem no vigor da campanha da oposição, certa da vitória a pouco menos de quatro meses da eleição. ***(*De "O Globo")***

> "Medidas [de Biden] são para a elite, não para nós, o povo"
> *Marsha Blackburn*

Estados Unidos seguem sendo a maior economia do mundo
Principais indicadores econômicos

PIB – Em US$ trilhões: 2010: 15,0; 2013: 16,9; 2015: 18,3; 2019: 21,5; 2022: 25,7; 2024*: 28,8

PIB - Taxa anual – Em %: 2,7; 2,9; -2,2; 2,6 (2010, 2015, 2020, 2024*)

Inflação – IPC - taxa anual em %: 1,64; 0,12; 7,99; 2,91 (2010, 2015, 2022, 2024*)

Inflação - IPC núcleo** – taxa anual em %: 1,3; 2,1; 4,7 (2010, 2016, 2023)

PIB per capita – Em mil dólares: 48,6; 65,5; 85,4 (2010, 2019, 2024*)

Dívida pública bruta – Em % do PIB: 95,2; 105,5; 123,3 (2010, 2017, 2024*)

Taxa de desemprego – Anual - em %: 9,6; 8,1; 4,0 (2010, 2020, 2024*)

Comex Brasil x EUA – Em bilhões US$ FOB – Exportações, Importações, Corrente de comércio, Balança comercial

	2010	2014	2019	2023
Corrente de comércio	46,3	62,0	64,5	74,9
Importações	27,0	35,0	34,8	38,0
Exportações	19,3	27,0	29,7	36,9
Balança comercial	-7,7	-8,0	-5,1	-1,0

Taxa de juros do EUA – Fim de período, em %: 0,25; 2,5; 5,5 (2010, 2018, 2023)

Gasto social público – Em % do PIB: 19,0; 18,4; 22,7 (2010, 2014, 2021)

Conta corrente – No balanço de pagamento (US$ bi): -432,0; -367,6; -905,4 (2010, 2017, 2023)

Fontes: BEA, FMI, OCDE e Secex. Elaboração: Valor Data *estimativa FMI **Exclui os preços de alimentos e energia

Vendas no varejo se mantêm estáveis nos EUA

Associated Press, de Nova York

As vendas do varejo nos EUA em junho ficaram inalteradas em relação ao mês anterior, depois de os números de maio terem sido revisados para uma alta de 0,3%, de acordo com dados divulgados ontem pelo Departamento do Comércio. Em junho, as vendas de abril tinham sido revisadas para baixo — de 0 para uma queda de 0,2%.

As vendas subiram 0,6% em março e 0,9% em fevereiro. Em janeiro, recuaram 1,1%, derrubadas pelas más condições climáticas.

As vendas nos postos de gasolina e nas concessionárias de carros tiveram influência negativa no resultado total em junho. Excluindo-as, as vendas varejistas subiram 0,8%. As vendas nos postos de gasolina caíram 0,3%, enquanto nas lojas de carros a queda foi de 0,2%, uma vez que muitas concessionárias sofreram interrupções nos negócios provocadas por ciberataques.

O relatório prévio oferece um quadro parcial dos gastos dos consumidores e não inclui muitos serviços, como viagens e hospedagem em hotéis. O único item de serviços — restaurantes — teve aumento de 0,3%.

As vendas on-line subiram 1,9% e as de lojas de roupas e acessórios, 0,6%. As lojas de departamento registraram crescimento de 0,6%. Nas lojas de materiais de construção e artigos para jardinagem, a alta foi de 1,4%.

As vendas no varejo controlado — que excluem serviços de alimentação e bebidas, concessionárias de automóveis, postos de gasolina, lojas de materiais de construção e artigos para jardinagem e algumas outras categorias voláteis —, que entram no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) nominal, tiveram um sólido aumento de 0,9% no mês. Os dados do governo sobre vendas no varejo não são ajustados pela inflação, que diminuiu 0,1% de maio para junho, de acordo com o mais recente relatório do governo. Leituras altas da inflação ajudam a inflar os números das vendas no varejo.

"Foi um relatório legitimamente forte e inconsistente com um consumidor à beira do colapso", escreveu Richard de Chazal, analista do banco de investimento William Blair, em um relatório. "Esses gastos estão sendo impulsionados por um crescimento ainda positivo (mas moderado) da renda real, de um consumidor que ainda está em grande medida empregado."

O varejo vive um momento de remodelação. No início deste mês, a controladora da Saks Fifth Avenue acertou a aquisição da rival Neiman Marcus Group por US$ 2,65 bilhões. A Amazon terá uma participação minoritária.

Na segunda-feira, a Macy's anunciou o fim das negociações de venda com a Arkhouse Management e a Brigade Capital. Atribuiu a decisão a uma oferta abaixo do que imaginava e à falta de certeza sobre o financiamento.

> **0,3%**
> **foi a queda nas vendas em postos e lojas de carros**

Mineração
Produção de minério de ferro da Vale cresce 2,4% no 2º trimestre
B2

Aéreas
Latam conclui renegociação e ganha mais crédito junto aos investidores B4

Mineração
Produção de minério de ferro da Vale sobe 2,4% no segundo trimestre B2

Cimento
"Moratória de 60 dias" da InterCement expõe sangria financeira B5

Energia Com operação, banco se compromete a ter a companhia como principal plataforma do setor

Eneva anuncia oferta de ações e compra de térmicas do BTG, que bancará 75% do aumento de capital

Kariny Leal, Robson Rodrigues, Mônica Scaramuzzo, Felipe Laurence e Maria Luíza Filgueiras
Do Rio e de São Paulo

A Eneva está comprando um conjunto de quatro ativos termelétricos detidos pelo BTG Pactual e vai fazer um "follow-on" de até R$ 4,2 bilhões para pagar a aquisição e reduzir sua alavancagem.

Nessa operação, o BTG se comprometeu a financiar até R$ 3,2 bilhões na oferta-base ao preço de R$ 14 por ação, o que corresponde à média da ação da Eneva nos últimos 60 pregões da B3.

Com isso, o banco se consolida como principal acionista, podendo dobrar sua fatia na empresa, hoje em 23,3%. Também nesse arranjo, o BTG assume o compromisso de que a companhia seja sua plataforma de investimento em ativos de geração de energia e gás natural no Brasil. Por outro lado, o banco de André Esteves não poderá votar na assembleia de acionistas para aprovação do negócio, uma vez que é o vendedor dos ativos e principal sócio da empresa.

Esse era um dos pontos de conflito entre os acionistas minoritários do negócio, apurou o **Valor** com duas fontes ligadas aos sócios minoritários. Havia divergência sobre os rumos da empresa para parte dos sócios e do "management" (diretoria).

Uma parte defendia a condução da Eneva como uma "corporation" (sem controlador definido). No entanto, com dois acionistas de referência relevantes — BTG e o fundo Cambuhy —, havia conflitos e os acionistas minoritários colocaram a questão da governança como um ponto sensível, segundo essas duas pessoas a par do assunto. Havia um desconforto pelo fato do BTG ter outros ativos no setor, além da Eneva. O banco e o Cambuhy não retornaram os pedidos de entrevista até o fechamento desta edição.

DIVULGAÇÃO

Cançado, presidente da Eneva, diz que transação bancada por aumento de capital do BTG vai reduzir endividamento

R$ 2,9 bi
é o valor avaliado das quatro térmicas

O anúncio dessa operação da Eneva era um passo já esperado pelo mercado. Com o aumento de capital, cerca de 75% bancados pelo BTG, a empresa consegue bancar a compra das quatro térmicas (estimadas em R$ 2,9 bilhões) e busca reduzir sua dívida, diz Lino Cançado, presidente da companhia. O acordo anunciado ontem, contudo, não chegou a animar os investidores. Os papéis da empresa fecharam ontem com leve alta, de 0,23%, a R$ 13,28. As ações do banco caíram 0,37%, a R$ 32,05. O Ibovespa fechou com queda de 0,16%.

A dúvida no mercado é se os outros acionistas vão seguir nessa oferta para evitar a diluição. Fontes consultadas pelo **Valor** afirmam que os sócios precisam de mais tempo para avaliar a proposta colocada na mesa.

Eneva propôs uma "fusão de iguais" com a Vibra, no fim do ano passado. A proposta não foi para frente, uma vez que a distribuidora de combustíveis avaliou que o valor da companhia ("valuation") a colocava numa posição desfavorável e que relação de troca das ações não seria justa como o proposto originalmente. As negociações não seguiram adiante.

Em teleconferência com analistas e investidores, Cançado disse que a compra das térmicas do BTG está alinhada aos negócios da empresa. Ele ressaltou que o negócio diversifica a posição geográfica da Eneva, hoje concentrada no Norte e Nordeste.

A Eneva vai emitir 126.071.428 de novas ações ao BTG, considerando o preço de R$ 1,76 bilhão dos ativos, para comprar duas térmicas: Tevisa e Povoação. O negócio inclui ainda o direito de subscrição pelo BTG de até 16.330.346 de ações. As outras duas, UTE Linhares e Gera Maranhão, vão custar R$ 1,14 bilhão. Essas duas unidades serão pagas com o dinheiro da oferta.

Por conta de três grandes aquisições realizadas pela Eneva em 2022, a alavancagem da empresa, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, está em 4,1 vezes, segundo o balanço do primeiro trimestre de 2024. As compras envolveram a incorporação da Focus por R$ 936 milhões e as aquisições da Celse por R$ 6,1 bilhões e da Termofortaleza por R$ 489,8 milhões.

"A transação fortalece o balanço da Eneva com o 'follow-on' e com a aquisição que geram caixa no curto prazo, justamente naqueles anos em que a Eneva tem maior necessidade de desembolso pelo seu programa de investimento para os projetos que estão em construção e tem um impacto significativo reduzindo o endividamento", disse Cançado.

> "A transação fortalece o balanço da Eneva com a oferta"
> *Lino Cançado*

Unidades compradas
Ativos têm capacidade instalada total de 862 megawatts

Gera Maranhão — Óleo
MA
Linhares — Gás
ES
Povoação — Gás
Tevisa — Óleo e Gás

R$ 1,4 bilhão
foi o lucro que as térmicas somaram juntas em 2023

Fonte: Eneva

A Eneva considera ainda a possibilidade de recontratação de 148 megawatts (MW) de capacidade instalada das usinas envolvidas na transação com contratos regulados com vencimento em dezembro de 2025.

O diretor de comercialização da Eneva, Marcelo Lopes, disse, em teleconferência, que existe estimativa de aumento potencial da capacidade instalada da Eneva de até 3,3 gigawatts (GW). Para Lopes, a distribuição de ativos térmicos em três Estados cria a possibilidade de acesso a terminais de gás natural liquefeito (GNL), sendo cerca de 1,1 GW localizado no Espírito Santo, com acesso a malha da TAG e possível suprimento de gás do "Hub Sergipe", para participação em novos no leilão de reserva de capacidade. "A aquisição nos coloca com mais força para participar do leilão de forma competitiva e atender demanda do setor."

O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Santana, explica que hoje o Brasil não vive um problema de abastecimento e segurança energética, mas, sim, o atendimento da "ponta da demanda", nos momentos entre 18h e 21h, quando a geração solar zera, mas o consumo de eletricidade nas residências se mantém alto. Neste contexto, o especialista vê importantes negócios que a Eneva pode aproveitar, já que a segurança do serviço e a confiabilidade do sistema elétrico tem sido mantida por despacho de termelétricas na alta demanda.

A Eneva estima que, com a transação, a receita da companhia saia dos R$ 10,1 bilhões em 2023 para R$ 12,2 bilhões. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobe para R$ 6,1 bilhões. O lucro líquido da Eneva de R$ 200 milhões, em 2023, se soma ao lucro das térmicas e totaliza lucro líquido projetado de R$ 1,6 bilhão. A empresa não informou o prazo para atingir esse aumento.

Para o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, o negócio pode enfrentar questionamentos sobre a governança, uma vez que o BTG além de vender o ativo também é importante acionista da Eneva: "O conselho aprovou e o representante do BTG se declarou impedido, pelo que foi dito na teleconferência. Resta saber se o mesmo acontecerá na assembleia."

A expectativa da Eneva é de que a assembleia que avaliará a operação seja realizada no terceiro trimestre de 2024. A operação também depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Banco Central.

O analista pondera ainda que os acionistas minoritários podem classificar o negócio como positivo por dar espaço para que a companhia possa abrir novas frentes de investimentos e até pagar dividendos. "No ano passado a empresa dizia que poderia pagar dividendo no fim de 2023, depois passaram para o início de 2024. Com aquisições recentes, a possibilidade de remunerar acionistas saiu do radar."

Destaques

Lucro da Romi cai 5%

A Romi registrou lucro de R$ 30,9 milhões no segundo trimestre, queda de 4,9% em relação ao resultado apresentado um ano antes. Na mesma base de comparação, as receitas encolheram 4,4%, para R$ 295,2 milhões. Segundo a companhia, a queda nas receitas pode ser explicada pela redução do faturamento de peças fundidas e usinadas para os segmentos de energia e de máquinas agrícolas, além da maior concentração das entregas de Máquinas B+W no segundo semestre no ano. Ao todo, as receitas de peças fundidas e usinadas caíram 21,3%, para R$ 47,1 milhões, e as de B+W recuaram 38,9%, para R$ 28 milhões. Já o faturamento das máquinas Romi subiu 8,5%, para R$ 220,1 milhões. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R$ 39,6 milhões entre abril e junho, diminuição de 17,5% na comparação anual. A margem Ebitda também caiu de 15,6%, para 13,4%. A carteira de pedidos da Romi chegou a R$ 662,9 milhões, alta de 24% em base anual. Em comparação com o primeiro trimestre, o crescimento da carteira foi de 11,4%. Esse incremento, segundo a companhia, foi resultado do aumento significativo na carteira de máquinas B+W, que avançou 65,5% em termos anuais, para R$ 330,5 milhões. Segundo material que acompanha os demonstrativos financeiros, isso significa que "os negócios continuam sólidos e com perspectivas positivas para os próximos trimestres". Já a carteira de pedidos de peças fundidas e usinadas encolheu 2,9% em relação ao segundo trimestre de 2023, para R$ 61,2 milhões, enquanto a das máquinas Romi permaneceu praticamente estável (leve variação negativa de 0,2%) em R$ 271,2 milhões.

RJ da Casa do Pão de Queijo

A Justiça de São Paulo autorizou na segunda-feira (15) o pedido de recuperação judicial (RJ) da Casa do Pão de Queijo (CPQ). A decisão da Vara de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 4ª RAJ, em Campinas (SP), determinou a antecipação do chamado "stay period", período em que ficam suspensas as ações e execuções contra a empresa devedora, que havia sido solicitado pela CPQ. Mas manteve a decisão que negou a manutenção dos contratos de locação comercial, sob o argumento de que "no cenário atual, não se demonstrou perigo imediato de rescisão contratual". A empresa entrou com pedido de RJ no início de julho e informou um passivo de R$ 57,5 milhões (R$ 244,3 mil devidos aos empregados, R$ 55,8 milhões aos credores quirografários e R$ 1,3 milhão a microempresas e empresas de pequeno porte).

Vendas da Trisul

A incorporadora Trisul reportou vendas líquidas de R$ 315,4 milhões no segundo trimestre, considerando apenas a participação da companhia. Este resultado representa alta anual de 4,7%, segundo prévia operacional divulgada nesta terça-feira (16). A empresa realizou dois lançamentos entre abril e junho, com valor geral de venda (VGV) de R$ 302 milhões, alta anual de 39,1%. Já a velocidade de comercialização consolidada, medida pelo índice de venda sobre oferta (VSO), ficou em 14,9% no trimestre, avanço de 2,4 pontos percentuais em um ano. No trimestre, a incorporadora vendeu 574 unidades, representando crescimento anual de 3,1%. A companhia terminou o mês de junho com banco de terrenos avaliado em R$ 5,6 bilhões. As vendas brutas da Trisul totalizaram R$ 335,7 milhões, aumento de 2,4% em base anual.

Lavvi lança 16% a mais

Os lançamentos da incorporadora Lavvi somaram R$ 1,03 bilhão em valor geral de vendas (VGV) no segundo trimestre, crescimento anual de 16%, segundo prévia operacional divulgada pela empresa nesta terça-feira (16). As vendas líquidas da companhia avançaram 49%, na mesma base de comparação, para R$ 721,7 milhões, sendo que a participação da Lavvi foi de 67%, ante 87% de um ano antes. A velocidade sobre oferta (VSO) registrada pela empresa entre abril e junho foi de 25%, acima dos 20% registrados no mesmo período do ano passado. Os distratos chegaram a R$ 26,6 milhões no período, uma queda anual de 34%. Ao final de junho, os estoques da Lavvi eram de R$ 2,1 bilhões, sendo que 86% correspondem aos produtos lançados a partir de 2022. O banco de terrenos da companhia ficou em um VGV potencial de R$ 5,7 bilhões.

INÊS 249

Mineração Empresa produziu 80,5 milhões de toneladas de minério de ferro entre abril e junho

Vale aumenta produção em 2,4% no 2º tri e fica perto de meta no ano

LEO PINHEIRO/VALOR

Desempenho robusto no S11D, no Pará, e no sistema Vargem Grande, em Minas Gerais, assegurou o bom resultado operacional da empresa entre abril e junho

Francisco Góes e Alessandra Saraiva
Do Rio

A Vale fechou o segundo trimestre do ano com produção de 80,59 milhões de toneladas de minério de ferro, alta de 2,4% em relação a igual período do ano passado. O resultado reforça a previsão da própria companhia de chegar em dezembro no teto da banda fixada para 2024, que é de 320 milhões de toneladas da commodity. As informações constam do relatório de produção trimestral divulgado ontem pela empresa.

A mineradora, que tem um processo de sucessão em andamento, divulga o balanço contábil do segundo trimestre no dia 25.

A Vale disse que o resultado operacional de abril a junho foi assegurado por "performance robusta" do empreendimento S11D, em Carajás, no Pará, e pela operação de Vargem Grande, em Minas Gerais. O S11D alcançou, segundo a Vale, recorde para um segundo trimestre, com a produção de 19,5 milhões de toneladas, alta de 1,9% sobre igual período de 2023. O sistema Vargem Grande, por sua vez, produziu 11,8 milhões de toneladas de abril a junho, aumento de 27,5% em relação ao mesmo trimestre de 2023.

No acumulado do primeiro semestre, a mineradora produziu 151,4 milhões de toneladas de minério de ferro, alta de 4,1% sobre igual semestre do ano passado. A meta de produção para 2024 situa-se entre 310 milhões e 320 milhões de toneladas da commodity.

> Empresa deve fechar 2024 perto da meta de 320 milhões de toneladas

As vendas de minério de ferro no segundo trimestre somaram 79,79 milhões de toneladas, aumento de 7,3% sobre igual período do ano passado. De janeiro a junho, as vendas do produto totalizaram 143,6 milhões de toneladas, alta de 10,4% na comparação com o período janeiro-junho de 2023.

"O desempenho robusto das vendas no trimestre foi suportado por fortes embarques, bem como a venda de estoques de períodos anteriores. A participação de vendas de produtos alta sílica [contaminantes] no mix continuaram a aumentar em linha com a nossa estratégia tática de criação de valor, considerando as condições de mercado", informou a empresa no relatório de produção.

O preço médio realizado pela Vale para os finos de minério de ferro, o principal produto, foi de US$ 98,2 por tonelada, US$ 2,5 por tonelada menor na comparação com o primeiro trimestre. A queda foi justificada, segundo a empresa, por menores preços do minério de ferro e menores prêmios de qualidade, que foram parcialmente compensados pelo efeito positivo dos mecanismos de precificação. A Vale tem um cardápio variado e complexo de formação de preços aos clientes.

O preço médio realizado de pelotas de minério de ferro — outro produto do portfólio — foi de US$ 157,2 por tonelada, US$ 14,7 por tonelada menor na comparação com o primeiro trimestre como resultado de preços menores do minério de ferro. A produção de pelotas alcançou 8,89 milhões de toneladas no segundo trimestre, queda de 2,4% na comparação anual. No semestre, a produção de pelotas totalizou 17,3 milhões de toneladas, queda de 0,4% sobre igual período do ano passado.

Nos metais, a produção de cobre ficou em 78,6 mil toneladas de abril a junho, queda de 0,3% sobre o mesmo trimestre de 2023. No níquel, a produção atingiu 27,9 mil toneladas, recuo de 24,4% em relação ao segundo trimestre anterior.

19,5
milhões/t foi o volume do S11D

No acumulado do primeiro semestre, a produção de cobre somou 160,5 mil de toneladas, alta de 10% na comparação anual, e a de níquel chegou a 67,3 mil toneladas, redução de 13,6% sobre o mesmo semestre do ano passado. A meta da Vale no cobre é fechar o ano com produção entre 320 mil e 355 mil toneladas e no níquel entre 160 mil e 175 mil toneladas.

MME adia acordo em contrato de térmicas da Âmbar de 2021

Fiscalização

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviou ofício na tarde ontem (16) ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para informá-lo que o acordo sobre a operação de térmicas com contratos emergenciais da Âmbar Energia, do grupo J&F, terá o início da vigência adiado da próxima segunda-feira (22) para o dia 30 de agosto. No documento, obtido pelo **Valor**, o adiamento foi oferecido para que o tribunal tenha mais tempo para examinar o caso.

Na última quinta-feira (11), o subprocurador-geral, Lucas Furtado, do Ministério Público junto ao tribunal (MP-TCU), pediu aos ministros da Corte de Contas que fosse determinada a rescisão dos contratos celebrados com a Âmbar Energia. Na representação, o MP-TCU, alega a necessidade de avaliar possíveis irregularidades, pois haveria indícios de que o acordo celebrado seria "supostamente lesivo" ao interesse público.

No documento, Furtado considera que a rescisão contratual deve ser imposta pelo tribunal caso as ações de fiscalização "concluam pela ocorrência do descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa e pela desnecessidade de manutenção desses contratos". Essa alegação parte do fato de a empresa ter sofrido atraso na conclusão do empreendimento.

Já no início desta semana, veio a público a determinação do ministro do TCU Benjamin Zymler para que o ministério, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prestassem esclarecimentos adicionais sobre o acordo ao tribunal no prazo de até três dias úteis.

No ofício desta terça-feira, Silveira avalia que, "ainda que [o envio das informações] ocorra até o final desta semana, não permitirá ao TCU examinar, com a profundidade de praxe, os termos da representação, ainda que a motivação do acordo, bem como suas justificativas técnicas e jurídicas já estejam em posse do Tribunal há quase 60 dias".

Os contratos das térmicas da Âmbar Energia são da modalidade de Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). A contratação se deu, em caráter emergencial, no momento em que o país enfrentava a crise hídrica de 2021, o que impôs um custo elevado de compra da energia aos consumidores.

30
de agosto é a data de início da operação

No ofício a Dantas, Silveira recupera informações atribuídas aos auditores do TCU. Ele destaca, então, que a não celebração do acordo "pode custar aos consumidores aproximadamente R$ 13 bilhões, valor superior do acordo que é de aproximadamente R$ 9,5 bilhões". Reforça que "o pior cenário judicial, com a execução total dos quatro contratos, poderá levar a um custo aos consumidores de aproximadamente R$ 16 bilhões".

"Assim, não restaria alternativa a não ser firmar o acordo, inclusive para não penalizar ainda mais os consumidores de energia, diante de uma praticamente certa demanda judicial, com risco elevado, que viria caso o cenário de indefinições perdurasse ainda mais", destaca o ofício do ministro.

Procurado, o MME informou que "não comenta sobre o teor do acordo em andamento, antes da análise do mérito" e que vai considerar "a maior economia para o consumidor e a segurança energética, buscando equidade com os demais acordos do PCS já em vigor", com os grupos KPS e BTG.

Questionada, a Âmbar Energia não quis comentar.

O papel estratégico do Brasil em minerais críticos

Sustentabilidade

Carlo Pereira

A corrida global pelos minerais críticos e estratégicos (MCE) está redefinindo a geopolítica do século XXI, com implicações profundas para a economia brasileira e sua posição no cenário internacional. O Brasil, com seu vasto potencial geológico, tem a oportunidade de se tornar um ator central nesse novo tabuleiro global, mas para isso precisa urgentemente implementar uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) robusta e alinhada com os interesses nacionais.

A demanda por MCE, essenciais para tecnologias verdes e a transição energética, deve crescer exponencialmente nas próximas décadas. A Agência Internacional de Energia projeta um aumento de até 6 vezes até 2040. Essa escalada coloca o Brasil em uma posição privilegiada, dado que o país detém cerca de 20% das reservas globais de vários minérios críticos, incluindo bauxita, manganês e terras raras.

No entanto, o cenário atual é marcado por uma concentração preocupante nas cadeias de suprimentos. Essa dinâmica oferece ao Brasil uma janela de oportunidade para diversificar o mercado global e reduzir dependências unilaterais.

A PNMCE proposta pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) é um passo crucial nessa direção. Ela visa não apenas aumentar a produção doméstica, mas também agregar valor localmente, reduzindo a exportação de matérias-primas brutas. Essa abordagem é fundamental para posicionar o Brasil como um fornecedor confiável e estratégico de produtos de maior valor agregado, fortalecendo sua posição nas cadeias globais de valor.

Um aspecto crítico da política deve ser o estabelecimento de parcerias estratégicas. O Brasil tem a oportunidade de liderar uma coalizão de países do Sul Global, promovendo cooperação tecnológica e comercial. Isso não apenas fortaleceria a posição negocial do país, mas também criaria um contrapeso geopolítico às atuais concentrações de poder no mercado de MCE.

A segurança mineral deve ser tratada como questão de soberania nacional. A PNMCE precisa incluir metas claras de redução de dependência externa em minerais críticos, aliadas a investimentos em pesquisa e desenvolvimento para otimizar a exploração e o processamento desses recursos.

Do ponto de vista econômico, o potencial é significativo. O mercado global de minerais críticos deve atingir US$ 1,2 trilhão até 2030. Para capitalizar essa oportunidade, o Brasil precisa criar um ambiente atrativo para investimentos, com marcos regulatórios claros e incentivos fiscais direcionados.

A sustentabilidade deve ser um pilar central da PNMCE, não apenas por questões ambientais, mas como vantagem competitiva. O Brasil, com sua matriz energética majoritariamente limpa, pode oferecer MCE com baixa pegada de carbono, um diferencial cada vez mais valorizado no mercado global. A política deve incentivar a adoção de práticas de mineração sustentável e economia circular, posicionando o país como líder em "minerais verdes".

A geopolítica dos MCE também exige uma diplomacia mineral ativa. O Brasil deve fortalecer sua presença em fóruns internacionais como Brics, G20 e OCDE, defendendo um mercado global mais equilibrado e sustentável para esses recursos. Acordos bilaterais e multilaterais para garantir o fornecimento e o desenvolvimento conjunto de tecnologias de processamento devem ser prioridade na agenda diplomática brasileira.

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica de redefinir sua posição na economia global. A implementação de uma PNMCE estratégica e abrangente é o primeiro passo para transformar o potencial geológico do país em poder geopolítico e prosperidade econômica. O momento de agir é agora, antes que esta janela de oportunidade se feche.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU - Rede Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

INÊS 249

Educação Gestora de private equity do banco Itaú, que passa a deter participação de 30% dessa operação do grupo de ensino, marca sua entrada nesse segmento

Kinea faz aporte de R$ 415 milhões em escolas do SEB focadas em vestibular

Beth Koike
De São Paulo

O grupo SEB, do empresário Chaim Zaher, recebeu aporte de R$ 415 milhões da gestora de private equity Kinea para expansão do seu negócio de escolas com alto índice de aprovação em vestibulares, conhecido como SEB Performance. Com a transação, a Kinea passa a deter 30% dessa operação e entra no mercado de escolas de educação básica. A gestora do Itaú tem participações no Grupo A, de conteúdo pedagógico, e na Wizer, do empresário Flávio Augusto.

Os recursos serão destinados à crescimento orgânico e aquisições de colégios com esse perfil. Já há inclusive praças mapeadas, como por exemplo São Paulo, Campinas, Brasília, Recife e Fortaleza. Hoje, o SEB Performance tem cerca de 30 mil alunos distribuídos em várias regiões do país. A receita dessa unidade é de R$ 600 milhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R$ 118 milhões, em 2023. Ou seja, o múltiplo da transação foi de 12 vezes — acima de outras operações recentes desse setor que giraram entre nove e dez vezes.

Com isso, o SEB também passa a ter um investidor financeiro como Salta e Inspira, seus concorrentes diretos. As conversas entre Chaim e a Kinea começaram no ano passado após o UBS apresentar o empresário à gestora. Nessa época, outros fundos também estavam planejando entrar no mercado de escolas de educação básica — um segmento que está atraindo fundos e grupos educacionais estrangeiros.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Chaim Zaher, do SEB: Recursos serão para expansão orgânica e aquisições

Há cerca de quatro meses, a Inspira, rede de colégios controlada por um fundo do BTG, recebeu aporte de R$ 1 bilhão da Advent e do fundo canadense CPPIB. O Salta, que tem entre seus acionistas o empresário Jorge Paulo Lemann, também levantou R$ 1 bilhão com a Atmos, Mission e Warburg Pincus (que já era acionista e aumentou sua fatia).

Nos três grupos educacionais — SEB, Inspira e Salta — as participações negociadas foram de cerca de 30%. No entanto, no caso da empresa de Chaim Zaher, a fatia refere-se apenas à divisão das escolas com alto índice de aprovação no vestibular e não do grupo todo como ocorreu com Salta e Inspira. A família Zaher continua com 100% das escolas premium e que trabalham com novas metodologias pedagógicas (Concept, Pueri Domus, Carolina Patrício e Sphere), além do controle da operação global da rede canadense Maple Bear que passa por uma forte expansão em vários países.

"As escolas premium e de vanguarda continuam com a família, com as minhas sucessoras. A parceria com a Kinea vai proporcionar expandir os colégios de performance e ao mesmo tempo a família poderá investir ainda mais nas escolas premium e de vanguarda", disse Chaim Zaher, presidente do grupo SEB, que confirmou a transação. Está prevista a abertura de duas do Pueri Domus em São Paulo, uma Concept no Rio, um novo ponto para a escola carioca Carolina Patrício na zona sul e expansão das escolas bilíngues Sphere.

A meta é dobrar o número de alunos na SEB Performance em até quatro anos. Os planos do empresário são abrir o capital ou juntar o negócio de escolas de alto rendimento com outro grupo educacional — tanto a Inspira como Salta atuam nesse segmento educacional. "Não temos pressa, não temos pressão de fundo para IPO. A Kinea é um investidor de longo prazo, no mínimo sete anos", disse Chaim.

O mercado brasileiro de escolas de educação básica movimenta cerca de R$ 84 bilhões e o de cursos complementares R$ 6,4 bilhões, por ano, segundo a consultoria Oliver Wyman, com potencial de crescimento. Isso porque apenas 20% dos alunos estudam na rede privada. Em 2023, havia 9,4 milhões de estudantes em colégios particulares e 37,8 milhões na rede pública. Entre 2018 e 2023, o número de matrículas na rede pública caiu 4%; enquanto na privada subiu 5,6%, segundo o MEC.

> "A família continua com 100% das escolas premium e de vanguarda"
> *Chaim Zaher*

Relatório da CPI da CEEE cita falhas da empresa

Energia

Taís Hirata
De São Paulo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a CEEE Equatorial, distribuidora de energia gaúcha privatizada em 2021, apontou em relatório que a empresa realizou cobranças duvidosas sobre os consumidores, que houve demora excessiva para restabelecer a energia elétrica nos casos de interrupção e que há falhas nos canais de comunicação com os clientes, segundo a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde o inquérito é realizado.

O relatório foi aprovado pela comissão na segunda-feira (15), por sete votos favoráveis, contra três contrários. Segundo a Câmara, o texto afirma que o corte de 46% do quadro de funcionários da distribuidora levou a uma deficiência na operação, durante a transição da estatal para a empresa privatizada. Além disso, o relatório diz que há indícios de falta de qualificação da empresa terceirizada Setup, que precisarão ser averiguados.

No texto aprovado, há também críticas à atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que não aceitou o convite para depor na CPI e não respondeu tempestivamente às questões enviadas para o órgão, o que, segundo o relatório, sinalizou "complacência com as deficiências apresentadas pela concessionária dos serviços objetos dessa investigação". Procurados, a Equatorial e a Aneel não se manifestaram.

Aviação Melhora no endividamento da aérea põe concorrentes em alerta ante risco de briga por tarifa

Latam amplia limite de crédito com bancos

Cristian Favaro
De São Paulo

A companhia aérea Latam concluiu a renegociação de uma linha de crédito compromissada (chamada de "revolving credit facility"), elevando seu limite de crédito rotativo com as instituições financeiras de US$ 1,1 bilhão para US$ 1,5 bilhão.

O movimento da Latam na direção de melhorar seu endividamento é observado de perto pelas concorrentes Gol e Azul, segundo fontes, em meio a um receio de terem de aumentar sua queima de caixa ante uma Latam com fôlego para brigar por preço mais baixo de passagem.

Após seu Chapter 11, concluído em 2022, a Latam entrou no radar, porque todo o mercado hoje tem mantido uma política de aumento de tarifas. A leitura é que uma Latam menos endividada pode jogar o preço para baixo, provocando assim uma queima de caixa nos concorrentes, que enfrentam desafios para renegociar pendências financeiras.

A linha de crédito pré-aprovada ainda não foi acessada pela Latam, mas eleva o limite que o grupo pode levantar diante da necessidade de caixa.

O documento foi divulgado pela empresa ontem, em comunicado à comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (SEC, na sigla em inglês).

A renegociação envolve duas linhas. A primeira no valor de US$ 600 milhões, que foi ampliada para US$ 800 milhões, com vencimento transferido de novembro de 2025 para julho de 2029. Já a segunda era de US$ 500 milhões e foi elevada para US$ 750 milhões. A maturação da linha foi ampliada de novembro de 2026 para julho de 2029.

As linhas foram garantidas por uma combinação de aeronaves, motores e outras peças de propriedade da Latam.

Com a renegociação, a segunda linha teve condição igualada à primeira ao receber um desconto na taxa em caso de utilização de 1 ponto percentual (de 3% para 2% de taxa base alternativa, ou ABR, e de 4% para 3% para a taxa de financiamento overnight garantida). A linha prevê uma taxa de compromisso a partir de novembro de 2026 de 1% (contra 0,625% anteriormente).

US$ 1,5 bilhão é o total da linha renegociada

Os credores responsáveis pelas linhas de crédito são J.P. Morgan Chase Bank; Goldman Sachs Lending Partners; Citibank; Banco Barclays; Banco Santander; Deutsche Bank Securities, filial de Nova York; BNP Paribas; MUFG Bank e Natixis.

Os passos da Latam na direção de reduzir seu endividamento têm sido monitorados por Gol e Azul, concorrentes no mercado brasileiro. Enquanto a Gol atravessa uma reestruturação nos Estados Unidos, a Azul tem uma posição de dívida que tem chamado a atenção do mercado.

Recentemente, a Fitch Ratings reiterou as notas de crédito em moeda estrangeira e local da Azul em "B-" e a nacional em "BB(bra)" e alterou a perspectiva de estável para negativa. A mudança reflete questões como as pressões de queima de caixa, elevadas despesas com arrendamento e juros e queda do real.

Ao fim de março, a Latam tinha dívida líquida de US$ 5,2 bilhões — a empresa não divulga em reais. Gol e Azul têm dívida líquida de R$ 21 bilhões.

Cade investiga troca de dados entre montadoras de luxo

Concorrência

Beatriz Olivon
De Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu investigação sobre possível prática de condutas anticompetitivas no mercado de carros de luxo no Brasil. É o primeiro caso no país em que concorrentes são investigadas por buscarem mitigar a competição por inovação, segundo o órgão.

A indicação, feita em acordo de leniência firmado com a autarquia, é de trocas de informações sensíveis entre concorrentes. São investigadas Audi, BMW, Porsche, Mercedes-Benz Group (anteriormente Daimler), Mercedes Benz e Volkswagen. As empresas têm 30 dias para apresentarem a defesa.

A conduta anticompetitiva teria ocorrido a partir de meados de 1990, e teria durado até, pelo menos, 2017, segundo documento em que o Cade abre a investigação. No total, seis empresas apresentam algum grau de participação, além de 23 pessoas físicas funcionárias ou ex-funcionárias.

Informações e documentos apresentados na leniência indicam que os participantes da conduta trocaram informações potencialmente comercial e concorrencialmente sensíveis por meio de grupos de trabalho temáticos frequentes que se reuniam nas sedes das empresas de forma alternada. Não havia periodicidade pré-determinada, ou responsáveis por convocar ou organizar a realização destes grupos, assim como em trocas bilaterais. Os encontros costumavam acontecer sempre que fosse constatada a necessidade ou urgência sobre um assunto.

Em nota técnica, a Superintendência Geral do Cade (SG) aponta que a experiência antitruste registra que a "simples circulação de informação recente operacionalizada por certos tipos de agentes sobre determinados temas" carregam "grande risco" de gerar efeitos anticompetitivos. Entre os riscos está a facilitação de colusões expressas ou tácitas, já que os dados, quando concorrencialmente sensíveis, estabelecem parâmetros, ou redução de incerteza, com reflexo no ímpeto competitivo.

De acordo com Eric Hadmann Jasper, especialista em direito econômico e sócio do HD Advogados, apesar de não haver muita informação pública, o caso pode ser derivado de condenação de 2021 da Comissão Europeia. Em julho de 2021, a Comissão condenou Daimler (controladora da Mercedes), BMW e Volks (controladora de Audi e Porsche) e aplicou multa em todas, exceto a Daimler, beneficiária de acordo de leniência.

O advogado pondera que as poucas informações que constam na nota técnica, contudo, indicam que o caso no Brasil estaria enquadrado como troca de informações comercialmente sensíveis, enquanto na Europa foi tratado como cartel.

23 pessoas físicas estão no processo

Na nota técnica em que abre a investigação a SG indica que está demonstrada a existência de indícios robustos de infrações à ordem econômica praticadas pelas empresas, a ensejar a instauração de processo administrativo.

Uma das investigadas teria feito acordo de leniência, o que lhe concede imunidade total quanto a multas, além de extinguir a punição por crimes relacionados à ordem econômica se, na conclusão do caso, o Cade confirmar que as obrigações foram cumpridas.

Procurada, a Mercedes-Benz informou que o assunto diz respeito a uma investigação do Cade contra fabricantes originais de equipamentos alemães sobre conduta anticompetitiva em conexão com o desenvolvimento de diferentes tecnologias para automóveis de passageiros. Ainda segundo a empresa, o caso refere-se ao mesmo conjunto de fatos que foi objeto do processo da Comissão Europeia e está agora sendo analisado pelo Cade de acordo com a legislação local para o mercado brasileiro.

A BMW informou que ainda não recebeu mais informações sobre o conteúdo das alegações e que o Cade publicou apenas uma versão não-confidencial da decisão de instauração do processo. A empresa destacou que não comenta sobre processos em andamento.

A Volks disse que não teve acesso às informações ao procedimento administrativo e, portanto, não se manifestará. As demais empresas não responderam até o fechamento.

Smart Fit compra rede Velocity por R$ 183 milhões

Academias

Cristian Favaro e Felipe Laurence
De São Paulo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Grupo aposta na diversificação dos negócios, hoje focado nas academias

A Smart Fit anunciou ontem um acordo para comprar a rede de estúdios de spinning Velocity, em uma operação de R$ 183 milhões. O negócio foi bem recebido pelo mercado, que vê a aquisição como uma janela para a empresa crescer no Brasil para além das academias, hoje seu principal negócio.

"O grupo Smart Fit tem se adaptado às novas tendências do mercado. Nascemos com a Bio Ritmo em 1996 [modelo de mais valor agregado]. Em 2009 fomos para a Smart Fit [com tarifa mais acessível]. A partir de 2018 a gente começa a explorar estúdios e em 2019, o TotalPass [agregador]", explicou Diogo Corona, vice-presidente de Operações.

A Velocity hoje conta com 82 unidades, sendo que 77 são franquias. Ela é a maior rede de academias de spinning no Brasil. Teve R$ 35,6 milhões em faturamento e lucro de R$ 10,1 milhões no período de 12 meses até abril.

A empresa pagará R$ 163 milhões aos acionistas da Velocity no momento do fechamento da operação. Outros R$ 10 milhões serão liberados a partir do terceiro ano do fechamento até o sexto aniversário da operação. Ainda há uma parcela contingente de R$ 10 milhões, sujeita ao cumprimento de determinadas condições e metas, a ser pago depois de 12 meses do fechamento. Um dos fundadores, Shane Young, vai continuar na empresa.

No lado dos estúdios, Corona disse que a empresa vê um amplo espaço de sinergia junto aos franqueados com os outros modelos operados pela Smart Fit. "Essa vai ser a primeira aquisição que a gente vai ficar com a marca", disse.

A empresa tem uma estratégia mais cautelosa de investir no segmento de estúdios. O desafio, afirmou, é encontrar modalidades duradouras.

82 lojas é o tamanho da Velocity atualmente

"A gente entrou em todos os principais (de pilates a boxe). Bike a gente não havia entrado porque já tinha dono. Neste caso a estratégia foi M&A", disse. Hoje, a Velocity tem parcerias com a Gympass e ClassPass. O grupo vai inserir o TotalPass e avaliar se manterá os concorrentes.

Irma Sgarz e Felipe Rachede, do Goldman Sachs, avaliaram a aquisição como positiva. O preço pago seria baixo, apenas 1,5% do valor de mercado da Smart Fit. Já Luiz Guanais, Gabriel Disselli e Pedro Lima, do BTG Pactual, apontaram que o movimento fortalece um segmento ainda pequeno da empresas.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Bandeiras Birigui Auto Posto Ltda. -** CNPJ: 17.655.363/0001-68 - Endereço: Rua Bom Jesus, 1225, Bairro Vila Bandeirantes, Birigui/sp - Requerente: Wl Cobrança e Representação Comercial Eireli Epp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Requerido: **Casa de Ferragens Rotary Ltda. ME -** CNPJ: 03.504.873/0001-20 - Endereço: Av. João Paulo Ii, 1034, Bairro Jardim Santa Tereza - Requerente: Casa de Ferragens Rotary Ltda. ME - Vara/Comarca: 1a Vara de Embu Das Artes/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **G Comércio de Hortifruti Ltda. -** CNPJ: 35.433.081/0001-06 - Endereço: Rua Antonio Rahe, 680,bloco 04, Residencial Soter - Requerente: Its Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Requerido: **Rafael Cardoso de Azevedo Epp -** CNPJ: 05.697.015/0001-74 - Endereço: Av. Governador Carvalho Pinto, 363 A, Centro, Silveiras/sp - Requerente: Octavio Giusti Filho e Fernando Giusti - Vara/Comarca: 1a Vara de Cachoeira Paulista/SP

Requerido: **Tf de Macedo ME -** CNPJ: 17.209.954/0001-01 - Endereço: Rua Das Belezas, 595, Sala 01, Bairro Vila Plana - Requerente: Forbo Pisos Ltda. - Vara/Comarca: 14a Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo/SP

Requerido: **Vibelplast Embalagens Plásticas Ltda. -** CNPJ: 00.605.377/0001-74 - Endereço: Av. Novo Brasil, 585, Cidade Industrial Satélite, Guarulhos/sp - Requerente: Nova Trigo Resinas Termoplásticas Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Sthilo Fábrica de Rótulos e Bobinas Ltda. -** CNPJ: 03.996.895/0001-54 - Endereço: Rua Vereador Dirceu Pavoni, 246, Bairro Campina do Arruda, Almirante Tamandaré/pr - Administrador Judicial: Dr. Murilo Ramon - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Caperfil Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 23.936.951/0001-72 - Endereço: Alameda Plutão, 255, American Park Empresarial Nr, Indaiatuba/sp - Requerente: Lealfer Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara de Indaiatuba/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Requerido: **Hospimetal Indústria Metalúrgica de Equipamentos Hospitalares Ltda. -** CNPJ: 54.178.983/0001-80 - Endereço: Rua Brigadeiro Faria Lima, 2701, Bairro Parque Industrial - Requerente: Aços G3 Comércio e Beneficiamento Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Araçatuba/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Novatech Sistema de Segurança Ltda. -** CNPJ: 19.623.898/0001-82 - Requerente: Novatech Sistema de Segurança Ltda. - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Pedido de auto falência indeferido.

Requerido: **Platinum Construtora e Incorporadora Eireli ME -** CNPJ: 09.162.465/0001-13 - Requerente: Germano Arrais Nogueira, Marcelo de Souza Brito e Francisco Ribeiro Filho - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Seed'el Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Produtos Elétricos Ltda. -** CNPJ: 07.918.302/0001-92 - Requerente: New Trade Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Mogi Guaçu/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agropecuária Giruá Ltda. -** CNPJ: 88.746.763/0001-27 - Endereço: Av. Santo Ângelo, 1074, Bairro São José, Giruá/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS

Empresa: **Autpro Elétrica e Automação Industrial Ltda. ME -** CNPJ: 23.417.281/0001-88 - Endereço: Rua Osvaldo Almeida de Souza, 136, Bairro Cinep, Sertãozinho/sp - Administrador Judicial: F. Rezende Consultoria e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Frederico Antonio Oliveira de Rezende - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Marlon Engler -** CNPJ: 55.756.560/0001-62 - Endereço: Fazenda Guaíra Ii, S/nº, Zona Rural, Juara/mt - Administrador Judicial: Dra. Suzimaria Maria de Souza Artuzi - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Mcam Fabricação, Automação e Montagem Ltda. -** CNPJ: 20.184.832/0001-12 - Endereço: Av. Senador Ruy Carneiro, 303, Sala 1801, Edifício Comercial Greentower, Bairro Brisamar - Administrador Judicial: Dr. Antonio Elias de Queiroga Neto - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB

Empresa: **Supermercado Marçalo Ltda. -** CNPJ: 46.353.561/0001-75 - Endereço: Estrada do Campo Limpo, 4445, Bairro Campo Limpo - Administrador Judicial: Exata's Perícias Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Sr. Pedro Araújo Carneiro - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **A Prosolução Indústria, Comércio e Serviços Ltda. -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 2a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **L'essence Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 64.949.480/0001-14 - Endereço: Av. Thevear, 235, Bairro Quinta da Boa Vista - Vara/Comarca: 3a Vara de Itaquaquecetuba/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Lapiendrius Indústria e Comércio Ltda. Epp -** CNPJ: 01.860.614/0001-06 - Endereço: Rua Cobalto, 325, L3, Boxes 1, 2 e 3, Corredor Industrial - Vara/Comarca: 3a Vara de Itaquaquecetuba/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Petite Marie Química Fina Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. -** CNPJ: 57.402.620/0001-74 - Endereço: Av. Cobalto, 325, Corredor Industrial - Vara/Comarca: 3a Vara de Itaquaquecetuba/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sociedade Mercantil Centro Norte Ltda. -** CNPJ: 01.989.691/0001-60 - Endereço: Rua Dezenove, S/nº, Quadra 21, Lote 02, Sala 06, Polo Empresarial Goiás, Etapa Ii, Aparecida de Goiânia/go - Vara/Comarca: 2a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Cimento Negociação com os credores e venda das operações são cruciais para a companhia

‘Moratória’ expõe sangria financeira da InterCement

Análise

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

O pedido de “moratória de 60 dias” da InterCement, que pertence à Mover (ex-Camargo Corrêa), aos credores, expõe a sangria financeira de um grupo que já foi um dos maiores do país.

A companhia entrou com pedido de tutela cautelar na segunda-feira (15) para evitar a cobrança antecipada de dívidas com “bondholders”, de quase R$ 3 bilhões que vencem nesta quarta-feira (17). A dívida total do grupo é de quase R$ 12 bilhões — as renegociações vêm de longa data. A cimenteira vendeu ativos na Europa e na África para reduzir a dívida.

A companhia quer manter também a mediação com os principais credores, os bancos em sua maioria, e com a CSN, de Benjamin Steinbruch, que tinha contrato de exclusividade para aquisição das operações no Brasil e Argentina até sexta-feira passada (12).

A ideia é reconstruir nos próximos 60 dias, segundo um interlocutor da empresa, um acordo de recuperação extrajudicial para evitar proteção contra os credores na Justiça. “Podemos construir a quatro mãos ou a seis [se CSN quiser manter as conversas]”, disse essa fonte. InterCement e Mover não quiseram comentar o assunto.

> Tutela cautelar contra credores foi concedida para a empresa na segunda-feira

O problema é que a cada dia que passa — e no caso da InterCement, a crise financeira da companhia está exposta há vários meses —, se as negociações não avançarem, o caminho para uma recuperação judicial fica mais urgente.

Nos últimos meses, as negociações entre CSN e os bancos foram intensas. Um dos entraves é que a CSN assumiria, na negociação, parte da dívida da Mover com o Bradesco, que é garantida por ações da antiga Camargo Corrêa na CCR — e a Mover quer ficar com parte dessas ações liberadas, o que desagrada o credor, segundo fontes. O banco tem em garantia ações que representam 14,86% do capital da operadora de rodovias e tem um contrato de opção de venda de ações equivalente a 4,27% da InterCement Participações.

A venda das operações no Brasil e Argentina segue em aberto. A CSN tinha a preferência, mas o grupo não descarta vender o controle da Loma Negra para outra companhia para levantar capital. Segundo esse interlocutor, há demanda por esse ativo.

No Brasil, a Votorantim Cimentos é líder do setor, com um terço do mercado. A InterCement é a segunda maior, com 15,5% de participação. Já a CSN tornou-se a terceira após a aquisição da LafargeHolcim.

A empresa da família Steinbruch está buscando avançar no setor de cimentos e tem feito pesadas aquisições nos últimos anos para se tornar uma das maiores, ao lado da Votorantim.

> **R$ 3 bi**
> **em dívidas poderiam ser antecipadas**

Para uma pessoa a par do assunto, a compra da InterCement é estratégica para diluir a exposição do grupo em commodities, como aço e minério.

Se a CSN consumar a aquisição, passa a disputar a liderança com a Votorantim Cimentos. A operação, contudo, estará sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Um comprador é crucial para a InterCement — os acionistas da família fundadora querem passar adiante o negócio e se livra da dor de cabeça que um dos principais negócios do grupo se tornou nos últimos anos. Difícil é prever, neste momento, como a crise financeira se desenrolará.

BID financia conexão em cidades pequenas

Telecomunicações

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou empréstimo de US$ 100 milhões (ou cerca de R$ 540 milhões na cotação do dia) voltado para projetos de conectividade digital e ampliação da cobertura de banda larga fixa em municípios com menos de 30 mil habitantes. O financiamento tem um prazo de amortização de 24,5 anos, com carência de cinco anos, taxa de juros baseada no custo médio de empréstimos em dólar tomados por bancos garantidos por títulos americanos (SOFR, na sigla em inglês) e com exigência de contrapartida do agente financeiro local de US$ 1,5 milhão.

A liberação dos recursos, dentro do chamado Programa de Ampliação do Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações, foi aprovada pela diretoria executiva da instituição de fomento. Os recursos serão disponibilizados de acordo com critérios definidos pelo Ministério das Comunicações.

A expectativa é de que essa oferta de crédito beneficie 2,5 milhões de pessoas, com mais oportunidades de acesso a iniciativas voltadas para o avanço da transformação digital do Brasil.

O financiamento tem duas abordagens. A primeira é facilitar o acesso ao crédito dos pequenos prestadores de serviços de internet que investirem em infraestrutura de banda larga fixa nos pequenos municípios, incluindo a implantação de cabos de fibra óptica e a instalação de equipamentos com funções de economia de energia ao longo da infraestrutura.

Por meio dessa iniciativa, o BID vai reforçar os recursos oferecidos pelo Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a expansão do serviço de conectividade em regiões com baixa atratividade comercial, mas com impacto social relevante. O fundo conta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro, que trabalha sob orientação do Conselho Gestor do fundo que é presidido pelo Ministério das Comunicações.

> **US$ 100**
> **milhões é o valor do empréstimo aprovado**

A segunda abordagem “contribuirá para reduzir as assimetrias de informação” entre os pequenos prestadores de serviços de internet e instituições financeiras de crédito. Na prática, o banco quer implantar um sistema de tecnologia da informação que “complementará os mecanismos de qualificação de crédito” usados hoje.

De acordo com o BID, essa é a sexta operação “crédito condicional” oferecida pelo banco para o programa federal “Brasil Mais Digital”, aprovada em abril de 2021.

Curtas

Produção da BHP

A BHP produziu mais minério de ferro e cobre no último ano fiscal concluído em 30 de junho. O desempenho foi impulsionado pelas novas minas adquiridas na Austrália. Em contrapartida, a companhia extraiu menos carvão metalúrgico devido a chuvas inesperadamente intensas. A empresa anunciou nesta terça-feira (16) que produziu 259,7 milhões de toneladas métricas de minério de ferro no período de 12 meses concluído em junho, aumento de 1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O minério de ferro representa a maior parte dos lucros da BHP. Para o próximo ano, a mineradora prevê uma produção estável de minério de ferro e espera novamente produzir mais cobre e menos carvão.

Klabin conclui compra

A Klabin concluiu, nesta terça-feira (16), a aquisição dos ativos florestais do projeto Caetê. Na operação, realizada por meio de controladas da companhia, a Klabin levou 100% do capital social da Arauco Florestal Arapoti (AFA) e da Arauco Forest Brasil (AFB) e, indiretamente, 49% do capital social da Florestal Vale do Corisco (VdC), além de 100% da Empreendimentos Florestais Santa Cruz (SC). De acordo com a companhia, a conclusão da operação foi efetivada após a verificação das condições suspensivas acordadas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A operação foi aprovada pelos acionistas da Klabin em assembleia realizada em 16 de abril de 2024.

INÊS 249

Tecnologia Ação civil pública alega que a rede social da Meta teria violado direitos dos usuários relacionados à política de privacidade

MPF e Idec acionam WhatsApp e pedem indenização de R$ 1,7 bi

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) ingressaram com ação civil pública para que o WhatsApp — de propriedade da Meta, assim como Facebook e Instagram — seja condenado a pagar indenização de R$ 1,7 bilhão por danos morais coletivos, entre outras obrigações. A plataforma teria violado, principalmente, direitos dos usuários relacionados à política de privacidade no Brasil.

O pedido judicial ocorreu na esteira da decisão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que, no dia 2 de julho, determinou que a Meta suspendesse o uso de dados pessoais dos usuários das plataformas para treinamento do seu sistemas de inteligência artificial (IA) generativa.

Em nota, o MPF diz que, "sem apresentar informações adequadas sobre as mudanças de sua política de privacidade em 2021, a empresa violou direitos dos usuários do aplicativo no Brasil ao forçar a adesão às novas regras e, com isso, viabilizar a coleta e o compartilhamento abusivo de dados pessoais com outras plataformas do Grupo Meta, entre elas o Facebook e o Instagram". E informou ainda que ANPD "também é alvo da ação".

O MPF e o Idec calcularam o valor do pedido de indenização baseado nos valores que o WhatsApp foi condenado a pagar na Europa por irregularidades semelhantes. De 2021 a 2023, a União Europeia impôs à Meta multas de € 230,5 milhões por omissões e ilegalidades na política de privacidade do aplicativo que ampliaram o compartilhamento de informações pessoais dos usuários no continente, o que, mesmo após recursos, foi mantido judicialmente.

Ao adotarem a quantia em euros como base para chegar ao valor de R$ 1,7 bilhão, os autores da ação consideraram o fato de o Brasil ser um dos maiores mercados do WhatsApp no mundo (cerca de 150 milhões de usuários). "O montante é compatível com a capacidade financeira do Grupo Meta, que em 2023 registrou lucro de US$ 39 bilhões", disse o MPF.

O MPF defende que, caso a Justiça brasileira acolha o pedido de condenação, o pagamento não seja destinado individualmente aos usuários lesados, mas a projetos financiados pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). Além da indenização, o MPF e o Idec pedem que o WhatsApp seja obrigado a interromper imediatamente o compartilhamento de dados pessoais para finalidades próprias das demais empresas do Grupo Meta, como a veiculação personalizada de anúncios de terceiros.

A ação pede ainda que o aplicativo disponibilize "funcionalidades simples" que permitam aos usuários o exercício de seu direito de recusar as mudanças trazidas pela política de privacidade da plataforma, a partir de 2021, ou mesmo de voltar atrás e cancelar a adesão que eventualmente já tenham feito, sem que sejam proibidos de continuar usando o serviço.

A ação civil pública aponta que as práticas do WhatsApp "desrespeitam vários dispositivos" da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Entre eles, o direito dos usuários estarem "amplamente informados e livres de coação ao manifestarem o consentimento para que seus dados pessoais sejam utilizados no mercado". Há ainda violação de garantias previstas no Marco Civil da Internet e no Código de Defesa do Consumidor.

Procurada pelo **Valor**, a Meta respondeu: "Não fomos intimados, portanto não comentaremos a respeito".

MARIA ISABEL OLIVEIRA/ AGÊNCIA O GLOBO

O Brasil é um dos maiores mercados do aplicativo WhatsApp no mundo

"Infrações judiciais em IA estão em fase inicial", diz advogado

Daniela Braun
De São Paulo

As infrações atreladas ao uso indevido de dados por ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa ainda estão em fase inicial, mas as leis de proteção de dados são uma forma eficiente de combater tais delitos, disse ontem (16) em São Paulo Max Schrems, advogado que luta pelos direitos digitais na Europa.

Há vários casos de investigação sobre as práticas de empresas de tecnologia em andamento, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. E o advogado reiterou que as leis de proteção de dados como a GDPR europeia e a LGPD brasileira são "ferramentas importantes para impulsionar" o uso correto de informações por softwares de inteligência artificial.

Ele chamou atenção para a dona do software mais famoso do mundo, o ChatGPT. "A OpenAI disse não ser capaz de corrigir informações erradas fornecidas por sua ferramenta por não poder treinar novamente seu algoritmo", disse Schrems durante o painel "Litígio estratégico contra big techs" na Faculdade de Direito da USP.

O advogado, que acompanha de perto as disputas judiciais envolvendo o ambiente digital na União Europeia, alertou que os processos de aplicação efetiva das leis precisam se modernizar. "Os processos na Irlanda, onde estão as sedes europeias de gigantes de tecnologia, são lentos, caros e feitos manualmente", criticou.

Ao lado de Schrems, a coordenadora do programa de telecomunicações e direitos digitais do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Camila Contri, destacou a frase do advogado de que "não há inovação nas infrações à lei".

Nesta terça-feira (16), o Idec protocolou uma ação civil pública por violação de privacidade do aplicativo WhatsApp, da Meta, envolvendo uma indenização de R$ 1,7 bilhão por uso indevido de dados pessoais pela empresa. A ação foi apresentada em conjunto com o Ministério Público Federal *(ver reportagem nesta página)*.

No dia 2, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão que regula a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira, emitiu uma "medida preventiva" determinando a suspensão do uso indiscriminado de dados pessoais de usuários da Meta para treinar sistemas de IA generativa.

No dia 10, a ANPD ampliou por cinco dias o prazo para que a Meta entregasse parte da documentação que atesta o cumprimento da medida preventiva, à pedido da empresa. O prazo já terminou. Procurada pelo **Valor**, a Meta disse que não iria comentar.

A medida preventiva foi tomada após denúncias formalizadas pelo Idec à ANPD e ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) sobre a potencial ameaça de dano aos direitos dos usuários com a entrada em vigor, no mês passado, da nova política de privacidade da Meta no Brasil.

O Idec chamou atenção para o fato de a Meta de não ter tomado no país os mesmos cuidados que adotou em países europeus na implementação de sua nova política de uso de dados.

Considerado um dos expoentes da luta pelos direitos digitais na Europa, Schrems acumula vitórias históricas nos tribunais europeus contra as gigantes da tecnologia, as "big techs". Uma de suas denúncias envolveu a vulnerabilidade usada pela Cambridge Analytica, assessoria britânica que trabalhou para a campanha de então candidato à Casa Branca Donald Trump, na coleta de dados do Facebook para influenciar o resultado das eleições americanas.

Em 2017, Schrems fundou a organização sem fins lucrativos "Noyb", sigla em inglês para "none of your business" [não é da sua conta, em tradução livre], onde atuam 25 colaboradores.

Em sua atuação na Europa, o austríaco alegou que o tratamento dos dados privados pelas plataformas expunha os usuários das redes sociais à vigilância de governos e agências de inteligência, especialmente dos EUA.

Schrems, hoje com 36 anos, tinha 24 quando formalizou as primeiras queixas contra a transferência de dados de cidadãos europeus, por empresas como Meta e Google, para os EUA.

DANIELA BRAUN/VALOR

Processos na Irlanda, onde estão as sedes europeias de big techs, "são lentos e caros" *Max Schrem*

Reino Unido investiga contratação de pessoal feita pela Microsoft

Madhumita Murgia e Camilla Hodgson
Financial Times, de Londres

O órgão de fiscalização da concorrência no Reino Unido lançou oficialmente uma investigação sobre a contratação, pela Microsoft, de pessoal da startup InflectionAI, em mais um sinal do aprofundamento do escrutínio global sobre os investimentos dos grupos de tecnologia.

A Competition and Markets Authority (CMA) disse nesta terça-feira (16) que tem "informações suficientes" em relação à contratação pela Microsoft de "certos ex-funcionários da Inflection AI e sua entrada em acordos com a Inflection, para permitir o início de uma investigação".

A decisão de lançar uma investigação formal sobre fusão acontece depois que a autoridade reguladora solicitou, em abril, comentários sobre a ligação Microsoft-Inflection, como parte de preocupações maiores sobre os negócios na indústria de inteligência artificial (IA). A CMA disse que o prazo para levar sua investigação para o próximo nível é 11 de setembro.

A Microsoft disse estar "confiante que a contratação de talentos promove a competição" e que o acordo com a Inflection "não deveria ser tratado como uma fusão".

O grupo de tecnologia acrescentou que fornecerá à CMA "as informações de que ela precisa para concluir suas investigações rapidamente".

A Microsoft, que participou de uma rodada de financiamento de US$ 1,3 bilhão para a Inflection no ano passado, pagou US$ 650 milhões em março para contratar o presidente-executivo da startup, Mustafa Suleyman, cofundador da DeepMind da Google, juntamente com vários outros membros da equipe, e para licenciar sua tecnologia.

A Inflection foi fundada como uma empresa de IA de consumo em 2022, com um chatbot [software que simula um ser humano em uma conversação] chamado Pi. Em março, ela passou a vender software empresarial de IA para empresas, depois que a maior parte de seus funcionários saiu para se juntar à Microsoft.

A movimentação atraiu o escrutínio das autoridades reguladoras e especialistas jurídicos sob a alegação de que se assemelhava a uma aquisição pela Microsoft, mas não estava sujeita às regras formais de aquisições.

A CMA disse em abril que estava buscando opiniões sobre se as parcerias firmadas pela Microsoft e Amazon com startups de IA, incluindo o acordo da Microsoft com a Inflection, "se enquadram nas regras de fusão do Reino Unido".

A Microsoft e a Inflection enfatizaram na ocasião que o acordo não era uma aquisição e que a Inflection continuava sendo uma empresa independente.

A parceria está longe de ser o único acordo de uma "big tech" na área de IA a atrair a atenção das autoridades reguladoras nos Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia.

Este mês, a Microsoft desistiu de seu assento como observadora no conselho de administração da OpenAI, enquanto a Apple disse que não assumirá uma posição similar, em meio à preocupação crescente que os investimentos em inteligência artificial vêm despertando nas autoridades reguladoras globais.

A Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia, disse em junho que estava explorando a possibilidade de uma investigação antitruste sobre a ligação Microsoft-OpenAI, depois de ter dito que não prosseguiria com uma investigação sob as regras de controle de fusões. A Federal Trade Commission dos EUA também começou a investigar investimentos feitos por "big techs" como Microsoft, Amazon e Google, em startups de IA generativa. *(Tradução de Mario Zamarian)*

2022
é quando foi criada a InflectionAI

Curta

Luxo mais barato na China

Os artigos de luxo estão recebendo descontos na China que chegam a 50%, à medida que os consumidores das classes médias controlam seus gastos com produtos caros e grupos varejistas lidam com um excesso de estoques, informou o "Financial Times". Os descontos estão sendo oferecidos principalmente por marcas muito desejadas como Versace e Burberry, num momento em que os outrora vorazes consumidores chineses da classe média se mostram mais comedidos. Essas marcas começaram a vender seus produtos em plataformas locais de e-commerce para aproveitar um boom nos gastos com artigos de luxo durante a pandemia de covid-19. Os estoques estão altos e as empresas de comércio eletrônico estão agora cortando os preços para movimentar as vendas em uma economia em desaceleração.

Empresas

Marketing Instituições financeiras e empresas de consumo apostam em Terry Crew, Will Smith, Madonna, Bruno Mars e Leslie David Baker

Artistas estrangeiros aparecem mais em campanhas no Brasil

Luana Dandara
De São Paulo

O uso de celebridades estrangeiras pode não ser uma novidade na publicidade brasileira, mas ressurge com força renovada. Marcas têm, nos últimos meses, recorrido a figuras como Terry Crew, Will Smith, Madonna e Bruno Mars como garotos-propaganda.

Com entradas no horário nobre da TV e grande campanha em redes sociais, a Shopee contratou o ator Terry Crews, conhecido pelo filme 'As Branquelas' e pelo seriado 'Todo Mundo Odeia o Chris', como novo embaixador da marca. A postagem de anúncio atraiu mais audiência nas redes sociais do que, somadas, as ações publicitárias com o grupo É o Tchan!, a apresentadora Xuxa e a cantora Ludmilla para a plataforma.

"Esse é o potencial de ter um astro como o Terry Crews em uma campanha. De fato, é um investimento mais alto em comparação à contratação de celebridades nacionais, principalmente em um momento de alta cambial do dólar, mas os resultados também acompanham", diz Rodrigo Farah, chefe de marca e vendas ao vivo ("live commerce") da Shopee.

No comercial, criado para o aniversário da marca em 7 de julho, Crews desembarca no Rio de Janeiro para a comemoração, fala em português e faz a "dança do peitoral", como no filme As Branquelas. A data promocional registrou o maior número de acessos únicos em um único dia na plataforma da Shopee, presente no país há quatro anos, e o dobro de vendas do mesmo período do ano passado.

Para a gravação, Crews viajou dos Estados Unidos para a cidade de Cotia, em São Paulo, onde aconteceram as gravações. Outras campanhas já gravadas com o ator irão ao ar em breve. Ao todo, 27% dos mais de 14 milhões de seguidores nas redes sociais do ator são brasileiros, ficando atrás apenas dos norte-americanos, que representam 28%.

Criada em 2019, a "fintech" Nomad busca ficar mais conhecida. Para isso, contratou o ator Will Smith para sua primeira grande campanha veiculada na TV. No anúncio, ele fala português, espanhol, francês e até japonês por meio do uso de inteligência artificial (IA), com o objetivo de reforçar a mensagem "sem fronteiras" da empresa, que oferece investimentos no exterior e cartão de débito aceito em mais de 180 países.

Na data seguinte ao lançamento da campanha, em 1º de julho, às visitas ao site da Nomad registraram alta de 276%. Nos canais nas redes sociais o aumento foi de 37%, em especial no Instagram, que apresentou elevação de 200%.

"O ator é uma das celebridades com maior vínculo e engajamento com os brasileiros, e nunca havia feito campanha publicitária no Brasil. Além disso, a presença dele com a brincadeira do idioma materializa o conceito criativo da campanha. Não é um uso gratuito de celebridade", diz a diretora de marketing da Nomad, Thais Souza Nicolau.

Para o CEO, sócio e copresidente da Africa Creative, Márcio Santoro, agência responsável por campanhas como a dos 100 anos do Itaú com a cantora Madonna,

> "É preciso não correr o risco da celebridade ser maior do que a campanha"
> *Márcio Santoro*

DIVULGAÇÃO

Terry Crew, ator conhecido pelo filme "As branquelas", estrelou campanha da Shopee no Brasil falando português

a estratégia de usar uma celebridade internacional em uma campanha publicitária precisa ser feita com pertinência e envolvimento em uma narrativa da marca. "Não adianta achar que só colocar uma celebridade internacional vai fazer com que a campanha tenha sucesso. Não é uma fórmula. É preciso ter pertinência, inclusive, para não correr o risco da celebridade ser maior do que a própria campanha e as pessoas nem lembrarem da marca ou daquela história que ela está tentando contar. Quer dizer, a celebridade nacional ou internacional tem que ser parte de um todo", disse Santoro.

No caso do Itaú, outras celebridades estrelaram a ação em comemoração aos centenário do banco com o slogan "Feito de Futuro", como a atriz Fernanda Montenegro, os jogadores Ronaldo 'Fenômeno' e Marta, o cantor Jorge Ben Jor e a bailarina Ingrid Silva. "Escolhemos celebridades maiores do que o tempo, cujas histórias se reinventam. Isso se comunica com a própria história do banco. E nos resultados, os filmes com as celebridades nacionais foram tão bem avaliados quanto o com a Madonna. Isso mostra que quando as personalidades, nacionais ou internacionais, fazem parte de uma narrativa da marca, elas têm muita força e os investimentos se justificam", afirmou o CEO da Africa.

A apresentação da cantora na praia de Copacabana, no Rio, promovida pelo Itaú em parceria com a Heineken, reuniu mais de 1,6 milhão de pessoas, segundo dados da Riotur. O banco acumula em seu histórico ações publicitárias com o ator Sylvester Stallone, o tenista Carlos Alcaraz e o piloto de Fórmula 1 Lewis Hamilton.

A Africa também é a responsável pela ação da Budweiser com Bruno Mars. A Ambev, que fabrica no Brasil a cerveja, promove, em 1º de outubro, uma apresentação do cantor, em sua turnê no Brasil, com o objetivo de angariar recursos para as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul. "É um match perfeito: de um lado, esse ícone do pop internacional e um dos artistas mais aclamados da atualidade e, de outro lado, Budweiser, uma marca internacionalmente conhecida por sua ligação histórica com a música e sua ampla experiência na promoção de festivais e astros do circuito musical", disse a diretora de marketing da Budweiser, Mariana Santos.

Em fevereiro deste ano, o Nubank promoveu uma ação de marketing com o ator Leslie David Baker, conhecido pelo personagem Stanley na série "The Office". O astro protagonizou "Planos no Papel", um curta-metragem de sete minutos em que ele decide abrir um negócio no Brasil e passa a usar os serviços do Nubank. O projeto bateu todos os recordes em ações de marketing do banco. "Foram mais de 18 milhões de visualizações e conseguimos passar de forma muito natural a mensagem sobre os nossos produtos. Isso é utilizar o entretenimento de forma autêntica", disse a diretora de marketing do Nubank, Isabela Abbês.

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Conjuntura Anúncio, feito em reunião do setor com presidente Lula, inclui aportes já iniciados em 2023

Indústria de alimentos investirá R$ 120 bi

Rafael Walendorff
De Brasília

Representantes da indústria de alimentos confirmaram ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva investimentos de R$ 120 bilhões no país até 2026. Serão destinados cerca de R$ 75 bilhões para a ampliação e modernização de plantas, além da construção de novas unidades em todo o Brasil. As empresas do setor também vão aportar R$ 45 bilhões em pesquisa e desenvolvimento.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas disse a Lula que o setor cresceu 3,3% no primeiro semestre deste ano, mas não deu mais detalhes sobre os números. Em 2023, o faturamento setorial foi de R$ 1,161 trilhão.

"Essa reunião veio para confirmar ao governo a aposta que a indústria brasileira de alimentos faz no país. Nós continuamos apostando na potencialidade do nosso país. E os números estão vindo", afirmou Dornellas a jornalistas após reunião com Lula.

Parte dos investimentos já havia sido anunciada. Em 2023, já foram aplicados R$ 36 bilhões. Entre as iniciativas estão aportes de R$ 15 bilhões da JBS na expansão produtiva em Mato Grosso, de R$ 7 bilhões da Nestlé na ampliação de fábricas e na produção de café em Araras (SP) e de R$ 5,6 bilhões da BRF em frigoríficos pelo país.

A lista inclui R$ 4 bilhões da Coca-Cola para a modernização e expansão das fábricas; R$ 3,5 bilhões da Coamo para a ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de grãos e R$ 3,5 bilhões da CMAA para a expansão da capacidade de moagem e produção de açúcar em Minas Gerais.

Outros investimentos confirmados são da Cargill (R$ 2,6 bilhões), da Nutriza Alimentos Nordeste (R$ 2 bilhões), da Bunge Alimentos (R$ 1,7 bilhão), da Cocamar (R$ 1,3 bilhão), da Pepsico (R$ 1,2 bilhão), da Mondelez (R$ 1 bilhão). Aportes da Bauducco, Camil, Cooperativa Oeste Catarinense, C. Vale, Caramuru, Cerradinho, Comigo, Cooperativa Agropecuária Tradição, Copasul, Laticínios Tirolez, Kellanova, Natural One, Cutrale, Usinas Caripe, General Mills e Unilever somam outros R$ 8,2 bilhões.

RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Lula, o vice Alckmin e ministros em reunião no Planalto com representantes da indústria de alimentos

Carlos Fávaro, ministro da Agricultura, disse que o governo tem atuado para "atrapalhar menos" as agroindústrias, com medidas de desburocratização, como a certificação eletrônica de exportações.

"Já tínhamos um campo forte e agora passamos a ser o supermercado do mundo, já que somos o maior exportador de alimentos industrializados, prontos para o consumo", disse Dornellas.

Segundo com informações da Abia, 61% do que o campo brasileiro produz é comprado e processado pela indústria nacional.

Torrefadoras de café encaram oferta irregular

Cenários

Isadora Camargo
De São Paulo

A oferta de café para processamento pela indústria nacional está irregular, o que afeta os estoques e pode se refletir em aumento de preços no varejo. É o que mostra o índice de oferta de café para a indústria (IOCI), da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). Entretanto, a entidade, que reúne as empresas do setor, descarta falta de café no mercado.

Segundo a associação, o IOCI, na média em geral, para o café arábica entre 17 de junho e 28 de junho ficou em 5,12 pontos, o que indica "suprimento seletivo" para as empresas. O indicador de normalidade, em geral, é de 7 a 9 pontos. Para o café conilon, o IOCI ficou em 5,66 pontos. "Durante os últimos meses, o suprimento vem se mantendo seletivo, mesmo com a entrada da nova safra brasileira de café", afirma a Abic em relatório.

"Mesmo o indicador apontando para o suprimento seletivo, não há falta de café. Devido à volatilidade do preço da matéria-prima, há maior pressão nas negociações, causando insegurança tanto para quem vende quanto para quem compra", avalia a entidade.

O cálculo do índice — levantado com a participação voluntária de empresas associadas — leva em consideração três fatores: quantidade disponível, que indica a dificuldade de abastecimento; a qualidade desejada do produto oferecido; e dificuldade com a fonte de fornecimento.

Desde o ano passado, o mercado de café sinaliza para a necessidade de recomposição dos estoques nas indústrias mundiais, incluindo a do Brasil.

Com o clima adverso prejudicando a produção de outras origens, como o Vietnã e a Indonésia — que cultivam robusta —, o déficit da indústria deve continuar e deve sustentar altas das cotações do grão nas bolsas de Londres e Nova York nas próximas semanas, segundo Guilherme Morya, analista de café do Rabobank.

Nesse ambiente, o Brasil tem ampliado suas exportações, tanto de arábica quanto de conilon, ocupando espaços no mercado internacional. Na última safra 2023/24, os volumes embarcados de conilon dispararam — a alta foi de 461,1%, para 8,23 milhões de sacas. Já as vendas externas de café arábica subiram 16,7%, para 35,4 milhões.

Segundo o relatório da Abic, o mercado brasileiro acompanha as cotações internacionais, mas o repasse ao consumidor final é lento. "Apesar de a matéria-prima corresponder a 70% do custo total do café industrializado, existem outros fatores, como concorrência e negociação com o varejista, que contribuem para que o consumidor não sinta de imediato o efeito desta volatilidade", acrescenta o relatório.

No mercado internacional, os preços do café arábica, na bolsa de Nova York, acumulam neste ano valorização de 30,83% e os de robusta, aumento de 60,93%, na bolsa de Londres.

Enquanto produtores brasileiros e agentes da cadeia cafeeira tentam realizar lucros, seja na venda doméstica ou nas exportações, a safra 2024/25 caminha para a etapa final no campo. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção na temporada deverá atingir a 58,8 milhões de sacas de 60 quilos, alta de 6,8% sobre a safra anterior.

Há outras estimativas mais otimistas, como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que projeta 69,9 milhões de sacas para o mesmo ciclo.

De olho na disponibilidade
Índice de oferta de café arábica para a indústria*

Média geral	Dificuldade com a fonte	Dificuldade com a qualidade	Dificuldade com o abastecimento
5,12	5,06	5,13	5,15

Escala de Valores

1 a 3	3 a 5	5 a 7	7 a 9
Suprimento inviabilizado	Suprimento crítico	Oferta seletiva	Normalidade

Fonte: Abic. * Entre 17/06 e 28/06

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Mercado Eventual retorno do republicano à Casa Branca pode reacender disputa entre EUA e China, reduzindo a demanda pelos produtos americanos

'Efeito Trump' amplia pressão sobre cotações de soja e milho nos EUA

Paulo Santos
De São Paulo

O eventual retorno do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos aumenta a pressão de baixa sobre as cotações internacionais de soja e milho, que já estão no menor patamar em quatro anos. A razão é que a volta de Trump pode recrudescer a guerra comercial dos EUA com a China, afetando a demanda pelos grãos produzidos pelos americanos, segundo analistas.

Neste ano, a soja já caiu 20,11% na bolsa de Chicago, e o milho recuou 18,23%, de acordo com levantamento do Valor Data. A retração é reflexo, sobretudo, da perspectiva de oferta elevada de ambas as commodities nos Estados Unidos na safra 2024/25.

Agora, com a possível volta de Trump à Casa Branca — já que ele se fortaleceu ante o eleitorado após o atentado de sábado —, a expectativa dos analistas é de que as cotações se depreciem ainda mais.

"Os preços de milho e soja podem cair ainda mais caso ele [Trump] volte à Casa Branca, por causa da expectativa de uma nova 'trade war' entre EUA e China. Uma guerra comercial entre os dois países seria prejudicial à soja americana. Além disso, Trump também fez críticas ao México, e isso pode abalar as vendas do cereal dos EUA para aquele país", afirma Ronaldo Fernandes, analista da Royal Rural.

Em abril de 2018, o então presidente Donald Trump impôs tarifas de 25% na importação de produtos chineses, um dia após Pequim determinar restrições a produtos americanos. Na ocasião, o Brasil beneficiou-se da disputa comercial e preencheu a lacuna deixada pelos americanos nas exportações de soja à China. Isso pode acontecer novamente caso Trump saia vitorioso na eleição e reforce a guerra comercial com o país asiático, avalia Luiz Fernando Gutierrez, analista da Safras & Mercado.

> "Uma nova disputa comercial entre EUA e China pode beneficiar o Brasil"
> *Luiz Gutierrez*

"A demanda chinesa por soja do Brasil aumentou muito, e o Brasil bateu recorde de exportação na época da primeira guerra comercial. Teoricamente, se estourar uma nova disputa, o Brasil pode se beneficiar mais uma vez, pois se houver soja sobrando por aqui, a China virá comprar", observa. Segundo ele, em 2018, o Brasil exportou 83,3 milhões de toneladas de soja, 22% a mais que no ano anterior.

Para Marcela Marini, analista de grãos e oleaginosas do Rabobank, a chance de o republicano voltar ao comando da maior economia do mundo ainda não foi precificada pelos investidores em Chicago.

"A participação das exportações dos EUA para China são muito menores que há cinco anos. Talvez como consequência do que aconteceu no passado. A China tem reduzido o ritmo de compras de soja americana, ao passo que vem elevando as aquisições do Brasil e também da Argentina", observa Marini.

Mas independentemente do resultado da eleição nos EUA, por ora, a tendência de queda dos preços já é uma realidade devido às perspectivas para a produção. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê uma safra de 120,70 milhões de toneladas de soja nos EUA no ciclo 2024/25, alta de 6,5% em relação à temporada anterior. Para os estoques finais, o órgão prevê crescimento de 26,1%, com 11,85 milhões de toneladas.

No caso do milho, a expectativa é de queda de 1,5% na colheita, para 383,56 milhões de toneladas, após uma safra recorde, e estoques de 53,26 milhões de toneladas, ou 11,7% maiores.

"Há uma razão bem fundamentada para o cenário atual dos preços. O relatório de estoques trimestral do USDA trouxe aumento de 22% nas reservas de soja e milho do país em relação ao ano passado, com volume acima da média dos últimos dez anos. Por isso temos preços tão deprimidos", diz Felipe Kotinda, economista do Santander.

Ainda na avaliação do especialista, após picos na cotação da soja e do milho, seria natural os preços passarem por correções neste momento. Em 2022, a soja chegou à máxima de US$ 15 o bushel, e o milho a US$ 8 o bushel, reflexo da pandemia de covid-19.

Para os analistas, pode haver uma reversão de tendência se o fenômeno climático La Niña ou a temporada de furacões afetar negativamente a produção americana. Ou se irregularidades climáticas impactarem o plantio da safra 2024/25 no Brasil em setembro.

Sob pressão
Cotações de soja e milho (em centavos de US$ por bushel)*

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. *Segunda posição, em fim de período

Governo eleva preços mínimos do arroz no país

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal decidiu elevar os preços mínimos do arroz para a safra 2024/25 para incentivar a expansão do plantio e a produção do cereal em todo o país. Outros produtos cultivados no verão, como soja, milho e feijão, tiveram redução nos índices, divulgados em portaria publicada ontem pelo Ministério da Agricultura.

Os aumentos nos preços mínimos do arroz foram mais significativos para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e para o Paraná, com alta de 10% em relação à temporada anterior. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, Estados responsáveis por 85% da colheita nacional atual, de 10,6 milhões de toneladas, a alta será de 5%. Os novos preços valem entre fevereiro de 2025 e janeiro de 2026.

"Os custos de produção reduziram muito de uma safra para outra. O aumento do preço mínimo para o arroz, mesmo com a redução de custos, é para incentivar a produção. Esse preço um pouco maior por quilo fora da região Sul é para estimular a produção em outras regiões e reduzir a concentração em um Estado", disse o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

Preços mínimos de produtos agropecuários
Evolução dos valores em duas safras (R$ por saca)

Produto	Safra 2023/24	Safra 2024/25
Arroz (RS e SC)*	60,61	63,64
Arroz (Restante do país)	72,73	80
Feijão em cores (Brasil)	183,25	181,23
Soja (Brasil)	86,54	76,28
Milho (RS e SC)	52,38	52,38
Milho (Sudeste e PR)	47,79	45,83
Milho (Centro-Oeste e Norte)	39,21	35,91
Milho (Matopiba e PA)	39,21	40,55
Milho (Nordeste)	50,30	55,07

Fonte: Ministério da Agricultura. * Tipo 1, 50kg

Ele ressaltou que também houve redução de custos no Sul, mas mesmo assim o preço mínimo lá também foi majorado. "Não queremos reduzir a produção de arroz no Sul, mas ampliar a participação de outras regiões no total da população nacional", completou.

Os preços mínimos do arroz longo fino em casca (tipo 1) passarão de R$ 72,73 para R$ 80 a saca de 60 quilos no Paraná e regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, elevação de 10% no índice. Para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o preço da saca de 50 quilos será de R$ 63,64 na safra 2024/25, alta de 5%.

Para o arroz longo em casca (tipo 2), o preço mínimo da saca de 50 quilos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina sai de R$ 20,55 para R$ 21,88. Nos demais Estados, o valor sobe de R$ 26,90 para R$ 29,59 para a saca de 60 quilos.

Os preços mínimos servem de baliza para políticas públicas de apoio à comercialização, como o lançamento de contratos de opção de venda e as aquisições para formação de estoques. As duas medidas estão no radar do governo federal para esta safra como forma de estimular o aumento da produção de arroz e o barateamento do preço aos consumidores finais, disse na semana passada o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, a jornalistas.

Com os preços mínimos mais altos, o governo deve lançar contratos de opção de venda. A intenção é estimular o plantio pelos produtores, com custo menor, e garantir esse preço mais elevado para comprar dele caso não queria comercializar no mercado.

A medida também pode ajudar na formação de estoques públicos. O governo só pode comprar produtos no mercado para essa finalidade quando o preço está abaixo do mínimo. Se a produção de arroz aumentar muito no país e a cotação ficar menor do que o índice estabelecido na portaria, poderão ser feitas operações de aquisição do cereal para estocagem.

Os preços mais altos do arroz, item básico da alimentação da população, nas gôndolas dos supermercados tiveram impacto na inflação do país na primeira metade deste ano e interferiram na popularidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a catástrofe climática no Rio Grande do Sul, principal produtor nacional e que já havia colhido quase toda safra, o governo adotou medidas para estimular a importação e anunciou a compra pública de até 1 milhão de toneladas do cereal importado por meio de leilão. O pregão foi anulado após suspeitas de conflitos de interesse entre operadores privados, sem tradição nesse tipo de mecanismo, e agentes públicos que estavam em cargos-chave, como o ex-secretário de Política Agrícola, Neri Geller. Todos negaram qualquer tipo de irregularidade.

Os demais produtos cultivados na safra de verão tiveram preços mínimo reduzidos na maior parte do país. Foi o caso da soja, que caiu 11,86%, de R$ 86,54 para R$ 76,28 a saca de 60 quilos.

BNB vai ofertar R$ 21,5 bi em crédito ao campo

Plano Safra

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Com foco na agricultura familiar e no fomento à tecnologia no campo, o Banco do Nordeste (BNB) vai ofertar R$ 21,5 bilhões para financiamentos pelo Plano Safra 2024/25. O montante é R$ 1,5 bilhão maior do que o disponibilizado no plano anterior.

Atualmente, o BNB é responsável por 95% das operações de crédito rural da agricultura familiar feitas em sua área de atuação — que inclui todo o Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Com tamanha representatividade, o segmento contará com R$ 10 bilhões no novo Plano Safra do banco, aumento de 17% no volume de recursos. E a expectativa do superintendente de Agronegócio e Agricultura Familiar do BNB, Luiz Sérgio Machado, é por demanda aquecida.

"Na agricultura familiar da região, boa parte não tem sua comercialização de produtos ligada ao mercado externo. Então, diferentemente do Sul do país, o impacto da queda nos preços das commodities é menor aqui", diz o executivo. Segundo ele, os pequenos produtores nordestinos estão investindo na lavoura.

As taxas de juros são as mesmas definidas pelo governo federal no Plano Safra da Agricultura Familiar para o programa destinado ao setor, Pronaf, e vão de 0,5% a 6% ao ano. No BNB, o Pronaf é operacionalizado por um programa chamado Agroamigo, que, além do auxílio para obter crédito, orienta o produtor e trabalha com educação financeira, ambiental e em outras frentes.

Uma parte significativa dos créditos da agricultura familiar vai para financiamento da pecuária, com recursos distribuídos entre bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves, de acordo com Machado.

Os pequenos agricultores tomam recursos principalmente para produção de milho, que dá suporte à alimentação dos animais da pecuária, e hortifrútis.

"Incentivamos também a agregação de valor através de pequenas agroindústrias. Queremos mudar um pouco o perfil do setor e ter uma agricultura mais tecnificada, apesar da conectividade ser uma preocupação. Temos buscado, na medida do possível, incentivar a irrigação", afirma.

Para a agricultura empresarial, o banco disponibilizou R$ 11,5 bilhões pelo Plano Safra, volume estável em relação ao plano anterior. Nessa categoria, a instituição consegue operacionalizar taxas de juros menores que as definidas pelo governo federal.

O superintendente diz que, em geral, as contratações na agricultura empresarial se dividem entre 55% e 60% para custeio, 30% e 35% para investimentos e 5% para comercialização. "A expectativa é que essa divisão se mantenha. Quem toma custeio hoje, tomou crédito para investimento no ano anterior e assim vai seguindo o ciclo", afirma.

As taxas de juros para essa categoria de produtores vão de 6,25% a 8,85% ao ano, a depender da linha de crédito e do porte do produtor, e chegam a ficar abaixo das tarifas estipuladas no Plano Safra, de até 12% ao ano.

Segundo Machado, isso é possível porque parte dos recursos oferecidos pelo BNB também tem como fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), e com esse adicional é possível ampliar o subsídio para equalização de juros.

O banco atua em três Estados da região do Matopiba — confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia. "Em anos de La Niña, a chuva costuma ser boa. A perspectiva é muito boa para a tomada de crédito do banco [nestas áreas], a não ser que tenham mudanças climáticas, ou alguma questão mercadológica".

DIVULGAÇÃO/BNB

> "A perspectiva é muito boa para a tomada de créditos do banco"
> *Luiz Machado*

Conjuntura
Em reunião com Lula, indústria de alimentos confirma investimentos de R$ 120 bi
B7

Tecnologia Trexx, de Passos, quer inclusão financeira via jogos eletrônicos com camada de ativos digitais C6

Investimentos Gestores voltam a montar posições em ações cíclicas domésticas C6

IPO Ackman diz que atuação em redes sociais traz prêmio extra para fundo da Pershing C2

Juros Barochez, da Capital Economics, vê taxas de curto prazo nos EUA cedendo C2

Supervisão Ideia é inspirada no Reino Unido, que tem órgãos para questões prudenciais e de conduta

Fazenda planeja transformar BC e CVM em super-reguladores do mercado

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta, Fernando Exman, Andrea Jubé e Caetano Tonet
De Brasília

O Ministério da Fazenda estuda uma proposta para introduzir no Brasil o chamado modelo "twin peaks", levando o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a virarem "superórgãos" reguladores que ficariam responsáveis pelo monitoramento, pela regulação e pela supervisão do mercado financeiro, dos mercados de capitais, de seguros e até de previdência.

Esse modelo não mudaria em nada a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. Segundo apurou o **Valor**, a proposta já era estudada desde o início da gestão do ministro Fernando Haddad na Fazenda, que trabalhava para colocá-la em prática somente a partir do terceiro ano de mandato do presidente Lula, mas agora ganhou corpo em meio às discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tenta garantir autonomia financeira ao Banco Central. A ideia já foi compartilhada com alguns senadores.

A Fazenda se espelha no modelo do Reino Unido, onde um órgão é responsável pelas atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, enquanto outro cuida da supervisão de condutas e da proteção dos consumidores nesses mercados.

Atualmente, no modelo brasileiro, BC, CVM e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) atuam em ambas as frentes, o que na visão da Fazenda e de especialistas cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme dos órgãos na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

Como a implementação do modelo é complexa, a Fazenda estuda uma proposta gradual, principalmente para não haver impacto nas instituições e nas suas consequentes funcionalidades. Em um primeiro momento, a ideia é incorporar a Susep ao Banco Central, pois há uma visão de que a instituição, hoje, é um órgão fragilizado e, na estrutura do BC, ganharia tração.

Em um segundo momento, a CVM seria fortalecida para, então, ganhar atribuições que hoje são do BC, bem como a autoridade de monetária ganharia atribuições que hoje são de competência da CVM. Esse é o modelo ideal, segundo técnicos da pasta.

Dessa forma, ficariam concentradas no BC as atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro e de capitais, bem como o comando sobre a política monetária. A CVM, por sua vez, seria responsável pela regulação e supervisão de condutas dos dois mercados, incluindo o bancário.

A pasta também estuda incluir nesse modelo a divisão de atribuições da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o que levaria a uma redução de quatro para somente dois reguladores nesses mercados.

Assim como a autonomia operacional do BC introduzida em 2021, a proposta também seria implementada por meio de lei complementar. O modelo prevê que o BC passaria a dispor de autonomia financeira, mas não nos moldes da PEC hoje em tramitação no Senado, já que a equipe econômica é contrária à ideia de o órgão se tornar uma empresa pública.

A CVM também poderia ganhar autonomia financeira. Hoje, a entidade arrecada cerca de R$ 1 bilhão por ano somente com a cobrança de taxas dos regulados, mas seu orçamento discricionário está limitado a R$ 30 milhões.

No Reino Unido, inspiração para o modelo estudado no Brasil, há o PRA (Prudential Regulation Authority) e FCA (Financial Conduct Authority). Lá, também houve uma implementação de forma paulatina, já que o modelo anterior contava somente com um regulador único, o FSA (Financial Services Authority).

A princípio, ficou acertado entre governo e Senado que as propostas do "twin peaks" e a PEC da autonomia seriam complementares. Ou seja, a proposta de emenda constitucional continuaria a tramitar. Alas do governo não seriam contrárias à ideia de mudar a natureza jurídica do BC, desde que ela não seja de "empresa pública".

A ideia é dar ao BC um regime jurídico no qual os funcionários deixariam de ser servidores públicos tradicionais, podendo assim ter remunerações como as observadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse formato de organização do BC está sendo chamado pelos defensores da proposta como "Corporação Financeira" e segue parâmetros similares aos do Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos e do Banco Central Europeu. Não há consenso na categoria a respeito dessa proposta.

Em meio às articulações, a votação da PEC do BC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado segue indefinida. O presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), deixou claro que só vai liberar efetivamente o tema para deliberação se houver acordo.

Procurados, BC e CVM não comentaram. "A Susep é a favor de discutir qualquer proposta que melhore a qualidade da regulação financeira no Brasil. E destaco que a atual gestão da Fazenda fez grandes esforços para melhoria da Susep, que vai se materializar no novo concurso", afirmou ao **Valor** o presidente da Susep, Alessandro Octaviani.

Na avaliação de Otavio Yazbek, ex-diretor da CVM e há anos defensor da implementação do modelo "twin peaks" no Brasil, como os mercados bancário, de capitais, de seguros e de previdência se sobrepõem, a principal vantagem de concentrar as funções em apenas dois órgãos é corrigir as ineficiências na supervisão e na repressão às condutas. "Hoje, além de haver zonas cinzentas de atuação, há espaço para haver regulações contraditórias", afirmou.

"Em um modelo 'twin peaks', é possível administrar de maneira mais eficiente as sobreposições de atuação e os espaços em branco que existem nas atividades de regulação financeira, bem como lidar melhor com os processos de inovação no mercado financeiro e de capitais", disse.

Por outro lado, também avaliou que, como a mudança é complexa e envolve uma repactuação de competências dos órgãos reguladores atuais, o único jeito de implementá-la é com gradualismo.

Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM, também elogiou o modelo ao dizer que, caso a proposta avance dessa maneira, seria um "grande avanço" para os mercados regulados no Brasil. "É um modelo que evoluiu muito no mundo, e enfrenta crises que decorrem da falta de foco dos reguladores no sistema atual. Essa falta de foco seria eliminada ou reduzida para um modelo twin peaks", afirmou.

SILVIA COSTANTI / VALOR

"Em um modelo 'twin peaks', é possível administrar de maneira mais eficiente as sobreposições" *Otavio Yazbek*

Destaque

Oferta no exterior
O BTG Pactual ampliou sua oferta de serviços vinculados às contas internacionais e incluiu novos fundos de investimento no exterior, além do serviço de consultoria e operações de câmbio 24 horas por dia. De acordo com a instituição, os fundos acrescentados contemplam estratégias de ações, renda fixa, alternativos e multimercados. A expectativa é, até o fim do ano, adicionar outros produtos, como títulos corporativos e do Tesouro dos Estados Unidos. As opções estão sendo implementadas em parceria com a empresa de tecnologia Drivewealth. O reforço na grade se pauta na estratégia de expansão de serviços do BTG, que recentemente comunicou a aquisição integral do capital social do M.Y. Safra Bank, banco americano com patrimônio líquido de US$ 46,2 milhões. A transação aguarda aprovação final dos reguladores. *(Mariana Ribeiro)*

Galípolo vê 'período de mais de cautela'

Gabriel Shinohara
De Brasília

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse que "migramos para um período de um pouco mais de cautela", citando uma atividade mais forte, a reprecificação da política monetária nos Estados Unidos e a desancoragem das expectativas. O diretor do BC participou ontem do Fórum Anual de Economia e Cooperativismo de Crédito em Anápolis (GO), promovido pelo Sicredi.

O diretor do BC citou, por exemplo, a surpresa positiva da atividade econômica, que "todos ficam contentes e ninguém torce pelo contrário", mas que a função do BC é ser cuidadoso "porque são indícios de uma economia mais aquecida e que pode significar um processo de desinflação mais lento somado ao fato de uma preocupação que está relacionada à mudança ou reprecificação da política monetária americana."

Galípolo apontou que juros mais altos nos Estados Unidos "sempre provocam" alguma dificuldade do ponto de vista cambial para os países emergentes.

Em outro momento, o diretor do BC explicou que o mercado de câmbio no Brasil é um dos mais líquidos e que, muitas vezes, quando os gestores precisam reduzir risco de emergentes ou se defender da valorização do dólar "o real, vamos dizer, é a porta mais larga de saída neste momento e acaba sofrendo com mais volatilidade por causa disso".

Galípolo ainda tratou do mercado de trabalho e afirmou que, mesmo que ainda não seja possível identificar a passagem da dinâmica para salário que pressione a inflação, "um mercado de trabalho mais dinâmico indica que você deve esperar processo de desinflação mais custoso e mais lento ao longo desse processo".

Sobre o processo de desancoragem das expectativas, Galípolo afirmou que é algo que "incomoda muito a gente" e que se assistiu a desancoragem ampliar mesmo com comportamento mais benigno da inflação corrente.

Na última ata, o Comitê de Política Monetária (Copom) destacou que a política monetária deve se manter contracionista até que o processo de desinflação se consolide e que as expectativas fiquem ancoradas em torno das suas metas. Além disso, ressaltou que o cenário doméstico e o cenário global incerto "demandam maior cautela".

Galípolo ainda comentou sobre o balanço de riscos da inflação. O diretor do BC apontou que não se trata só da quantidade de itens para cada lado, altista e baixista, mas também de "ponderar quais são os impactos que cada um daqueles itens tem".

O balanço de riscos do último Copom está simétrico, ou seja, com fatores para ambas as direções. No entanto, nas últimas duas reuniões, o documento mostrou que houve um debate sobre uma assimetria altista, mas que a decisão majoritária entre os membros do comitê foi por manter o balanço simétrico.

O último relatório Focus mostrou que a mediana de projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024 ficou em 4%. No início de maio estava em 3,72%. Já para 2025, a mediana vem subindo há 11 semanas consecutivas e chegou a 3,90% ao ano. A meta é de 3% para ambos os anos.

Sobre o futuro da política monetária, Galípolo reforçou que o BC não está oferecendo nenhum tipo de "guidance" (sinalização). O diretor explicou que a incerteza e a adversidade aumentaram e a decisão está mais dependente de dados. "Neste momento estamos abertos e aguardando para esperar como os desdobramentos vão se dar", afirmou. A próxima reunião do Copom será nos dias 30 e 31 deste mês.

"Real é a porta mais larga de saída neste momento e acaba sofrendo com volatilidade" *Gabriel Galípolo*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

129.110
122.641
26/jun/24 16/jul/24

Alta de **0,16%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 16/jul/24 - em %

Índice	Variação
Dow Jones	1,85
S&P 500	0,64
Euronext 100	-0,46
DAX	-0,39
CAC-40	-0,69
Nikkei-225	0,20
SSE Composite	0,08

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025 Jan/2026
11,26 11,24 11,10
10,62 10,59 10,57
26/jun/24 5/jul/24 16/jul/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

5,5188
5,4288
26/jun/24 16/jul/24

Queda de **0,30%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

2.113,35
2.122,60
2.133,99
26/jun/24 54/jul/24 16/jul/24

Mercados Perspectiva de cortes de taxa em setembro pelo Federal Reserve traz alívio aos ativos locais

Dólar e juros futuros caem com exterior

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Eduardo Magossi
De São Paulo

Diante da percepção de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) deve iniciar os cortes de juros nos próximos meses, o dólar e os juros futuros encerraram a sessão de ontem em queda, estendendo o alívio dos ativos locais observado no mês de julho. Ainda que declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre gastos públicos tenham voltado a trazer alguma volatilidade aos negócios, o movimento acabou contido pelo reforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o governo irá cumprir o arcabouço fiscal.

No mercado de câmbio, o dólar comercial encerrou a sessão em baixa de 0,30% no segmento à vista, negociado a R$ 5,4288. Já o euro comercial recuou 0,27%, a R$ 5,9179. No mesmo sentido, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 11,18% para 11,09%. Já o Ibovespa encerrou uma sequência de 11 altas e fechou em queda de 0,16%, a 129.110 pontos.

Após o atentado ao ex-presidente Donald Trump ter provocado impactos negativos em ativos financeiros de países emergentes na segunda-feira, o pregão de ontem trouxe ajustes de posições nos mercados globais, à medida que crescem as perspectivas de que o Fed irá dar início aos cortes de juros nos EUA. Segundo o CME Group, o mercado passou a embutir 100% de probabilidade de cortes em setembro e uma aposta residual, de 7,8%, de que uma redução nos Fed funds possa ocorrer já em julho.

A perspectiva de cortes teve impulso mesmo com a surpresa nos dados de vendas no varejo nos EUA, que ficaram estáveis no mês de junho, frente à estimativa de queda de 0,4% em relação a maio.

Ainda que a leitura tenha provocado impacto negativo nos ativos de risco, declarações da diretora do Fed, Adriana Kugler, contribuíram para um arrefecimento dos temores em relação à perspectiva de política monetária. Segundo ela, caso as condições econômicas continuem evoluindo de forma favorável, "prevejo que será apropriado começar a flexibilizar a política monetária ainda este ano", disse.

0,30%
foi a queda do dólar, que encerrou a R$ 5,4288

Assim, os rendimentos dos Treasuries voltaram a exibir queda firme. A taxa da T-note de 10 anos recuou de 4,237% para 4,163%.

Já os índices de ações de Nova York também anotaram alta. O Dow Jones, beneficiado pelo movimento de rotação em direção a empresas menos ligadas ao tema da tecnologia, subiu 1,85%, em nova máxima histórica. O S&P 500 avançou 0,64%, também anotando novo recorde de fechamento, e o Nasdaq avançou 0,20%. Já o Russel 2000, índice de empresas de menor capitalização, avançou 3,50%.

O bom humor externo, que se refletiu no ambiente doméstico, chegou a ser abalado momentaneamente. O mercado reagiu a comentários do presidente Lula, que afirmou em entrevista à televisão que precisa ser "convencido de que há necessidade ou não de cortar" gastos e que não seria obrigado a cumprir a meta fiscal "se tiver coisas mais importantes para fazer".

Ao longo da tarde, no entanto, os ânimos se apaziguaram e o dólar voltou a cair. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse a repórteres que a fala de Lula foi tirada de contexto e que o presidente segue comprometido com o arcabouço fiscal.

Para o sócio e diretor da Wagner Investimentos, José Faria Júnior, o mercado precisa começar a diferenciar o que são "falas para o público" de ações concretas do governo. Por isso, a apresentação do 3º relatório bimestral do orçamento de 2024, na próxima segunda-feira, será tão importante, diz ele. Na sua visão, o governo deve "fazer o mínimo" para não provocar um estresse maior nos mercados, mas sem ajustes que melhorem as condições fiscais a longo prazo.

Segundo a equipe de análise política da XP Investimentos, há consciência no governo sobre a necessidade de apresentar um cenário crível. "Vemos o posicionamento mais como um gesto político no sentido de garantir que benefícios sociais serão mantidos do que um recuo a respeito do cumprimento das metas e regras fiscais. Ainda que tenha potencial para desorganizar as expectativas nesse momento, uma fala como essa faz parte do jogo político. Integrantes do governo reafirmam, porém, que o próprio presidente já determinou o cumprimento do arcabouço, custe o que custar", avaliam os analistas da instituição.

Bill Ackman aposta em rede social e estilo Buffett para valorizar fundo de US$ 25 bi

Antoine Gara e Costas Mourselas
Financial Times, de Nova York e Londres

O gestor de fundos hedge Bill Ackman disse, em reunião com potenciais investidores, que sua presença nas redes sociais deve ajudar a conseguir um "valuation" elevado para a oferta pública do fundo Pershing Square USA.

O bilionário está captando recursos para um fundo listado em bolsa de valores de até US$ 25 bilhões que, se for bem-sucedido, será uma das maiores ofertas públicas iniciais (IPO) de todos os tempos, rivalizando com as da companhia saudita de petróleo Saudi Aramco e a do grupo de tecnologia chinês Alibaba.

No último ano, Ackman ganhou centenas de milhares de seguidores nas redes sociais em meio a uma enxurrada de críticas ao presidente Joe Biden e seu apoio ao ex-presidente Donald Trump, a quem ele apoiou publicamente na noite de sábado. Ackman também liderou uma campanha barulhenta contra dirigentes de Universidades dos EUA que, segundo ele, toleraram o antissemitismo nos campi, por meio de longas postagens nas redes sociais.

Atentamente seguido, o investidor elogiou seus mais de 1 milhão de seguidores no X em apresentações para investidores, segundo várias pessoas que participaram delas. Ele comparou o fundo a companhias que são negociadas a pelo menos duas vezes os valores contábeis de seus ativos.

O fundo também pretende realizar uma assembleia anual presencial de acionistas para seus investidores, modelada na longa e concorrida reunião anual da Berkshire Hathaway comandada por Warren Buffett. Ackman disse esperar que o evento venha a atrair milhares de investidores.

Combinado com sua persona nas redes sociais, Ackman disse aos investidores que planeja usar as plataformas públicas para falar de suas estratégias de investimentos, como os ativos que ele escolhe para a carteira, e discutir grandes apostas que ele poderá ocasionalmente fazer para se proteger contra uma queda severa dos mercados financeiros.

"Formei um número relativamente grande de seguidores no Twitter, ou X, com o tempo e o usei para discutir uma série de temas, mas, historicamente, por razões regulatórias, não tenho conseguido discutir atividades de investimentos. Serei completamente livre em termos da minha capacidade de atualizar nossos acionistas sobre os desenvolvimentos na carteira", disse Ackman a cotistas em uma apresentação pública incluída no roadshow do IPO.

Além de anunciar novos investimentos e o pensamento da Pershing Square, Ackman disse que espera "falar sobre por que implementamos um hedge sobre taxas de juros ou preços das commodities, ou quaisquer que sejam os eventos raros e imprevisíveis que nos preocupem". O Pershing Square não quis comentar.

O novo fundo será estruturado como uma sociedade gestora listada na bolsa de valores de Nova York e investirá em grandes empresas de capital aberto com vantagens competitivas que Ackman acredita estarem subvalorizadas. As ações serão facilmente negociáveis, mas o fundo terá uma estrutura de capital fechado, o que significa que seus ativos não poderão ser resgatados, ao contrário de um fundo mútuo tradicional, permitindo um estilo de investimentos de longo prazo.

O foco de Ackman no "valuation" do fundo poderá ter como objetivo afastar as preocupações de que suas cotas possam ser negociadas com desconto em relação ao valor implícito dos investimentos, uma questão que tem perseguido o fundo do grupo listado em Amsterdã e Londres, o Pershing Square Holdings, há vários anos.

O desconto no fundo listado na Europa foi eliminado nos últimos meses, com uma fonte próxima de Ackman sugerindo que isso foi resultado em parte à sua elevada presença nas redes sociais no último ano.

Na apresentação, Ackman referiu-se ao seu grande número de seguidores e à extensa cobertura midiática como "notoriedade". "Formei uma ampla base de seguidores institucionais e pequenos investidores que acompanham todos os nossos movimentos... O interesse da mídia é valioso para atrair o interesse do investidor e também criar liquidez para os nossos acionistas", disse.

"Formei uma ampla base de seguidores que acompanham todos os nossos movimentos"
Bill Ackman

JEENAH MOON/BLOOMBERG

Bill Ackman, da Pershing Square: evento para atrair milhares de investidores

O Pershing Square USA está registrado como um chamado "40 Act fund", que impõe menos restrições regulatórias às comunicações do que as que o Pershing Square Holdings está sujeito.

"O fundo é voltado apenas para o varejo", disse um gestor de investimentos que conversou com Ackman. "Ele pode ter um engajamento direto nos EUA e é por isso que ele acredita que ele terá uma valorização. Ele não podia tuitar sobre seu fundo listado em Londres", acrescentou o investidor.

Ackman também está comparando o veículo a uma empresa comum e acredita que eventualmente ele poderá ser incluído em índices amplos do mercado de ações. "Este não é um fundo fechado, este é o Bill Ackman Incorporated", disse o investidor.

Ackman também afirmou aos possíveis investidores que seu fundo tentará comprar posições de participação em algumas grandes empresas que abrirem o capital, atuando como acionista âncora nas IPOs que ele considerar uma boa oportunidade.

O fundo poderá ser o acionista âncora de um veículo separado apoiado pelo Pershing Square que está em busca de uma empresa fechada para abrir o capital. Ackman mencionou a gigante dos pagamentos Stripe e a Starlink, X e SpaceX de Elon Musk como empresas que o veículo apoiado pelo Pershing Square poderia em algum momento abrir o capital com um pedido âncora de seu fundo nos EUA, segundo disse uma fonte que ouviu a proposta de Ackman.

Ackman também destacou o forte desempenho de seu veículo Pershing Square Holdings durante a pandemia de covid-19, que gerou um retorno de 183,8% nos últimos cinco anos até 30 de junho. No entanto, o desempenho foi pior antes da pandemia, uma vez que as apostas, que incluíam um grande investimento na Valeant Pharmaceutical, perderam bilhões de dólares e fizeram com que a maioria dos investidores institucionais retirassem seu dinheiro do fundo hedge.

Ackman pretende estabelecer o preço do IPO em US$ 50 por cota, com uma taxa de administração premium de 2%, semelhante à de muitos fundos hedge, sem uma taxa de desempenho associada. O Pershing Square Holdings, seu homólogo europeu, cobra uma taxa de 16% sobre os ganhos com os investimentos.

"Você está recebendo Bill Ackman de graça", concluiu um investidor sobre a proposta de Ackman.

Retorno de Treasuries de curto prazo deve cair mais, prevê Capital Economics

Eduardo Magossi
De São Paulo

Os rendimentos dos títulos do Tesouro americano de curto prazo têm superado os de longo prazo há mais de dois anos. No entanto, essa situação — chamada no jargão financeiro de inversão da curva de juros — está com os dias contados, diz o economista sênior de mercados da Capital Economics, Hubert de Barochez.

De acordo com ele, a expectativa é que as taxas (ou "yields") dos Treasuries de curto prazo continuem caindo numa velocidade maior que as dos vencimentos mais longos, mantendo uma tendência que já dura três semanas. Nesse intervalo, enquanto o yield dos papéis de 2 anos caiu cerca de 3 pontos percentuais, o retorno dos títulos de 10 anos recuou 0,5 ponto percentual.

Para Barochez, as taxas de prazos menores têm caído porque investidores passaram a prever mais cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) depois que dados recentes mostraram um quadro de menor atividade econômica, mercado de trabalho menos aquecido e redução de preços inflacionários nos Estados Unidos. Já as taxas de longo prazo não recuaram tanto, segundo o economista, porque o mercado vê maiores chances de vitória do candidato republicano, Donald Trump, nas eleições americanas. Na leitura de economistas, esse cenário sugere taxas de juros mais elevadas à frente.

"Recentes comentários do presidente do Fed, Jerome Powell, combinadas com os dados mais recentes de inflação, sugerem que um corte nos juros em setembro é quase certo", afirma.

O economista projeta um total de 1,75 ponto percentual em cortes, com as taxas de juros chegando à faixa entre 3,50% e 3,75% no fim de 2025. "Quando isso acontecer, os rendimentos de curto prazo deverão cair mais, o que acontece normalmente quando o Fed inicia um ciclo de afrouxamento monetário."

Para Barochez, contudo, não está claro se os juros de longo prazo cairão com a mesma intensidade. Segundo ele, uma razão para isso é que as taxas mais longas são geralmente menos sensíveis à política monetária. "Outra razão é que achamos que o 'term premium' [prêmio exigido pelos investidores para carregar os papéis de prazos mais longos] tem maior chances de subir do que de cair."

Embora alguns modelos indiquem que esse prêmio subiu recentemente, ele continua baixo em termos históricos, diz o economista. "E a dinâmica da dívida nos Estados Unidos está ficando preocupante. A relação entre dívida e PIB está cerca de 15% maior que imediatamente antes da pandemia; e o déficit do governo, que ainda está acima de 6% em 2023, não deverá ser reduzido no curto prazo, particularmente se Donald Trump for reeleito presidente."

A previsão da Capital Economics é que tanto os yields dos papéis de 10 quanto os dos títulos de 2 anos cairão para 4% até o fim de 2024, de atuais 4,172% e 4,461% respectivamente. "Enquanto acreditamos que o yield de 10 anos permanecerá em torno de 4% em 2025, o retorno do papel de 2 anos deve seguir caindo e atingir 3,7% no fim do ano que vem", diz.

O economista também lembra que geralmente uma curva invertida é seguida por uma recessão, o que não aconteceu até o momento desta vez. "Isso é notável, considerando a combinação de choques que a economia atravessou desde 2020. E embora a gente acredite que a economia americana vai desacelerar, achamos que o cenário de pouso suave é mais provável que uma recessão."

Curta

Lucro do FGTS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) lucrou R$ 23,4 bilhões em 2023, conforme dados apresentados pela Caixa em reunião do Conselho Curador. No ano anterior, o lucro foi de R$ 12,7 bilhões. Em 6 de agosto, o colegiado vai decidir sobre a distribuição do resultado para crédito nas contas dos trabalhadores. O resultado é fruto de retornos de aplicações, de operações de crédito e do acordo no fundo imobiliário do Porto Maravilha, no Rio, que contribuiu com R$ 6,5 bilhões, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. *(Jéssica Sant'Ana)*

Competição Apenas 5% se consideram bem informados sobre sistema, de acordo com pesquisa; acesso a crédito e aumento de limite são vistos como maiores benefícios

‘Open finance’ é conhecido por 45% dos brasileiros bancarizados

Gabriel Shinohara
De Brasília

O “open finance” (sistema financeiro aberto), é conhecido por 45% da população bancarizada, porém apenas 5% se consideram bem informados, enquanto 55% disseram que nunca ouviram falar do sistema. Os dados constam em pesquisa Datafolha encomendada pela Zetta, associação que representa fintechs como Nubank e Mercado Pago, antecipada ao **Valor**.

A pesquisa apontou que o conhecimento é maior entre os ativos economicamente, pessoas com maior escolaridade e classe econômica. O levantamento ouviu 1.452 pessoas bancarizadas em 113 cidades brasileiras, tem nível de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais.

Eduardo Lopes, presidente da Zetta, diz que o número de pessoas que nunca ouviram falar não surpreende e afirma que o open finance é “como se fosse algo quase que feito para ser invisível mesmo”, já que é uma estrutura que permite a conexão de dados e o surgimento de funcionalidades e produtos. “Quando você usa um produto desenvolvido a partir do open finance, não necessariamente sabe que aquilo é do open finance.”

Segundo Lopes, há um desafio de comunicação para que as pessoas entendam, mas “tem um outro lado que é um pouco por natureza algo de bastidores”. Outro fator, afirma, é a necessidade de haver mais casos de uso para as pessoas compreenderem melhor do que se trata.

Entre os benefícios vistos pelos participantes da pesquisa, a facilidade de acesso a crédito e aumento de limite aparece em 25% das respostas. Organização financeira e praticidade na movimentação de contas foram citados por 23%. Outros 36% não souberam dizer quais eram os principais benefícios. No recorte por classe econômica, 50% das pessoas ouvidas das classes D/E não souberam indicar os benefícios do open finance. O número cai para 37% na classe C e 29% nas classes A e B.

O relatório aponta que o uso do open finance ainda é “relativamente baixo”. Apenas 12% dos entrevistados afirmaram que já compartilharam ou tentaram compartilhar dados e 6% tiveram experiência com pagamentos ou transferência por meio da estrutura. “No entanto, grande parte reconhece o valor do sistema para a sociedade em geral e é possível afirmar que existe um grande espaço para a expansão do open finance em termos de adoção”, diz o documento.

A pesquisa mostra que há um desafio para ganhar a confiança das pessoas. Por exemplo, o open finance permite que o cliente veja o saldo de uma conta sua no aplicativo de outras instituição financeira. No entanto, apenas 30% concordaram totalmente com a afirmação de que é possível confiar no saldo de outras contas que aparece no aplicativo. Outros 23% concordaram em parte, 18% discordaram em parte, 27% discordaram totalmente e 2% nem concordaram, nem discordaram.

Benefícios do Open finance
Percepção dos consumidores sobre os principais benefícios - %

Benefício	%
Facilidade de acesso a crédito ou aumento de limite	25
Organização do sistema financeiro e praticidade na movimentação de contas	23
Consulta e compartilhameto de dados entre instituições	12
Serviços personalizados e mais acessíveis	5
Redução de juros	4
Soluções de pagamento melhores	3
Orientações e melhor gerenciamento de investimentos	2
Segurança	2
Nenhum, não sabe	36

Fonte: Pesquisa Datafolha encomendada pela Zetta

Em nota, o BC afirmou que o open finance é uma estrutura em “constante evolução” e o cliente pode não perceber diretamente os benefícios do compartilhamento de dados.

> “Quando você usa um produto desenvolvido a partir do open finance, não sabe necessariamente que é do open finance”
> *Eduardo Lopes*

Nesse ponto, o BC destacou que tem procurado as principais instituições para obter dados de benefícios e que já há um esforço de divulgação nesse sentido. Além disso, o BC citou a recente divulgação da estrutura de governança definitiva do open finance, “que permitirá maior profissionalização da estrutura, com expectativa de um trabalho mais focado nessa questão de comunicação”.

No anúncio da nova estrutura , o diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, ressaltou que o open finance “já é uma realidade” e apresentou exemplos de benefícios, como economia no uso do cheque especial e mais eficiência nas operações de crédito.

A pesquisa também mostra, considerando os entrevistados que já utilizaram o sistema, que 56% têm a percepção de que os bancos digitais e fintechs se destacam no uso do open finance, enquanto 43% veem mais destaque nas instituições incumbentes.

Em uma pergunta que tratava do destino dos dados quando o entrevistado compartilhou ou tentou compartilhar informações pelo open finance, bancos digitais e fintechs foram citados em 80% das respostas e os incumbentes, em 48%. Sobre a instituição de origem dos dados, os incumbentes foram citados em 66% das respostas e os bancos digitais, em 38%.

Para Lopes, da Zetta, a explicação para esses números envolve o objetivo do open finance, que é gerar mais competição no mercado. Ele afirma que há quase um “incentivo natural” para que os entrantes queiram investir mais nisso. “Os novos entrantes é que precisam competir com os com os tradicionais, e é por isso que eles investem pesadamente e precisam gerar esses benefícios para as pessoas e aí a percepção delas é essa ‘poxa, no banco digital, fintech, estou tendo muito mais opções”, diz.

Em termos das funcionalidades que seriam mais desejadas pelas pessoas no open finance, a portabilidade e um maior controle do salário foram citados por 17% dos entrevistados. Já o alerta de transações suspeitas em outros bancos e o alerta de cobrança de taxa de juros ou tarifas registaram 16% cada.

CVM absolve Apoema em caso de condo-hotéis

Victoria Netto
Do Rio

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu, por unanimidade, a Apoema Incorporadora e Rodolfo Bueno em caso relacionado à suposta oferta pública de contratos de investimento coletivo hoteleiro (CIC Hoteleiro) sem a prévia obtenção de registro junto à autarquia. O caso estaria no escopo de “condo-hotéis” regulados em 2018.

O relator do caso, diretor João Accioly, afirmou em seu voto que o empreendimento não estava no quadro regulatório da CVM e, por isso, não demandava a autorização. “Entendo que o acordo de não persecução penal em nada interfere no que expus no voto sobre não haver, no presente caso, a necessidade de autorização da CVM por não estar presente no caso o requisito da oferta pública.”

O voto foi seguido sem ressalvas pelos diretores Daniel Maeda, Marina Copola e Otto Lobo, este na presidência interina do colegiado no julgamento.

O caso teve origem na denúncia de que a Apoema, com nome fantasia Oryba, estaria ofertando unidades do empreendimento por meio de redes sociais e corretores, com a promessa de ganhos de 1,6% a 1,8% ao mês aos investidores.

A defesa argumentou, em seu parecer, que cerca de 67% dos compradores são médicos ou empresas do ramo de medicina e que a Apoema foi procurada para desenvolver o projeto. Disse ainda que o empreendimento nunca teve site habilitado para consulta pública, não foi ofertado por corretores de imóveis, e nunca foi divulgado nem foi oferecida a remuneração aos compradores em meios públicos de comunicação.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 16/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.992,2202230	0,06	0,63	5,17
IRF-M	1+**	20.360,9189950	0,17	1,88	2,10
IRF-M	Total	18.478,3788070	0,13	1,45	2,98
IMA-B	5***	9.358,7692030	0,09	0,90	4,26
IMA-B	5+****	11.393,4300590	0,24	3,39	-1,82
IMA-B	Total	10.010,5445830	0,17	2,17	1,04
IMA-S	Total	6.763,5782800	0,04	0,49	5,84
IMA-Geral	Total	8.238,1879310	0,10	1,18	3,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	02/07	01/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,20	31,09	32,98	29,38	28,38	30,41
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,91	24,64	26,11	24,27	21,51	24,72
Conta garantida pré - a.a.	40,14	39,10	41,69	47,85	51,12	52,07
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,80	21,70	21,65	21,55	26,69
Vendor pré - a.a.	16,21	16,20	16,22	16,40	15,05	19,43
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,48	18,11	18,26	18,22	16,84	20,79
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,63	17,63	18,01	17,78	17,17	18,81
Conta garantida pós - a.a.	24,87	24,87	25,49	24,76	24,89	26,68
ACC pós - a.a.	8,56	8,37	8,08	8,34	8,60	8,32
Factoring - a.m.	3,26	3,25	3,27	3,27	3,32	3,56

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	16/07/24	15/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3400	5,3300	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3411	5,3364	5,3364	5,3330	5,0683
3 meses	-	5,3562	5,3543	5,3533	5,3526	5,0345
6 meses	-	5,3880	5,3870	5,3873	5,3887	4,8440
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6610	3,6620	3,6560	3,6620	3,4020
1 mês	-	3,6674	3,7068	3,7869	3,8975	3,3459
3 meses	-	3,8362	3,8526	3,8829	3,9206	3,1527
6 meses	-	3,8997	3,9079	3,9227	3,9413	2,7810
1 ano	-	3,8978	3,8925	3,8863	3,8708	1,7565
Euribor ***						
1 mês	-	3,572	3,615	3,632	3,579	3,464
3 meses	-	3,662	3,708	3,711	3,715	3,660
6 meses	-	3,635	3,668	3,682	3,735	3,941
1 ano	-	3,522	3,593	3,578	3,672	4,134
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,36	5,34	5,37	5,34	5,26
T-Bill (3 meses)	5,33	5,33	5,37	5,36	5,38	5,39
T-Bill (6 meses)	5,19	5,19	5,29	5,32	5,34	5,48
T-Note (2 anos)	4,43	4,46	4,63	4,75	4,72	4,78
T-Note (5 anos)	4,08	4,13	4,24	4,38	4,25	4,05
T-Note (10 anos)	4,16	4,23	4,30	4,40	4,23	3,82
T-Bond (30 anos)	4,38	4,46	4,49	4,56	4,35	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,47	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,71	11,68
CDI	0,47	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,71	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,45	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,98	7,89
IMA-B	2,17	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	1,04	3,07
IMA-S	0,49	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,84	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	4,20	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-3,78	4,93
Índice Small Cap	6,60	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-9,24	-11,96
IBrX 50	3,88	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-2,48	7,39
ISE	5,81	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,92	-5,90
IMOB	8,27	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-9,96	-8,32
IDIV	4,02	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	0,47	12,09
IFIX	1,07	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,16	6,09
Dólar Ptax (BC)	-2,37	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	12,11	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,86	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	11,88	16,69
Euro (BC) (4)	-0,77	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	10,41	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,12	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,21	14,54
Ouro (BC)	3,28	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	33,68	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 16/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 11/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.562.963,92					7.702,17	51.504,15	245.825,45	226.407,15
RF Indexados (2)	147.003,83	0,18	1,06	3,30	8,29	27,28	-1.467,71	-8.635,63	-20.465,61
RF Duração Baixa Soberano (2)	697.870,94	0,04	0,32	5,15	10,80	-824,82	26.670,47	56.883,33	54.299,89
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	861.203,86	0,04	0,38	5,87	12,32	723,86	10.533,65	62.116,04	73.017,07
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	182.265,62	0,05	0,05	5,92	12,39	479,48	2.557,48	75.361,82	80.500,97
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.376,71	0,09	0,52	4,78	9,44	42,55	618,18	-2.602,74	-4.970,05
RF Duração Livre Soberano (2)	218.328,86	0,07	0,53	4,80	10,18	534,76	4.883,46	-10.822,78	-30.027,92
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	642.190,98	0,08	0,47	5,23	11,02	5.011,61	258,68	-34.785,06	-55.234,28
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	365.964,82	0,11	0,70	5,22	11,73	-1.485,39	2.328,72	80.130,44	129.971,62
Ações	627.579,75					18,89	-2.654,53	-2.481,40	37.106,46
Ações Indexados (2)	10.313,42	0,84	3,61	-4,29	8,84	-1,99	-145,33	256,57	-822,09
Ações Índice Ativo (2)	31.796,30	0,84	4,23	-4,58	6,73	18,82	-752,69	-4.494,47	-4.375,88
Ações Livre	229.185,54	0,74	4,21	-1,38	8,99	26,36	-1.344,25	-37,66	-5.750,40
Fechados de Ações	125.893,69	0,12	1,42	-2,86	-2,29	1,26	139,12	-1.840,07	28.586,37
Multimercados	1.706.538,54					741,35	-6.567,80	-83.530,67	-207.015,92
Multimercados Macro	147.395,12	0,20	1,14	1,83	7,35	-414,17	-2.920,73	-30.387,81	-52.949,05
Multimercados Livre	656.517,59	0,16	0,85	3,84	8,83	-33,21	1.415,20	-1.615,49	-56.375,12
Multimercados Juros e Moedas	48.848,73	0,08	0,47	5,03	11,12	-47,34	-1.105,17	-8.995,70	-15.449,69
Multimercados Invest. no Exterior (2)	772.395,74	0,39	0,40	5,29	11,89	1.176,74	-4.175,02	-43.608,30	-78.006,66
Cambial	6.124,49	0,58	-2,35	15,52	18,57	12,99	-348,39	-696,89	-1.429,00
Previdência	1.443.746,82					286,40	1.028,32	19.752,51	40.994,07
ETF	44.773,71					103,04	470,32	-1.324,97	-3.511,90
Demais Tipos	2.033.277,28					3.513,01	5.816,07	52.643,41	55.542,60
Total Fundos de Investimentos	**7.391.727,23**					**8.864,83**	**43.432,07**	**177.544,05**	**92.550,86**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.685.262,37**					**1.307,66**	**21.497,75**	**51.474,33**	**111.733,03**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.125.431,47**					**10.172,50**	**64.929,82**	**229.018,38**	**204.283,89**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	16/07/24	15/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,47
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9090
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,66
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9980
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,46	10,45	10,49	10,46	13,29
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,60	10,62	10,59	10,72	10,62	12,76
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,41	10,42	10,43	13,53
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,44	10,43	10,44	10,44	13,42
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,46	10,45	10,49	10,46	13,30
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,49	10,48	10,55	10,49	13,15
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,59	10,61	10,58	10,72	10,61	12,79
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,88	10,94	10,92	11,18	10,92	11,70

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 16/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.529,84	10,403	14.561	10,402	10,406	10,406
Vencimento em set/24	98.671,55	10,420	96.460	10,416	10,426	10,420
Vencimento em out/24	97.855,23	10,444	180.780	10,432	10,452	10,446
Vencimento em nov/24	96.967,41	10,461	2.035	10,450	10,480	10,460
Vencimento em dez/24	96.227,99	10,505	1.682	10,505	10,535	10,510
Vencimento em jan/25	95.403,21	10,572	439.902	10,535	10,600	10,575
Vencimento em fev/25	94.544,67	10,625	935	10,585	10,640	10,640
Vencimento em mar/25	93.757,20	10,686	12	10,670	10,705	10,680
Vencimento em abr/25	93.014,19	10,733	99.116	10,690	10,790	10,730
Vencimento em mai/25	92.239,62	10,771	613	10,750	10,800	10,780
Vencimento em jun/25	91.427,12	10,812	173	10,795	10,835	10,820
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.438,46	-0,26	253.640	5.415,50	5.472,00	5.434,00
Vencimento em set/24	5.455,79	-0,26	9.240	5.446,50	5.483,50	5.455,50
Vencimento em out/24	5.472,01	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.490,56	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.505,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.929,38	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.956,91	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.982,98	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	130.165	-0,18	73.385	129.740	130.575	130.330
Vencimento em out/24	132.265	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	134.349	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 16/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4268	5,4274	-0,53	-2,37	12,11	13,17
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4282	5,4288	-0,30	-2,86	11,88	13,22
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4580	5,6380	-0,30	-2,71	11,70	13,08
Euro (BC) - (R$/€)	5,9060	5,9088	-0,78	-0,77	10,41	9,64
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9173	5,9179	-0,27	-1,12	10,21	9,94
Euro Turismo (R$/€)	5,9805	6,1605	-0,30	-0,93	9,87	9,68
Euro (BC) - (US$/€)	1,0883	1,0887	-0,25	1,63	-1,51	-3,12
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	429,6754	429,7229	0,65	3,28	33,68	42,29
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.468,74	1,91	6,20	19,54	26,39
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.439,35	1,28	4,80	18,28	24,68

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	16/07/24	15/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	165.524,51	165.957,49	158.096,12	173.997,89	-0,26	4,70	-4,87
Valor-Coppead Mínima Variância	100.390,55	100.406,53	95.968,24	93.533,91	-0,02	4,61	7,33

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 16/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 16/07/24

Índice	16/07/24	15/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	16/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	190,53	189,81	183,93	165,54	157,67	0,38	3,59	15,10	20,84
S&P BNY Emergentes	372,49	370,14	353,54	312,75	306,89	0,64	5,36	19,10	21,38
S&P BNY América Latina	199,96	198,38	189,48	225,28	206,08	0,80	5,53	-11,24	-2,97
S&P BNY Brasil	196,37	195,31	186,15	232,95	205,72	0,54	5,49	-15,70	-4,55
S&P BNY México	315,75	310,98	294,86	331,67	327,81	1,53	7,08	-4,80	-3,68
S&P BNY Argentina	226,62	223,70	230,09	178,27	152,13	1,31	-1,51	27,13	48,97
S&P BNY Chile	147,37	145,99	137,44	162,12	183,51	0,95	7,22	-9,10	-19,69
S&P BNY Índia	3.077,33	3.040,15	3.032,46	2.923,01	2.847,15	1,22	1,48	5,28	8,08
S&P BNY Ásia	229,30	228,17	219,12	189,60	183,41	0,50	4,65	20,94	25,02
S&P BNY China	317,19	316,39	302,10	336,11	348,41	0,25	4,99	-5,63	-8,96
S&P BNY África do Sul	225,53	209,72	200,45	199,87	228,25	7,54	12,51	12,84	-1,19
S&P BNY Turquia	38,54	38,32	34,29	22,45	18,67	0,56	12,37	71,62	106,45

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 16/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	129.110	-0,16	4,20	-3,78	9,68
IBrX	54.573	-0,18	4,17	-3,32	10,30
IBrX 50	21.666	-0,21	3,88	-2,48	11,66
IEE	92.389	0,51	4,64	-2,70	3,12
SMLL	2.136	-0,28	6,60	-9,24	-4,34
ISE	3.579	0,05	5,81	-4,92	2,37
IMOB	910	0,39	8,27	-9,96	-1,65
IDIV	9.117	0,31	4,02	0,47	16,54
IFIX	3.383	0,23	1,07	2,16	6,25
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.789	0,37	6,72	-14,17	-3,08
IBrX	10.055	0,35	6,69	-13,76	-2,54
IBrX 50	3.992	0,32	6,40	-13,01	-1,34
IEE	17.023	1,04	7,18	-13,21	-8,89
SMLL	393	0,26	9,18	-19,04	-15,47
ISE	659	0,58	8,38	-15,19	-9,55
IMOB	168	0,93	10,89	-19,69	-13,10
IDIV	1.680	0,85	6,54	-10,38	2,97
IFIX	623	0,76	3,51	-8,87	-6,12

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 16/07/24	15/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	404	399	5,0	1,0	59,0
África do Sul	323	315	8,0	-4,0	-3,0
Argentina	1.584	1.556	28,0	129,0	-323,0
Brasil	226	223	3,0	-5,0	31,0
Colômbia	305	304	1,0	-1,0	40,0
Filipinas	78	70	8,0	10,0	20,0
México	181	178	3,0	-5,0	14,0
Peru	106	104	2,0	4,0	4,0
Turquia	252	248	4,0	-1,0	-24,0
Venezuela	17.388	17.199	189,0	-1.181,0	-6.704,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	04/07/24	358.562
dez/23	355.034	05/07/24	359.527
jan/24	353.563	08/07/24	359.546
fev/24	352.705	09/07/24	359.262
mar/24	355.008	10/07/24	359.695
abr/24	351.599	11/07/24	361.230
mai/24	355.560	12/07/24	361.413
jun/24	357.827	15/07/24	361.731

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	16/07/24	15/07/24	12/07/24	11/07/24	10/07/24	09/07/24
Índice	2.133,99	2.131,39	2.133,39	2.133,93	2.132,66	2.126,87
Var. no dia	0,12%	-0,09%	-0,03%	0,06%	0,27%	0,17%
Var. no mês	1,28%	1,15%	1,25%	1,27%	1,21%	0,94%
Var. no ano	3,33%	3,21%	3,30%	3,33%	3,27%	2,99%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 16/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,0300	36,0600	0,15050	0,15060
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4268	5,4274
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4091	36,5004	0,1487000	0,1491000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7753	0,7923
Colon (Costa Rica)	520,8700	527,0200	0,010300	0,010420
Coroa (Dinamarca)	6,8531	6,8536	0,7918	0,7920
Coroa (Islândia)	137,0000	137,3200	0,03952	0,03962
Coroa (Noruega)	10,8279	10,8307	0,5011	0,5012
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2680	23,2780	0,2331	0,2333
Coroa (Suécia)	10,6187	10,6215	0,5109	0,5111
Dinar (Argélia)	133,9659	134,5179	0,04034	0,04051
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3058	17,7462	17,7598
Dinar (Líbia)	4,8236	4,8459	1,1199	1,1252
Direitos Especiais de Saque ***	1,3262	1,3262	7,1970	7,1978
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4774	1,4777
Dirham (Marrocos)	9,8388	9,8438	0,5513	0,5516
Dólar (Austrália)***	0,6724	0,6726	3,6490	3,6505
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4268	5,4274
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6691	2,7161
Dólar (Canadá)	1,3686	1,3690	3,9641	3,9657
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4992	6,5787
Dólar (Cingapura)	1,3448	1,3457	4,0327	4,0358
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4268	5,4274
Dólar (Hong Kong)	7,8072	7,8074	0,6951	0,6952
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6042	0,6047	3,2789	3,2819
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7508	6,8260	0,7950	0,8040
Euro (Comunidade Européia)***	1,0883	1,0887	5,9060	5,9088
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9818	3,0414
Franco (Suíça)	0,8952	0,8956	6,0594	6,0628
Guarani (Paraguai)	7549,8200	7560,0700	0,0007178	0,0007189
Hryvnia (Ucrânia)	41,0000	41,0210	0,1323	0,1324
Iene (Japão)	158,5700	158,5800	0,03422	0,03423
Lev (Bulgária)	1,7962	1,7974	3,0193	3,0216
Libra (Egito)	47,9900	48,0900	0,1128	0,1131
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2954	1,2957	7,0299	7,0323
Naira (Nigéria)	1555,0000	1635,0000	0,00332	0,00349
Lira (Turquia)	33,0660	33,0756	0,1641	0,1641
Novo Dólar (Taiwan)	32,6270	32,6570	0,16620	0,16630
Novo Sol (Peru)	3,7148	3,7168	1,4601	1,4610
Peso (Argentina)	923,0000	923,5000	0,00588	0,00588
Peso (Chile)	910,4000	911,6000	0,005953	0,005962
Peso (Colômbia)	3978,0300	3980,6400	0,001363	0,001364
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2261	0,2261
Peso (Filipinas)	58,3880	58,4080	0,09291	0,09295
Peso (México)	17,6582	17,6687	0,3071	0,3074
Peso (Rep. Dominicana)	58,8200	59,2000	0,09167	0,09227
Peso (Uruguai)	40,1500	40,1800	0,13510	0,13520
Rande (África do Sul)	18,0955	18,0998	0,2998	0,2999
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,4468	1,4471
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001292	0,0001292
Ringgit (Malásia)	4,6740	4,6780	1,1601	1,1612
Rublo (Rússia)	88,4455	88,4545	0,06135	0,06136
Rúpia (Índia)	83,5415	83,5595	0,06495	0,06497
Rúpia (Indonésia)	16175,0000	16185,0000	0,0003353	0,0003355
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,9000	0,01946	0,01951
Shekel (Israel)	3,6210	3,6230	1,4979	1,4989
Won (Coréia do Sul)	1384,9000	1385,4000	0,003917	0,003919
Yuan Renminbi (China)	7,2685	7,2686	0,7466	0,7467
Zloty (Polônia)	3,9363	3,9376	1,3782	1,3788
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2463,22	0,01263	429,6754	429,7229

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	16/07/24	15/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.954,48	40.211,72	1,85	4,69	8,66	18,68	32.417,59	40.954,48
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.398,62	20.386,88	0,06	3,64	21,23	31,05	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.509,34	18.472,57	0,20	4,38	23,30	31,14	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.667,20	5.631,22	0,64	3,79	18,81	25,79	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.995,39	22.751,68	1,07	5,12	9,72	13,49	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	54.368,00	54.311,99	0,10	3,68	-5,26	1,11	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.373,74	1.374,77	-0,07	-0,52	14,94	18,00	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.761,46	90.140,81	-1,53	12,79	53,48	148,12	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	6.566,38	-	2,38	5,95	7,11	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.864,35	30.063,58	-0,66	-0,11	15,04	31,23	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.526.268,10	1.504.983,97	1,41	-5,28	64,17	244,29	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.511,04	1.517,96	-0,46	1,80	8,28	9,38	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.518,03	18.590,89	-0,39	1,55	10,54	14,98	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.580,03	7.632,71	-0,69	1,35	0,49	2,79	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.369,19	34.375,92	-0,02	3,67	13,24	19,91	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.006,47	4.006,98	-0,01	3,07	8,06	12,44	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.826,76	2.836,03	-0,33	-2,11	23,79	40,90	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.090,50	11.143,00	-0,47	1,34	9,78	17,51	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.449,40	1.458,52	-0,63	3,21	12,08	9,34	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	933,47	937,47	-0,43	1,04	18,64	19,84	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.294,66	72.730,44	-0,60	0,28	19,26	39,42	51.854,65	72.730,44
Polônia	Varsóvia	WIG	85.965,15	88.603,27	-2,98	-2,99	9,57	22,38	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.775,93	6.705,94	1,04	4,57	5,93	13,17	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.050,83	1.045,25	0,53	-9,32	-3,01	3,57	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.613,58	2.605,29	0,32	1,72	8,98	16,26	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.260,93	12.279,86	-0,15	2,23	10,08	10,36	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.139,34	Feriado	0,67	4,62	49,12	73,03	6.365,00	11.139,34
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.064,80	2.063,06	0,08	6,02	10,08	12,30	1.608,42	2.064,80
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.124,06	82.154,06	-1,25	1,78	5,50	4,34	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	41.275,08	Feriado	0,20	4,27	23,34	27,43	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.243,30	8.262,40	-0,23	2,86	5,29	9,66	6.960,20	8.262,40
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.611,80	1.604,01	0,49	-0,39	-12,30	-21,68	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.976,30	2.974,01	0,08	0,30	0,05	-8,07	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.866,09	2.860,92	0,18	2,44	7,94	9,05	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.727,98	18.015,94	-1,60	0,05	3,99	-8,68	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.716,55	80.664,86	0,06	2,13	11,73	22,19	63.148,15	80.716,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.224,29	7.278,86	-0,75	2,28	-0,67	5,16	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.321,31	1.327,43	-0,46	1,56	-6,68	-12,95	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.997,25	23.879,36	0,49	4,19	33,83	38,84	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90018/2024

O Secretário Municipal de Agricultura e Pesca com base no Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 133/2024, descrito na folha 108 á 125, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo **nº 4754/2024, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90018/2024**, oriundo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas sob a ID Contratação PNCP **nº 42498600000-1-003792/2024**, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 06 de junho de 2024, às 10:00 horas, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DOS PETRECHOS DE PESCA.** Empresas vencedoras: MARKET – COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.486.986/0001-10, dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 R$ 359.900,00; MDX COMÉRCIO DE EPI LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.401.485/0001-01, do item 11, R$ 4.499,00; ISRAEL MENDES DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 53.468.665/0001-90, R$ 2.999,00. Homologação na íntegra disponível nos autos do processo. Itaguaí, 12 de julho de 2024.

Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca - Matrícula: 47.695.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90020/2024

O Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº. 4.299 de 14/06/2018 e no uso de suas atribuições legais, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo **nº 4.463/2024**, oriundo da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, **Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 90020/2024**, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 20 de junho de 2024, às 10:00 horas, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO 400.000 LITROS DE GASOLINA COMUM E 385.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10, COM FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DE ABASTECIMENTO DE FROTAS, UTILIZANDO RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, COM CESSÃO DE 02 (DOIS) TANQUES COM CAPACIDADE DE 15 METROS CÚBICOS CADA, 02 (DUAS) BOMBAS DE ABASTECIMENTO, SENDO UMA PARA DIESEL E OUTRA PARA GASOLINA, EM REGIME DE COMODATO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, **HOMOLOGA** o resultado da Ata da Sessão, bem como declara a licitação **FRACASSADA.**
Itaguaí, 12 de julho de 2024.

SAMUEL SÉRGIO ALVES - Secretário de Transportes e Mobilidade Urbana - 47.348.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2023 – Licitação nº 1037169

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018, em decorrência do processo administrativo **nº 10.454/2023, HOMOLOGA** o resultado do **Pregão Eletrônico para registro de preços nº 136/2023 (licitações-e: ID. 1037169)**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (SMEC)**, Empresa vencedora: **URBTEC TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ **nº 10.623.576/0001-69,** no valor de **R$ 7.014.993,11** (Sete milhões, catorze mil, novecentos e noventa e três reais e onze centavos). Homologação na íntegra disponível nos autos do processo. Itaguaí, 04 de Julho de 2024.

Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Educação - Matrícula: 45.972.

NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL OFICIAL DE ITAGUAÍ, EDIÇÃO Nº 1264, DATADA EM 10 DE JULHO DE 2024.

Na página 09 e 10, AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90017/2024.

NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO – VALOR, DATADA 11 DE JULHO 2024.

Na página E2, AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90017/2024.

Onde se lê: MARGÔ CATARINA DA SILVA RODRIGUES DE SOUZA

Leia-se: 42.961.053 MARGÔ CATARINA DA SILVA SILVA RODRIGUES DE SOUZA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90016/2024

O Secretário Municipal de Agricultura e Pesca com base no Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 188/2024, descrito na folha 109 á 116, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo **nº 9262/2024, Dispensa de Licitação nº 90016/2024**, oriundo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas sob a ID Contratação PNCP **nº 42498600000-1-003983/2024**, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 18 de junho de 2024, às 08:00 horas, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÓLEOS E FLUÍDOS LUBRIFICANTES.** Empresas vencedoras: GARDEN MACHINES COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.682.786/0001-07, do item 01, R$ 9.009,00; LUBE PACK COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.310.289/0001-38, dos itens 02, 03, 04, 05, 07, 09, 11, 12 e 14, R$ 9.739,00; RBCINCO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.248.216/0001-49, R$ 1.289,01. Homologação na íntegra disponível nos autos do processo. O item 06, foi considerado Fracassado. Itaguaí, 12 de julho de 2024.

Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca - Matrícula: 47.695.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90044/2024 (P.A.6733/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS PARA DEMANDA EM SAÚDE** para atender as pacientes **Vanessa Moraes de Almeida e Ieda da Mota Araújo dos Santos**, nas demandas da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 01 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2024 (P.A.9289/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE DIETA ENTERAL E LEITE,** por um período de 12 (doze) meses, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 31 de julho de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90042/2024 (P.A.9.199/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS PARA DEMANDA EM SAÚDE** para atender as necessidades da paciente **Marcia Cristina Praxedes**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 31 de julho de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2024 (P.A.9291/2024)

A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do Município de Itaguaí, por intermédio de seu Agente de Contratação designado, torna público o resultado da Licitação referente ao processo administrativo **nº 9291/2024, Chamada Pública nº 008/2024**, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA FINS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PESSOAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração, que foi realizado no período de 20 de junho a 09 de julho de 2024. Sendo a Licitação declarada **DESERTA**, devido ao não comparecimento de empresas interessadas.

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90029/2024 (P.A.7961/2024)

A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do Município de Itaguaí, por intermédio de seu Agente de Contratação designado, torna público o adiamento da Licitação referente ao processo administrativo **nº 7961/2024, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90029/2024**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, por um período de 12(doze) meses**, que seria realizado na data de 16 de julho de 2024 às 10:00 horas, fica **ADIADO SINE DIE**, devido a falha no lançamento do SIGFIS.

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

INÊS 249

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Bolsa Alta recente do Ibovespa foi liderada por papéis sensíveis a juros e de menor capitalização, em movimento semelhante ao dos ralis de 2023

Gestores retomam aposta em ações cíclicas domésticas

Matheus Prado
De São Paulo

A renovada expectativa por cortes de juros nos Estados Unidos, combinada com o arrefecimento dos ruídos locais e com os patamares de preços descontados das ações, fez investidores voltarem a olhar, ainda que de forma tímida, para papéis cíclicos domésticos e de menor capitalização na bolsa, com foco nos setores de construção civil, locadoras de automóveis, transportes e financeiro.

Durante o mês de julho, o Índice Small Caps (SMLL) sobe 6,60% até o fechamento de ontem, acima dos 4,20% de alta do Ibovespa. Em 2024, no entanto, o índice amplo recuava 3,78%, enquanto o SMLL, que não supera o Ibovespa em performance anual desde 2019, tinha perdas de 9,24%.

Nessa linha, e após tentativas fracassadas de rotação para teses domésticas durante o ano passado, agentes afirmam que a continuidade da dinâmica depende da materialização do ciclo de afrouxamento monetário nos EUA e, aqui, de medidas concretas do governo para reduzir as incertezas fiscais.

Rafael Oliveira, gestor de renda variável da Kinea, opina que a recuperação recente da bolsa teve viés mais técnico, após movimento exagerado de venda. "A economia está bem, o câmbio estava controlado e os juros em tendência de queda. Ruídos externos e internos atrapalharam, mas a bolsa tem empresas que estão entregando bons resultados, não mudaram seus negócios e caíram mesmo assim", diz.

Assim, após manter carteira mais dolarizada desde o início do ano e se beneficiar da alta de setores como o de frigoríficos, a gestora embolsou parte dos lucros e buscou teses domésticas, nos setores de locadoras de veículos, construtoras e transportes. "Vestuário, por outro lado, não gostamos, pois os resultados estão pressionados, o nível de competição externa está elevado e há baixa visibilidade do ponto de vista tributário."

Oliveira acredita que o movimento positivo pode se estender, já que praticamente todos os setores da bolsa estão próximos das mínimas históricas. "Mas tem que peneirar, porque alguns papéis não vão voltar para o patamar de antes." Já no cenário macro, diz que é preciso ver como Brasília vai responder à questão fiscal. "Os ruídos cresceram porque o governo ignorou problemas, agora precisa endereçar. E o ciclo de afrouxamento monetário lá fora também deve seguir impactando as decisões de fluxo para emergentes."

6,60%
é a alta acumulada em julho pelo Índice Small Caps

O aprofundamento da dinâmica vista nos últimos dias depende da origem do fluxo que virá para a bolsa, opina Marcelo Nantes, gestor de renda variável do ASA. Caso investidores estrangeiros sigam liderando as compras, diz, empresas de maior capitalização avançam primeiro. Se os institucionais locais voltarem a comprar, teses domésticas podem ter destaque.

"Seguimos fortemente influenciados pelo noticiário americano e os dados de inflação recentes podem reforçar o fluxo estrangeiro no curto prazo, ainda mais em um cenário de câmbio desvalorizado, que diminui o risco para não residentes", afirma. Até o dia 12 de julho, o investidor externo acumula aportes mensais de R$ 3,074 bilhões em recursos no segmento secundário (ações já listadas) da B3. O saldo anual, no entanto, ainda é negativo em R$ 37,04 bilhões.

Nantes acrescenta que "estava querendo ficar mais otimista com Brasil desde o fim do ano passado, diante de um cenário de atividade em expansão, inflação sob controle, oferta de crédito avançando e cortes de juros no radar, o que deveria ajudar os resultados das empresas". Mas lembra que a bolsa ficou correlacionada com os Treasuries, ignorando o contexto interno, até o discurso do governo piorar.

"Como nosso viés era construtivo mas o cenário macro não ajudava, nosso posicionamento estava mais tímido e defensivo. No fim de junho, quando o governo suavizou o discurso, aumentamos o risco e nossa exposição às teses domésticas, já que há muitas empresas de boa qualidade e com múltiplos atrativos. Agora, precisamos conversar com as empresas e entender se há espaço para mais", diz.

Segundo indicador técnico do Itaú BBA, que identifica zonas de sobrecompra (atualmente em 143 mil pontos) e sobrevenda do Ibovespa ao dividir o preço atual do índice pela média móvel dos últimos seis meses, o referencial se aproximou de território neutro após a recuperação recente.

Paulo Abreu, sócio e gestor da Mantaro Capital, defende que o salto recente "não foi nada" e que a bolsa ainda tem prêmio e vetores positivos de alta no médio prazo. "O estresse do mercado pareceu exagerado, continuamos com visão mais construtiva do que a média. A piora recente do câmbio acendeu um alerta e acreditamos que o governo está sensível a isso. O Brasil não vai ser potência, mas também não vai ser a terra arrasada que estava nos preços", diz.

Com isso, a casa vem aumentando sua exposição à bolsa ao longo do trimestre, diante do recuo nos preços dos ativos, mas já com foco em teses domésticas. "Agora estamos com exposição máxima e 100% alocados no mercado brasileiro, com posições em setores como financeiro (grandes bancos e mercados de capitais), construção civil, locação de veículos."

Oliveira, da Kinea: "Os ruídos cresceram porque o governo ignorou problemas, agora precisa endereçar"

Ibovespa x Small Caps
Ações cíclicas domésticas vêm perdendo terreno (em pontos)

Ibovespa; Small Cap
150.000 — 5.000; 122.000 — 4.300; 94.000 — 3.600; 66.000 — 2.900; 38.000 — 2.200
113.760; 98.542; 129.110
2.853; 1.900; 2.136
jan/2020; jun/2022; jul/2024*

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. *dados até 16/jul

Plataforma 'critpo' de games inclui NFT e microcrédito

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A plataforma de criptoativos Trexx, da empresária Heloísa Passos, promete fazer inclusão financeira por meio de blockchain games, os jogos eletrônicos com uma camada de ativos digitais. Ainda em fase de testes, a Trexx conecta comunidades de desenvolvedores e usuários dos games com itens trocáveis por dinheiro real.

O usuário da Trexx cria um login e pode usá-lo para se conectar a jogos como "Sunflower Land" e "BitMates" sem precisar criar uma carteira digital de criptomoedas com chave irrecuperável de 12 palavras. No caso, a própria plataforma libera essa carteira para o usuário, que só precisa colar o código do WalletConnect (um pop-up que aparece quando o game pede para conectar a carteira) do jogo.

De acordo com a empresária, que já venceu seis hackatons internacionais, a ideia é usar os games para estimular a educação financeira dos jovens. "A Trexx é um funil e vou engajando o jovem com a interação entre games e educação financeira para que ele fique preparado para outros serviços que mudem as suas condições", diz Passos.

O foco geográfico, de acordo com ela, é a América Latina. A empresária afirma que a Trexx está em vias de finalizar projetos de games e finanças com Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela e Uruguai. Em relação à Venezuela, o objetivo é que a população mais carente do país possa usar o dinheiro ganho em blockchain games do tipo "play to earn" (jogue para ganhar dinheiro), para sustentar suas famílias.

"Vamos engajando o jovem com a interação entre games e educação financeira"
Heloísa Passos

Atualmente, as remessas por meio de criptomoedas são populares entre as famílias venezuelanas por serem menos reguladas do que o câmbio do bolívar, além de terem um custo competitivo em relação a outros serviços.

Além disso, a Trexx possui uma segunda plataforma que se propõe a facilitar a interação de investidores com projetos de criptomoedas que prometem 'airdrops', programas de recompensa de ativos digitais. O objetivo com a expansão do foco é aproveitar todas as oportunidades que existem hoje no mundo das criptomoedas para quem quer ganhar dinheiro e tem pouco para investir ou para quem tem capital sobrando, mas não tem tempo para "farmar" — expressão do mundo cripto que significa interagir com novos projetos para receber recompensas em novas moedas digitais.

O princípio da Trexx para airdrops é parecido, pois o usuário cola o WalletConnect do projeto com o qual deseja interagir para receber recompensas (atualmente a Trexx trabalha com os protocolos Etherfi e Ethena) e entra em um pool com outros usuários atrás do airdrop.

Heloísa Passos conta ainda que uma das iniciativas preparadas pela Trexx para o futuro é a oferta de microcrédito pelo histórico de engajamento na plataforma. Nesta linha de negócios, um jogador poderia usar os itens que ganhou avançando em um jogo como garantia para obter empréstimos de pequenos valores.

"São empréstimos de 60 a 150 dias e de US$ 30 a US$ 100. Servem para comprar outros ativos de jogos. A longo prazo, esperamos expandir até que ele possa usá-los para pagar contas", diz.

A custódia das carteiras da Trexx é realizada pela Fireblocks, o parceiro para a infraestrutura blockchain é a Tanssi, e as rampas de entrada e saída no mundo cripto são executadas pela BRLA. A plataforma deve ser lançada até o quarto trimestre deste ano.

Nova era de transparência nos investimentos

Palavra do gestor

Patricia Palomo

A transparência nas comissões embutidas em investimentos é um tema que ganha cada vez mais relevância no mercado financeiro brasileiro. À medida que os investidores se tornam mais exigentes e informados, a demanda por clareza sobre as taxas cobradas e os potenciais conflitos de interesse entre intermediários financeiros cresce significativamente. Nesse contexto, as recentes mudanças regulatórias promovidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Resolução CVM 179, de 14 de fevereiro de 2023, marcam um importante passo em direção a um mercado mais transparente e justo para todos os participantes.

Historicamente, a falta de transparência nas comissões cobradas por intermediários financeiros tem sido um desafio para investidores brasileiros. Muitos clientes desconhecem os detalhes das taxas que pagam ao realizar investimentos, o que pode levar a decisões financeiras mal informadas e, em última análise, a uma menor satisfação com os serviços prestados.

Além disso, a percepção de gratuidade dos serviços de intermediação de investimentos pode ser prejudicial. Essa ideia de que os serviços são gratuitos frequentemente resulta na desvalorização dos profissionais envolvidos nas operações, que não têm seu trabalho reconhecido adequadamente.

A ausência de clareza nas comissões pode também criar um ambiente propício para conflitos de interesse, onde intermediários podem priorizar produtos financeiros que lhes proporcionam maiores comissões, em detrimento dos melhores interesses dos clientes. Essa dinâmica afeta negativamente tanto os investidores quanto os profissionais, comprometendo a percepção de qualidade e de confiança no mercado financeiro.

Nos últimos anos, no entanto, observou-se uma evolução no modelo de atendimento das instituições financeiras. Tradicionalmente, os modelos de atendimento majoritariamente transacionais, em que o intermediário recebe comissão a cada operação transacionada pelo cliente, passaram a conviver com os modelos de atendimento fiduciário, em que a remuneração dos intermediários não está atrelada às transações e sim a taxas previamente definidas e conhecidas pelos clientes.

A digitalização e a crescente competição no setor impulsionaram uma mudança de paradigma, com um número crescente de plataformas de investimento e fintechs adotando práticas mais transparentes.

A Resolução CVM 179 representa um avanço significativo na regulamentação da transparência das comissões no mercado de valores mobiliários. As novas regras estabelecem que os intermediários deverão informar seus clientes sobre a remuneração recebida pela oferta de valores mobiliários e sobre quaisquer conflitos de interesse potenciais. Essas informações devem ser verdadeiras, completas, consistentes e apresentadas de forma clara e objetiva.

Uma das inovações mais relevantes é a exigência de envio trimestral de um extrato detalhado aos clientes, contendo informações sobre a remuneração auferida pelos intermediários em virtude dos investimentos realizados. Esse extrato deve discriminar a modalidade de investimento, a natureza da remuneração e a parcela correspondente à remuneração dos assessores de investimento.

As informações qualitativas sobre as formas e arranjos de remuneração devem ser disponibilizadas na página na internet do intermediário. A descrição deve abranger todas as formas de remuneração, incluindo taxas de administração, taxas de performance, spreads, taxas de distribuição, entre outras.

As mudanças introduzidas pela CVM 179 prometem transformar significativamente a dinâmica do mercado de investimentos brasileiro. Para os intermediários, a exigência de maior transparência impõe um desafio adicional de adequação de suas práticas e sistemas de informação. A implementação das novas regras demandará investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal, além de uma mudança cultural em direção a uma maior abertura e clareza nas relações com os clientes.

Por outro lado, os investidores deverão ser os grandes beneficiados. Com acesso a informações mais detalhadas e transparentes sobre as comissões cobradas e os potenciais conflitos de interesse, os clientes estarão em uma posição muito mais favorável para tomar decisões informadas e alinhadas com seus objetivos financeiros.

Com essa maior maturidade do mercado sobre o tema transparência, a expectativa é que, com o tempo, a confiança dos investidores no mercado financeiro aumente, resultando em maior participação e diversificação de seus investimentos. Todos ganham, embora nem todos estejam enxergando assim.

Patricia Palomo é economista, mestre em políticas públicas e conselheira de empresas
E-mail patriciapalomo@gmail.com

Tributário Avisos alegam simulação de venda de cotas ou ações de empresas para transmitir herança

São Paulo notifica milhares de contribuintes por falta de pagamento do imposto sobre doações

Marcela Villar
De São Paulo

Milhares de contribuintes começaram a receber há pouco mais de um mês notificações da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) por suposta falta de pagamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Os avisos foram enviados no âmbito da Operação Loki, iniciada no fim de maio. É a primeira vez que o governo faz um procedimento fiscalizatório dessa magnitude, que envolve o cruzamento de dados próprios com os da Junta Comercial e Receita Federal.

Os avisos são um "convite" à autorregularização — não há ainda autuação ou início de ação fiscal. As cartas foram enviadas para contribuintes que, segundo a Sefaz-SP, teriam feito planejamento sucessório irregular, simulando a venda de cotas ou ações de empresas — sejam holdings familiares ou patrimoniais — para transmitir herança de forma gratuita ou por um valor menor.

Nos comunicados, a Fazenda paulista diz ter encontrado "indícios" de que a transmissão das cotas "não teria ocorrido entre partes independentes" e poderia configurar doação, tributável pelo ITCMD. Nesta primeira etapa, os avisos envolvem operações de 2020, mas as notificações devem atingir atos dos anos seguintes nos próximos meses. A operação dura até o fim de 2026.

"Quando há um contrato, as partes têm liberalidade para transacionar o valor"
Luiz H. M. Veronezi

Segundo tributaristas, o governo tem sido mais agressivo e sofisticado na fiscalização do imposto, principalmente após a criação da delegacia especializada em ITCMD no ano passado. Para eles, a Operação Loki tem intuito arrecadatório e o alvo são holdings familiares usadas para transmitir patrimônio entre pais e filhos por meio da venda de participação societária, algo permitido pela legislação.

No ano passado, o governo de São Paulo registrou recorde de arrecadação com o ITCMD, de acordo com o Relatório de Receita Tributária da Sefaz-SP. Entraram para os cofres públicos R$ 4,4 bilhões em 2023, um valor 16% maior que em 2022. O total recolhido com o imposto no ano passado ainda foi 45% superior à média da última década, de R$ 3 bilhões. Neste ano, entre janeiro e maio, o recolhimento do ITCMD levou R$ 1,5 bilhão para os cofres públicos. O tributo representa menos de 2% da arrecadação.

Para a Sefaz-SP, a venda de cotas para herdeiros não pode ter valor inferior ao patrimônio líquido ou patrimonial da holding. Nesses casos, ela entende haver "simulação do negócio jurídico", pois a compra da participação por um montante menor configuraria uma doação, mascarada de contrato de compra e venda. A consequência é o auto de infração, com multa de 100%. Pode haver ainda uma representação fiscal para fins penais por crime contra a ordem tributária.

Em um vídeo institucional sobre a Operação Loki publicado no YouTube, o auditor fiscal da Receita Estadual Jefferson Valentin diz que quando há intenção de vender cotas de uma empresa, o vendedor "por óbvio, quer aferir o maior possível por aquele patrimônio". E quando o comprador é um herdeiro, isso "por si só, já é um indício de que há algum tipo de mácula naquele contrato".

DIVULGAÇÃO

Guilherme Saraiva Grava: não há problema em constituir holdings para planejamentos familiares e sucessórios

É necessário verificar, contudo, acrescenta, o pagamento pelas participações societárias e se o valor de venda estaria adequado. "Quando não há comprovação de que houve pagamento por aquele patrimônio transmitido ou houve um pagamento de um valor simbólico muito menor do que vale a empresa, fica muito evidente que aquilo se trata de uma simulação, de uma ilusão negocial", afirma o auditor fiscal, no vídeo.

Não houve, diz, "a busca por um valor melhor, houve sim a intenção de transmitir o patrimônio a título gratuito, o que caracteriza a doação". Segundo ele, há jurisprudência favorável à Fazenda paulista no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) — os últimos acórdãos sobre o assunto, porém, têm sido mais favoráveis aos contribuintes (leia mais abaixo).

Advogados consultados pelo **Valor** aconselham seus clientes a esperar a próxima fase da Operação Loki, que deve vir com o envio das notificações oficiais, dando início ao processo administrativo, onde haverá espaço para o contraditório e envio dos documentos comprobatórios. O "benefício", para quem queira se regularizar já agora, é pagar o imposto com 20% de multa — e não 100%, quando ou se vier um auto de infração no futuro. Segundo a Sefaz, 331 contribuintes fizeram a autorregularização, até a última sexta-feira, 5.

O tributarista Guilherme Saraiva Grava, do Diamantino Advogados Associados, reforça que não há problema em constituir holdings para planejamentos familiares e sucessórios. "O que é ilegal é usar a holding para esconder uma a operação de herança e doação e transformar em uma compra e venda simulada", afirma o especialista.

Ele dá o exemplo de um imóvel de valor de mercado de R$ 1 milhão subjugado a uma empresa, cujo maior cotista é uma determinada pessoa da família. Ao invés de o imóvel ser deixado como herança, os filhos compram cotas de participação por um valor menor, de R$ 10 mil. "O herdeiro vira dono do imóvel dessa forma, mas isso não pode ser feito porque o que seria a transferência de um imóvel de R$ 1 milhão estou transformando em uma venda de R$ 10 mil", diz Grava.

Luiz Henrique Mazetto Veronezi, sócio do PLKC Advogados, afirma que cerca de 15 clientes receberam o aviso, mas não vê as operações como tributáveis. "Em nenhum dos casos, a intenção foi transmitir patrimônio", diz Veronezi. "E quando há um contrato de compra e venda, entendo que as partes têm liberalidade para transacionar o valor."

A Sefaz-SP foi procurada pelo **Valor** , mas não quis dar entrevista sobre o assunto. Em nota, afirma que a Operação Loki não tem objetivo arrecadatório, "mas o fomento à autorregularização e a instrução dos contribuintes acerca das obrigações tributárias". A retificação pode ser feita no site da secretaria.

Decisões do TJSP anulam cobranças de ITCMD

Marcela Villar
De São Paulo

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) tem se consolidado a favor dos contribuintes quando o assunto é a cobrança de ITCMD em contratos de compra e venda de cotas sociais de empresas. Dois acórdãos recentes da 1ª e 11ª Câmaras de Direito Público entenderam ser permitido vender participações societárias por um valor inferior ao de mercado. Para os desembargadores, não configuraria doação, um dos fatos geradores do imposto.

O argumento vai de encontro ao aplicado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) em autos de infração e na Operação Loki, iniciada no fim de maio. Para o órgão, a venda de participação por um valor abaixo do real valor patrimonial da empresa configura uma doação. Isso porque o contrato não teria intuito negocial, devendo ser invalidado — com a cobrança do tributo.

Os desembargadores já deram decisões nesse sentido, mas o entendimento majoritário é o de permitir às partes liberdade contratual para estipular os valores, o que não implica incidência do tributo, que incide apenas sobre heranças e doações.

CLAUDIO BELLI/VALOR

"A Sefaz-SP vai querer tributar um valor que não existe"
Marcelo Bolognese

Na decisão mais recente, o TJSP analisou uma aquisição de mais de 60 mil cotas de uma empresa que administrava imóveis pelo valor de R$ 1 cada. Para o Fisco estadual, o valor correto de cada cota deveria ser o de R$ 3,50, o que elevaria o valor do contrato para R$ 217,5 mil — configurando uma "doação" de R$ 156 mil, que é a diferença entre os dois valores. Os desembargadores, porém, não viram ilegalidade e anularam o auto de infração.

"O conjunto documental, especialmente o instrumento particular de cessão de quotas e a minuta de alteração contratual, afastam, pois, a hipótese de doação das quotas societárias da empresa. Assim, não há que se falar em ocorrência do fato gerador do ITCMD, uma vez que não existiu doação patrimonial das referidas quotas", diz o relator do processo na 1ª Câmara de Direito Público, o desembargador Vicente de Abreu Amadei.

Ele também afirma que "não há previsão legal a determinar que o valor patrimonial da quota a ser utilizado como base de cálculo do ITCMD seja o valor patrimonial real" (processo nº 1001299-20.2023.8.26.0024).

Em outro caso, a 11ª Câmara de Direito Público afastou a cobrança de ITCMD sobre a diferença de valor de venda das cotas de imóveis rurais por um valor abaixo do de mercado. Segundo o Fisco, era preciso pagar R$ 261 mil a mais em tributos, mas o tribunal entendeu não ser uma doação, já que não houve gratuidade na transferência (processo nº 1000353-04.2023.8.26.0168).

Na visão de Bruno Sigaud, do Sigaud Marins & Faiwichow Advogados, se fosse adotada a tese da Fazenda, o Judiciário iria autorizar "a administração pública a reavaliar o preço de toda e qualquer operação comercial, enquadrando como doação eventuais negócios de compra e venda cujo preço não se apresentasse de acordo com os critérios eminentemente subjetivos adotados pelo Fisco". "A nosso ver, os referidos precedentes são corretos, pois prestigiam a vontade dos contratantes", afirma.

A tese da Sefaz-SP constou nos avisos enviados aos contribuintes no âmbito da Operação Loki. O órgão diz que "o enquadramento de operações de compra e venda por valor módico [irrisório] como doação encontra amparo tanto na legislação tributária quanto na jurisprudência dos tribunais superiores". Cita dois agravos em recursos especiais, mas que não tiveram o mérito julgado por questões processuais (REsp 1989616 e REsp 2182407).

Para Lucas Lazzarini, do Marzagão e Balaró (MZBL) Advogados, que teve um cliente notificado, os critérios da Sefaz-SP são "altamente subjetivos". "Mostra um anseio muito grande em enquadrar operações que não são doação como se doação fosse", diz. "É preciso procurar operações fraudulentas, até porque existe a questão social do tributo. Mas tem que ter um mínimo de critério, razoabilidade e diretriz".

Marcelo Bolognese, sócio do Bolognese Advogados, afirma que outro grande impasse na cobrança do ITCMD é a dificuldade em estabelecer a base de cálculo. "A Sefaz tem se limitado a dizer que é o valor de mercado da empresa. Isso pode ser a realidade de uma grande empresa que tem ações a bolsa e são mensuráveis", diz ele, lembrando que, no caso das pequenas, no Simples Nacional — com receita bruta anual de até R$ 4,8 milhões —, a lei as desobriga de publicar balanços, o que dificulta aferir um valor de mercado.

"É uma batalha muito grande e a Sefaz-SP vai querer tributar um valor que não existe. Fica muito subjetivo o critério e é complexo para o Fisco atribuir um valor de mercado sem conhecer a atividade do contribuinte", afirma.

Destaque

Roubo de joias

A 12ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), sediado no Distrito Federal, negou a apelação da Caixa Econômica Federal (CEF) contra sentença do Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso, que condenou a instituição financeira a indenizar uma mulher por danos materiais decorrentes do roubo de joias sob sua posse. A Caixa alegou que sua responsabilidade foi apenas contratual e que o roubo das joias se enquadra como força maior, isentando o banco de qualquer indenização, limitando-a a 1,5% do valor dos bens avaliados e pediu o afastamento da condenação. De acordo com os autos do processo, as joias empenhadas foram roubadas sob a guarda da Caixa, e a jurisprudência não reconhece força maior devido à falha de segurança. Segundo a relatora do caso, desembargadora federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, a instituição financeira deve indenizar a dona das joias roubadas pelos danos materiais conforme a avaliação pericial, com correção monetária e juros de mora de 0,5% ao mês. A decisão foi unânime (processo nº 0003846-56.2002.4.01.3600).

Lei pacifica juros de mora e correção monetária

Opinião Jurídica

José Roberto Trautwein e Laís Bergstein

Um dos temas que nos últimos meses gerou intensos debates nos tribunais é a interpretação do artigo 406 do Código Civil. Discute-se a adequação da aplicação da taxa Selic ou de juros de mora de 1% ao mês acrescido de correção monetária por um índice oficial nas dívidas decorrentes de responsabilidade civil. A questão afeta especificamente obrigações resultantes de responsabilidade extracontratual, mais conhecidas como perdas e danos, ou de responsabilidade contratual quando não houver taxa previamente convencionada pelas partes.

Há grande diversidade de entendimentos quanto ao índice a ser aplicado, inclusive com diferentes marcos temporais de incidência. A 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), por exemplo, concluiu que "a taxa Selic não pode ser utilizada em substituição à correção monetária e aos juros de mora para a atualização das dívidas decorrentes de responsabilidade civil contratual e extracontratual" (apelação nº 1103075-68.2019.8.26.0100, em 30/06/24).

A 9ª Câmara Cível do TJPR, em 8 de março, afastou a incidência da taxa Selic, por entender que o "cálculo da Selic é composto por diversos elementos, inclusive correção monetária, razão pela qual não se admite a sua cumulação com outro índice de correção monetária" e afirmou que "uniformizou o entendimento para que os valores resultantes de condenação sejam atualizados monetariamente pela média aritmética simples entre o INPC e o IGP-DI em atenção ao contido no Decreto nº 1544/1995." (apelação nº 0024316-44.2019.8.16.0017). E a 13ª Câmara Cível do TJPR, sobre uma indenização por danos morais, determinou a "incidência de juros de mora desde o evento danoso, à razão de 1% ao mês, até o arbitramento da condenação, momento em que seu cômputo passará a ser cumulado com correção monetária, mediante a aplicação da taxa Selic." (apelação nº 00106 80-49.2022.8.16.0035, em 28/06/24).

Em março de 2023, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça concluiu, por maioria (6 votos a 5), pela utilização da taxa Selic (REsp 1795982/SP). Estima-se que esse julgamento tem potencial de afetar mais de 6 milhões de processos no Brasil.

Mas na sequência à proclamação do resultado, o ministro Luis Felipe Salomão apresentou três questões de ordem. A primeira seria a nulidade do julgamento, pela ausência de dois ministros. A segunda e a terceira são relativas ao uso dos fatores diários da taxa Selic e sua incidência nos casos em que o termo de início da fluência dos juros é anterior ao da correção monetária. Os autos estão atualmente no gabinete do ministro Mauro Campbell Marques para análise das questões de ordem.

A polêmica culminou na Lei nº 14.905/2024, de iniciativa do poder executivo, publicada no Diário Oficial em 1º de julho. Alterou-se o Código Civil com a justificativa de que a "fixação de regras mais claras sobre juros e atualização monetária reforça a segurança jurídica na contratação das mais diversas operações econômicas, evitando incertezas quanto a interpretações divergentes no âmbito do Poder Judiciário".

Com essa atualização, nas hipóteses de descumprimento contratual, quando as partes não convencionarem a taxa de juros a ser aplicada, ou nos casos envolvendo um dano extracontratual, "a taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do artigo 389 deste Código", que será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou o que vier a substituí-lo, na ausência de previsão pelas partes ou por lei específica. Ou seja, se a indenização resultar de condenação por perdas e danos ou se inexistir previsão contratual expressa, será aplicada a Selic, mas descontado o valor de correção monetária do IPCA.

Outros pontos tratados pela nova lei relacionam-se à disciplina de que "a metodologia de cálculo da taxa legal e sua forma de aplicação serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil". Quando o resultado da taxa legal for negativo, considerar-se-á igual a zero para efeito do cálculo das taxas de juros.

Em suma, a Lei nº 14.905/2024 busca pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros no ordenamento jurídico pátrio, inclusive quanto às dívidas condominiais (CC, artigo 1.336, parágrafo 1º, nova redação), mas os debates certamente estão longe de encontrar um fim. Isso porque a opção legislativa de incidência da Selic, que é um índice altamente variável (não fixo, como percentual de juros de 1% ao mês), pode resultar em discussões sobre segurança jurídica, proporcionalidade e equivalência material das prestações.

No campo da responsabilidade extracontratual, a adoção da Selic pode impactar na quantificação das ações que aguardam julgamento e no provisionamento realizado pelas empresas. Lembra-se que, consoante a tese firmada no Repetitivo 677 pela Corte Especial do STJ, na execução, o depósito efetuado a título de garantia do juízo ou decorrente da penhora de ativos financeiros não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora. E a remuneração dos depósitos judiciais pode ser significativamente inferior ao índice legal.

É preciso estar atento aos efeitos da nova legislação no caso concreto e, sobretudo nos contratos de longa duração, repensar a redação de cláusulas contratuais para escapar à oscilação do atual índice.

José Roberto Trautwein e Laís Bergstein são, respectivamente, doutor e mestre no Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais e Democracia do Centro Universitário Autônomo do Brasil e especialista em Direito Empresarial, sócio da Dotti Advogados; e doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Direito Econômico e Socioambiental, sócia da Dotti Advogados

---

CCR S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de junho de 2024, às 10h00, na sede da CCR S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt e Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a formalização da contratação pela controlada indireta da Companhia, a Concessionária do Bloco Central S.A. ("Concessionária Bloco Central") de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), por meio da abertura de crédito no valor de R$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), nos termos de contrato de abertura de crédito por instrumento particular a ser firmado entre o BNB e a Concessionária Bloco Central ("Contrato de Financiamento BNB" e "Financiamento BNB", respectivamente); e **(ii)** a autorização para diretoria e/ou os procuradores constituídos pela Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações a serem aprovadas. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, por unanimidade de votos dos membros presentes, deliberaram: **(i)** aprovar a formalização da contratação de financiamento pela Concessionária Bloco Central junto ao BNB, por meio do Financiamento BNB, nos termos e condições apresentados e a serem descritos no Contrato de Financiamento BNB; e **(ii)** autorizar expressamente os diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos do Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos e a elaborar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à celebração: (a) do Contrato de Financiamento BNB e demais documentos necessários à efetivação do Financiamento BNB, (b) de eventuais aditamentos que se façam necessários ao Contrato de Financiamento BNB, desde que mantidas as características do Financiamento BNB ora aprovado, bem como (c) a assinatura de aditamentos a tais instrumentos ou documentos que deles derivem. Os diretores e/ou representantes legais também poderão realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos ao Financiamento BNB perante os órgãos competentes, inclusive o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias. **6. ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 25 de junho de 2024. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(8)** Mateus Gomes Ferreira; **(9)** Roberto Egydio Setubal; e **(10)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto - Secretário.* JUCESP nº 261.980/24-5 em 05.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90081/2024,** referente ao processo nº **024.00053337/2024-18**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 01/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 17/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

---

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 11.421.994/0001-36 / NIRE 35.3.0059232-8

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024

Data, Horário e Local: Em 02 de julho de 2024, às 08h00 horas, na sede social da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala B, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, bairro Brooklin Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Composição da Mesa:** Para conduzir os trabalhos, foi indicado como Presidente da Mesa o Sr. Ismar Machado Assaly, que indicou o Sr. Milton Pilão Júnior para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(A)** assunção pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por 80% (oitenta por cento) ("Limite da Fiança") de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros assumidos pela Barueri Energia Renovável S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Pirarucu, nº 3.891, conjunto 3.901, bairro Nova Aldeinha/Aldeia, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06440-185 ("Emissora") no âmbito do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie* Com *Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série* Única, *para Distribuição Pública, da Barueri Energia Renovável S.A."*, a ser celebrado entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Conjunto 41, Sala 2, bairro Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-020 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"), incluindo, mas não se limitando ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórias (todos conforme definidos na Escritura de Emissão), conforme aplicável, devidos pela Emissora, inclusive aqueles devidos ao Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão, bem como, quando houver e desde que comprovados, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, gastos incorridos com a excussão das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão), gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos dos artigos 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, até a ocorrência de um dos eventos listados na Escritura de Emissão ("FiançA'); **(B)** a autorização à Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para tomar toda e qualquer providência referente à outorga da Fiança, incluindo celebrar todos e quaisquer documentos necessários e/ou relacionados à outorga da Fiança, compreendendo assim, entre outros, a Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos; e **(C)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à negociação e celebração de todos e quaisquer documentos necessários à outorga da Fiança pela Companhia. **Deliberações:** Após discutirem as matérias da Ordem do Dia, feitos os devidos esclarecimentos, o Conselho, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: **1. Quanto ao item (A):** observado o Limite da Fiança, a outorga pela Companhia da Fiança; **2. Quanto ao item (B):** a autorização à Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para tomar toda e qualquer providência referente à outorga da Fiança, incluindo celebrar todos e quaisquer documentos necessários e/ou relacionados à outorga da Fiança, compreendendo assim, entre outros, a Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos; e **3. Quanto ao item (C):** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à negociação e celebração de todos e quaisquer documentos necessários à outorga da Fiança pela Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação sobre a matéria objeto desta Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 02 de julho de 2024. **Mesa:** Ismar Machado Assaly - **Presidente;** Milton Pilão Júnior - **Secretário.** Registro na JUCESP sob nº 263.070/24-4 em 10/07/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VELOCE LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024.

Data, Hora, Local: 20.06.2024, às 09 horas, na filial, Avenida Goiás 1820, São Caetano do Sul/SP, com a participação dos membros do Conselho por meio presencial e de ferramenta eletrônica de videoconferência. **Mesa:** Daisuke Hori, Presidente, Yusuke Shionoya, Secretário. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração, fisicamente ou por conferência telefônica. **Deliberações Aprovadas:** A renovação do empréstimo de financiamento com garantia, no valor de R$300.000.000,00 referente ao Nota de Crédito à Exportação Nº 115, junto ao Banco Mizuho do Brasil S.A., com encargos de CDI + 1,95% ao ano, sendo o início de vigência em 21/06/2024 e término em 20/06/2025, mantendo a Garantia Fidejussória Corporativa Mitsui & Co., Ltd. A Nota de Crédito à Exportação inicial aprovada na Ata de RCA de 19/06/2023, teve liquidação parcial no valor de R$35.000.000,00, conforme aprovada na Ata de RCA de 22/04/2024, sendo assim, o saldo remanescente de R$300.000.000,00 está sendo renovado. Tendo em vista as aprovações constantes no presente item, resolvem os membros do Conselho de Administração por autorizar a diretoria a praticar todo e qualquer ato necessário à efetivação das transações deliberadas. **Encerramento:** Nada mais. Diadema, 20.06.2024. **Conselheiros:** Daisuke Hori, Presidente, Genta Murai, Vice-Presidente, Shigeo Yanai, Conselheiro e Yusuke Shionoya, Conselheiro. JUCESP nº 262.740/24-2 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

USINA AÇUCAREIRA S. MANOEL S/A.

CNPJ 60.329.174/0001-24 - NIRE: 35.300.040.937

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, Realizadas em 19 de Junho de 2024.

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **Usina Açucareira S. Manoel S/A**, instaladas com a presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia, portanto, dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presididas pelo Sr. **Pedro Dinucci** e secretariadas pelo Sr. **Camillo Dinucci Fernandes**, realizaram-se, cumulativamente, às 14h00min do dia 19 de junho de 2024, na sede social, na Fazenda Boa Vista, s/nº, em São Manuel, Estado de São Paulo. Estando presentes às Assembleias os administradores da Companhia, o membros do Conselho Fiscal, Sr. Flavio Stamm, e o representante da empresa de auditoria externa independente, KPMG Auditores Independentes, Sr. Gustavo de Souza Matthiesen. O Sr. Presidente declarou instaladas as assembleias. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei: **(a) aprovar**, sem reservas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, documentos esses publicados de acordo com o art. 289, incisos I e II, da Lei nº 6.404/76, no jornal "Valor Econômico", de São Paulo (SP), nas edições conjugada dos dias 15, 16 e 17 de junho de 2024, nas páginas E3 a E5, com parecer favorável do Conselho de Administração, **Documento I** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, e com parecer favorável do Conselho Fiscal, **Documento II** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia; **(b) aprovar**, de acordo com a Proposta da Administração, datada de 31 de maio de 2024, que é o **Documento III** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de março de 2024, ajustado pela transferência do custo de ajuste de avaliação patrimonial, realizado durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024, nos termos do § 3º do artigo 182 da lei 6.404/76, no montante total de R$ 96.769.007,92 (noventa e seis milhões, setecentos e sessenta e nove mil, sete reais e noventa e dois centavos), sendo: (1) R$ 4.767.722,86 (quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) para a Reserva Legal (5% do lucro líquido contábil); (2) R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), para a distribuição de dividendos aos acionistas, sendo R$ 9.200.128,51 (nove milhões, duzentos mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), para o pagamento do dividendo obrigatório; R$ 1.945.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil reais) como dividendo intermediário, conforme deliberação em AGE de 13 de dezembro de 2023; e R$ 10.854.871,49 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), para pagamento de dividendo adicional, até 31 de março de 2025, conforme disponibilidade de caixa da Companhia; e (3) R$ 70.001.285,06 (setenta milhões, um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), representando o remanescente do lucro líquido, para a reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos", com base no Orçamento de Capital – Safra 2024/2025; **(c) aprovar** o aumento do capital social, atualmente de R$ 706.562.392,87 (setecentos e seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos) para R$ 818.446.971,92 (oitocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), um aumento, portanto, de R$ 111.884.579,05 (cento e onze milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva para Investimentos conforme saldo existente em 31 de março de 2024; **(d) aprovar**, em decorrência das deliberações acima, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º** - O capital social, totalmente integralizado, é de R$ 818.446.971,92 (oitocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal"; **(e) eleger**, para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato anual que vigorará até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, dos seguintes membros: para o cargo de **Conselheiro e Presidente do Conselho de Administração**, o Sr. **Pedro Dinucci**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/n, CEP 18.650-970, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.721.951-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 370.699.668-57; e para os cargos de **Conselheiros**, os Srs. **Camillo Dinucci Fernandes**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo, na Rua General Telles, nº 791, apto 121, Centro, CEP 18.600-030, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.822.930 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob nº 837.207.661-87; **Carlos Dinucci**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/n, CEP 18.650-970, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.493.045-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.792.768-89; **Jayme Dinucci Fernandes**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo, na Rua João Passos, nº 17, Centro, CEP 18.600-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 355.820 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob nº 047.162.481-00; e, **Renato Dinucci Sobrinho**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Kamel Lian, nº 50, casa 21, Condomínio Baraúna, CEP 14.096-552, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.819.871-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 216.559.858-33; e **Renato Gennaro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Celso de Azevedo Marques, 361 – Apto. 61 – Torre A, Mooca – CEP 03122-010, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.160.537-5 e inscrito no CPF/MF 075.199.208-95. Os Srs. Pedro Dinucci, Camillo Dinucci Fernandes, Carlos Dinucci, Jayme Dinucci Fernandes, Renato Dinucci Sobrinho e Renato Gennaro, acima qualificados, tomam posse de seus cargos por meio da assinatura dos termos de posse no respectivo livro societário da Companhia e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, conforme Declaração de Desimpedimento que é o **Documento IV** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia; **(f) fixar,** para o Conselho de Administração e para a Diretoria da Companhia, uma remuneração anual e global de até R$ 8.125.000,00 (oito milhões, cento e vinte e cinco mil reais), a qual será distribuída entre seus membros, conforme vier a ser decidido pelo Conselho de Administração; **(g) instalar** o Conselho Fiscal da Companhia, a pedido dos acionistas, o qual funcionará até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo eleitos os seguintes Conselheiros e seus suplentes: como titulares, **Wagner Mar**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 151.431, economista inscrito no CORECON/SP sob o nº 8.906 e contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 50.198, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.126.884-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.324.978-04, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conde de Porto Alegre, 1.143, 25º andar, CEP 04608-002; **Orivaldo Jorge**, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CRC/SP sob o nº 150.657, portador da carteira de Identidade RG nº 5.487.038-0-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.753.798-15, residente e domiciliado em São Manuel, Estado de São Paulo, na Rua José Ragozo, nº 51 – Jardim Dinkel, CEP 18.652-458; e **Flavio Stamm**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no Conselho Regional de Administração - Seção SP sob nº 45.324, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.317.859-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.241.708-00, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Patápio Silva, 223, apto. 32, Jardim das Bandeiras, CEP 05.436-010; e como respectivos suplentes, **Jacqueline Lorena Ribeiro**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CRC/RJ sob o nº 076.369-O-5, portadora da carteira de Identidade RG nº 073.809.956 IFP/RJ e inscrita no CPF/MF 926.361.447-49, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Visconde de Taunay, nº 349, casa 1 – Cruzeiro Velho, Santo Amaro, CEP 04726-010; **Sérgio Odair Perguer**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.160.132-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.328.148-63, residente e domiciliado em Araraquara, Estado de São Paulo, na Rua Imaculada Conceição, 1.186, CEP 14.800-176; e, **Roberto Claudio Tozzo**, brasileiro, contabilista, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 14.864.520-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.490.888-61, com escritório em Botucatu, Estado de São Paulo, na Rua Independência, 120, Vila Rodrigues Alves, CEP 18601-320. Os Srs. Wagner Mar, Orivaldo Jorge, Flavio Stamm, Jacqueline Lorena Ribeiro, Sérgio Odair Perguer, Roberto Claudio Tozzo, acima qualificados, tomam posse de seus cargos por meio da assinatura dos termos de posse no respectivo livro societário da Companhia e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, conforme Declaração de Desimpedimento que é o **Documento V** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia; e **(h) fixar**, para o Conselho Fiscal da Companhia, a remuneração mínima prevista em lei. Os termos desta ata foram aprovados, de forma unânime, pelos acionistas presentes, que a subscrevem. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e suspendeu os trabalhos para a lavratura desta ata. São Manuel, 19 de junho de 2024. (aa) **Pedro Dinucci**, Presidente da Mesa; **Camillo Dinucci Fernandes**, Secretário da Mesa. **CD Administração e Participação S.A. -** Carlos Dinucci e Pedro Dinucci; **DF – Dinucci Fernandes Participações S/A -** Jayme Dinucci Fernandes. **Pedro Dinucci**, Presidente da Mesa; **Camillo Dinucci Fernandes**, Secretário da Mesa. **Jucesp** nº 259.999/24-6 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VELOCE LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora, Local: 12.06.2024, às 11hs, na filial, Avenida Goiás 1820, São Caetano do Sul/SP. **Mesa:** Daisuke Hori, Presidente, e Yusuke Shionoya, Secretário. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Deliberações Aprovadas:** renúncia do Sr. **Junji Hara**, do cargo de Diretor Vice-Presidente de Segurança, a partir de 24/06/2024. Os Conselheiros neste ato expressam seus votos de agradecimentos pelos relevantes serviços prestados pelo Sr. Junji Hara, durante todo o período em que permaneceu no referido cargo. O cargo de Diretor Vice-Presidente de Segurança será extinto. Os demais cargos, condições e nomeações da Diretoria, deliberadas nas RCA realizadas em 11.07.2023, em 26.10.2023 e em 28.02.2024, são ratificados e permanecem inalterados. **Encerramento:** Nada mais. São Caetano do Sul, 12.06.2024. **Conselheiros:** Daisuke Hori, Presidente, Genta Murai, Vice-Presidente, Shigeo Yanai, Conselheiro e Yusuke Shionoya, Conselheiro. JUCESP nº 264.142/24-0 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CCR S.A.

CNPJ/MF nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de junho de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação da abertura de um novo programa de recompra de ações da Companhia com o objetivo de permitir o cumprimento de suas obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Longo Prazo da CCR S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, sendo certo que as ações adquiridas pela Companhia poderão ainda ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas ("2º Programa de Recompra"); e **(ii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia ou seus respectivos procuradores tomem as providências e pratiquem os atos necessários à implementação do 2º Programa de Recompra. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram aprovar, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** a abertura do 2º Programa de Recompra, em conformidade com o disposto no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 77/22, autorizando a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 3.400.000 ações ordinárias de sua própria emissão, de acordo com os termos, condições e características descritos no Anexo desta ata, o qual reflete e abrange as informações exigidas pelo Anexo G da Resolução CVM nº 80/22; e **(ii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia ou seus respectivos procuradores tomem as providências e pratiquem os atos necessários à implementação do 2º Programa de Recompra, inclusive definir as oportunidades e as quantidades a serem adquiridas, sempre dentro dos limites autorizados, tudo conforme termos e condições aprovados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 26 de junho de 2024. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(8)** Mateus Gomes Ferreira; **(9)** Roberto Egydio Setubal; e **(10)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto - Secretário.* JUCESP nº 262.027/24-0 em 05.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR CGA 15/07/2024

Nº do Processo: 024.00124328/2023-38

INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde-GIS

ASSUNTO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática (Sem Papel).

NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 14/2024

Trata a presente Contratação de Empresa para a Prestação de serviços Especializados em Informática (Em Papel).

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0033432387, às quais me reporto ao despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO,** Dispensa Licitação Nº 14/2024, observadas as normas legais incidentes, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CPNJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática - Sem Papel, no valor total de **R$ 325.459,08 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e oito centavos). DECLARO** para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente,** nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS Nº 462/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução 65/2024.

ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

CNPJ/MF nº 02.713.530/0001-02 - NIRE 35 3 0015729 0

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 28 DE MARÇO DE 2024

DATA: 28/03/2024. **HORÁRIO:** 11h - AGO seguida da AGE. **LOCAL:** Sede social. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social; Auditoria externa independente, KPMG Auditores Independentes, representada pela Sra. Carolina Maciel Messias dos Santos; e o administrador da companhia, Sr. Paulo Ricardo Manna Santos. **MESA:** Paulo Ricardo Manna Santos - Presidente. Leonardo Zavatini - Secretário. **ORDEM DO DIA:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer dos Auditores Atuariais Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2.** Ratificar o pagamento de dividendos; **3.** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício; **4.** Eleger a Diretoria; e **5.** Fixar a remuneração da Diretoria. **ORDEM DO DIA: EM AGE:** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social. **PUBLICAÇÕES:** Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer dos Auditores Atuariais Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM AGO - 1.** aprovar as contas dos administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer dos Auditores Atuariais Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2.** ratificar a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$1.044.535,80; **3.** aprovar a destinação do Lucro Líquido do exercício, sendo a importância de R$219.901,43 para Reserva Legal e o saldo remanescente do Lucro Líquido, de R$3.133.591,35, para Reservas Estatutárias, a saber: R$2.820.232,21 para Reserva para Aumento de Capital e R$313.359,14 para Reserva Especial para Dividendos; **4.** reeleger, como Diretores, os seguintes membros da Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos na AGO de 2025: **LEONARDO ZAVATINI** (CPF/MF nº 268.143.338-05 - RG nº 24.874.174-3-SSP-SP); e **PAULO RICARDO MANNA SANTOS** (CPF/MF nº 352.770.858-82 - RG nº 43499725-0-SSP/SP). **4.1** Sr. **Leonardo Zavatini** como: **a.** Diretor responsável administrativo; **b.** Diretor responsável Técnico e Atuarial; **c.** Diretor responsável Administrativo-Financeiro; **d.** Diretor responsável pelo Relacionamento com o Cliente. **4.2** Sr. **Paulo Ricardo Manna Santos** como: **a.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade; **b.** Diretor responsável por Relações com a SUSEP; **c.** Diretor responsável pelo Registro de Apólices e Endossos; **d.** Diretor responsável pelos Controles Internos; **e.** Diretor responsável pelos Controles Internos específicos para prevenção, detecção e respostas a fraudes contra fraudes; **f.** Diretor responsável pelo cumprimento da Lei nº 9.613, de 03.03.1998; e **g.** Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros. **5.** Fixar em até R$93.524,01, em média mensal, a remuneração da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, cabendo à Diretoria deliberar sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros. Essa verba vigorará a partir de abril do corrente ano até a próxima Assembleia Geral Ordinária. A Sociedade poderá ainda proporcionar a seus administradores transporte individual e, para alguns, serviço de segurança. Os membros reeleitos da Diretoria declararam, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos previstos na Resolução CNSP nº 422, de 2021, para exercer a administração e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. O Conselho Fiscal deixou de ser instalado por não haver pedido dos senhores acionistas nesse sentido. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM AGE:** Os acionistas deliberaram por unanimidade, consolidar o Estatuto Social, em razão de alterações aprovadas em Assembleias Gerais anteriores. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar. **MESA: Paulo Ricardo Manna Santos -** Presidente. **Leonardo Zavatini** - Secretário. **ACIONISTAS: BANCO SAFRA S.A. Leandro de Azambuja Micotti -** Diretor Executivo. **Carlos Pelá** - Diretor Executivo. **CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Valéria Fernandes da Silva -** Diretora. **Eduardo Pinto de Oliveira** - Diretor. **JUCESP** nº 262.968/24-1 em 10/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARD em 20/05/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 20/05/24, às 17:30h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("**Cia.**"). **2. Presença:** Estiveram presentes na reunião da Enauta Participações S.A. ("Cia."), representando a totalidade dos membros da Diretoria: **(i)** Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor Presidente; **(ii)** Pedro Rodrigues Galvão De Medeiros, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e **(iii)** Carlos Mastrangelo, Diretor de Operações. Fica consignada a participação dos Diretores na forma prevista no Art. 15 do Regimento Interno da Diretoria da Cia.. **3. Mesa:** Presidente, Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, que convidou o Sr. Fabrício Zaluski, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre aprovação, para os fins do disposto no Art. 23, § único do Estatuto Social, da outorga de procuração pela Cia. aos procuradores outorgados para representação da Cia. de forma isolada. **5. Deliberações Aprovadas:** Dando início aos trabalhos, os Diretores examinaram o item constante da ordem do dia e tomaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a seguinte deliberação: Aprovar, para os fins do disposto no Art. 23, § único do Estatuto Social da Cia., a outorga de procuração para o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados, CNPJ 67.003.673/0001-76, com sede na Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447, Jardim Paulista/SP, e seus integrantes, as Sras. Bárbara Cristine Ribeiro da Silva, Juliete Araújo Oliveira e Letícia Alves de Lima ("Outorgadas"), outorgando-lhes poderes para representar a Cia. perante a Diretora-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição, relativamente ao Requerimento de Certidão de Distribuição de Feitos Judiciais da 2ª Instância - Cíveis e Criminais e Requerimento de Certidão de Débitos Ambientais Estadual e Municipal do Estado do RJ, sendo-lhes conferidos, ainda, poderes especiais para pagamento de taxas para emissão dos documentos, bem como o seu recebimento em versões físicas e/ou digitais. Fica vedado expressamente o substabelecimento total ou parcial dos poderes ora outorgados. Os poderes concedidos a qualquer das Outorgadas que deixe de ser, a qualquer tempo, integrante do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados serão automaticamente revogados. A presente procuração tem validade a partir de 20/05/24 até 31/12/24. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Diretoria, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos Diretores presentes, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 20/05/24. **Mesa: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Presidente; **Sr. Fabrício Zaluski** - Secretário. **Diretores: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Diretor Presidente; **Sr. Pedro R. Galvão de Medeiros** - Diretor Financeiro e de RI; **Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo -** Diretor de Operações. JUCERJA em 15/07/24 sob o nº 6343134. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 11.253.257/0001-71 - NIRE Nº 33.3.00.29159-8

ARD em 20/05/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 20/05/24, às 17h, na sede social da Enauta Energia S.A.. **2. Presença**: Estiveram presentes na reunião da Cia., representando a totalidade dos membros da Diretoria: **(i)** Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor Presidente; **(ii)** Pedro Rodrigues G. De Medeiros, Diretor Financeiro; e **(iii)** Carlos Mastrangelo, Diretor de Operações. Fica consignada a participação dos Diretores na forma prevista no Art. 15 do Regimento Interno da Diretoria da controladora da Cia., Enauta Participações S.A. ("Regimento Interno da Diretoria"), c/c Art. 12, (a) do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa**: Presidente, Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, que convidou o Sr. Fabrício Zaluski, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a aprovação, para os fins do disposto no Art. 13, § único do Estatuto Social, da outorga de procuração pela Cia. aos procuradores outorgados, para representação da Cia. de forma isolada. **5. Deliberações Aprovadas**: Dando início aos trabalhos, os Diretores examinaram o item constante da ordem do dia e tomaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a seguinte deliberação: Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados, CNPJ 67.003.673/0001-76, com sede na Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447, Jardim Paulista/SP, e seus integrantes, as Sras. Bárbara Cristine Ribeiro da Silva, Juliete Araújo Oliveira e Letícia Alves de Lima ("Outorgadas"), outorgando-lhes poderes para representar a Cia. perante a Diretora-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição, relativamente ao Requerimento de Certidão de Distribuição de feitos judiciais da 2ª Instância – Cíveis e Criminais e Requerimento de Certidão de Débitos Ambientais Estadual e Municipal do Estado do Rio de Janeiro, sendo-lhes conferidos, ainda, poderes especiais para pagamento de taxas para emissão dos documentos, bem como o seu recebimento em versões físicas e/ou digitais. Fica vedado expressamente o substabelecimento total ou parcial dos poderes ora outorgados. Os poderes concedidos a qualquer dos Outorgados que deixe de ser, a qualquer tempo, integrante do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados serão automaticamente revogados. A referida procuração tem validade a partir de 20/05/24 até 31/12/24. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Diretoria, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos Diretores presentes, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 20/05/24. **Mesa: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Presidente; **Sr. Fabrício Zaluski -** Secretário. **Diretores: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Diretor Presidente; **Sr. Pedro Rodrigues G. De Medeiros -** Diretor Financeiro; **Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo -** Diretor de Operações. JUCERJA em 15/07/24 sob o nº 6342410. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90082/2024,** referente ao processo nº **024.00088197/2024-07**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 01/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 17/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

Pregão Eletrônico nº 90035/2024 - Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Gestão Documental de Documentos Públicos a ser contratada de licitantes pré-qualificadas na Pré-Qualificação nº 001/2023, com divisão em 3(três) lotes. A Prodesp comunica a suspensão "sine die" da licitação em referência, em razão de decisão proferida no âmbito do processo TC-015532.989.24-1.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Bradseg Promotora de Vendas S.A.

CNPJ nº 10.428.992/0001-06 – NIRE 35.300.381.718

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2024

Data, Hora, Local: Em 25.4.2024, às 10h30, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Américo Pinto Gomes; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 3.4.2024 na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em atendimento ao disposto no Artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação da acionista. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram o aumento do capital social no valor de R$900.000,00 (novecentos mil reais) elevando-o de R$8.210.000,00 (oito milhões, duzentos e dez mil reais) para R$9.110.000,00 (nove milhões, cento e dez mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração da redação do "caput" do artigo 6º do estatuto social, proposto pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do mencionado dispositivo passa a ser a seguinte: "Artigo 6º) O capital social é de R$9.110.000,00 (nove milhões, cento e dez mil reais), dividido em 572.061 (quinhentas e setenta e duas mil e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$34.920.967,63 (trinta e quatro milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos) proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, conforme segue: R$620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$6.781.468,87 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$27.519.498,76 (vinte e sete milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos) para pagamento de dividendos, o qual foi deliberado e pago em 29.11.2023; 3) reelegeram membros da Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor-Presidente: Ivan Luiz Gontijo Júnior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 044.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Diretores: Manoel Antônio Peres***, brasileiro, divorciado, médico, RG 8.014.301.397/SSP-RS, CPF 033.833.888-83, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Jorge Pohlmann Nasser***, brasileiro, casado, securitário, RG 36.651.358-8/SSP-SP, CPF 399.055.270/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Ney Ferraz Dias***, brasileiro, casado, securitário, RG 58.055.565-3/SSP-SP, CPF 813.465.577-72, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Américo Pinto Gomes***, brasileiro, casado, securitário, RG 65.168.400-6/SSP/SP, CPF 749.510.847/91; ***Gedson Oliveira Santos***, brasileiro, casado, securitário, RG 63.978.640-6/SSP-SP, CPF 261.708.518/05; ***Francisco Rosado de Almeida Junior***, brasileiro, casado, securitário, RG 001.311.140/ITEP-RN, CPF 913.701.404/87; ***Carlos Francisco Picini***, brasileiro, divorciado, securitário, RG 13.251.212-9/SSP-SP, CPF 082.310.768/08; ***Regina Castro Simões***, brasileira, casada, securitária, RG 19.395.555/SSP-SP, CPF 105.045.438/30; e ***Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP/SP, CPF 074.063.487-97, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Os diretores reeleitos: a) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; b) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; 4) fixaram o valor mensal individual de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos diretores, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-281259/O-3, senhor Luciano Agulho Vecchi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Américo Pinto Gomes; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., representada por seus procuradores senhores: Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz; Auditor: Luciano Agulho Vecchi. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Américo Pinto Gomes; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Certidão*** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 215.910/24-2, em 5.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 – PROC. SEI Nº 154.00002878/2024-20

Torna público o pregão eletrônico nº 90003/2024, menor preço, cujo objeto é **aquisição de Carregadeira Compacta**, conforme edital e anexos disponíveis a partir de 17/07/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. As propostas eletrônicas serão recebidas a partir do dia 17/07/2024, às 08 horas, estando a sessão de disputa agendada para o dia 31/07/2024 às 09 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90084/2024,** referente ao processo nº **024.00065672/2024-69**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK**, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 31/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 17/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de junho de 2024, às 10h20, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA**: Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a POL 018 – Política de Relacionamento com Partes Interessadas/Stakeholders, com base na Política de Responsabilidade Social ("POL 018"); **(ii)** a contratação, por suas controladas Companhia do Metrô Bahia ("CCR Metrô Bahia"), Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro"), Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade Linhas 5 e 17") e Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade Linhas 8 e 9"), da Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento Com. Ltda. ("Brasanitas"); **(iii)** a celebração, por sua controlada direta e em conjunto ViaMobilidade Linhas 8 e 9, do 2º aditivo aos Contratos nºs. 4600059479 e 4600059481, firmados com a Siemens Mobility Soluções de Mobilidade Ltda. e Siemens Mobility Gmbh ("Siemens"); **(iv)** a contratação, por suas controladas diretas Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("CCR AutoBAn") e Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("CCR MSVia"), de empresa de auditoria para a prestação de serviços de revisão das informações intermediárias e de auditoria anual; e **(v)** a eleição do Sr. **LEONARDO DE MATTOS GALVÃO** para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como a sua indicação para a composição do Comitê de Estratégia de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram: **(i)** aprovar, por unanimidade de votos, a POL 018, conforme minuta, termos e condições apresentados nesta reunião; **(ii)** aprovar, por unanimidade de votos, a contratação, por suas controladas CCR Metrô Bahia, VLT Carioca, ViaQuatro, ViaMobilidade Linhas 5 e 17 e ViaMobilidade Linhas 8 e 9, da Brasanitas, para a prestação de serviços de limpeza convencional, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iii)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta e em conjunto ViaMobilidade Linhas 8 e 9, do 2º aditivo aos Contratos nºs. 4600059479 e 4600059481, firmados com a Siemens, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iv)** aprovar, por unanimidade de votos, a contratação, por suas controladas diretas CCR AutoBAn e CCR MSVia, de empresa de auditoria para a prestação de serviços de revisão das informações intermediárias e de auditoria anual, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; e **(v)** aprovar, por unanimidade de votos, nos termos dos artigos 150 da Lei nº. 6.404/76 ("LSA") e 15 do Estatuto Social da Companhia, a eleição do Sr. **LEONARDO DE MATTOS GALVÃO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 28824680 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 307.667.278-90, com endereço profissional na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº. 1909, 30º Andar, Vila Olímpia, CEP 04543-907, São Paulo/SP, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como a sua indicação para a composição do Comitê de Estratégia de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a próxima Assembleia Geral da Companhia, diante da renúncia apresentada pelo Sr. **ADALBERTO DE MORAES SCHETTERT**. O Conselheiro ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento lavrado em livro próprio, nos termos da LSA e do Anexo K da Resolução CVM nº. 80, tendo apresentado também todas as declarações e informações previstas na "*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária*" da Companhia, e permanecerá em seu cargo até a próxima Assembleia Geral da Companhia. Em razão da deliberação acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos Senhores(as): **(i) JOÃO HENRIQUE BATISTA DE SOUZA SCHMIDT**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 6.266.530-0 e inscrito no CPF sob o nº. 005.032.489-67, eleito membro efetivo e Presidente do Conselho na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 18/04/2024 ("AGOE 2024"); **(ii) CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 14.339.880-5 e inscrito no CPF sob o nº. 176.093.048-24, eleito membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho na AGOE 2024; **(iii) ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 3.837.723-8 e inscrita no CPF sob o nº. 021.984.728-21, eleita membro efetivo na AGOE 2024; **(iv) EDUARDO BUNKER GENTIL**, brasileiro, casado, economista e administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 3361829 e inscrito no CPF sob o nº. 001.067.468-39, eleito membro efetivo na AGOE 2024; **(v) ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE**, brasileira, divorciada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº. 044457224 e inscrita no CPF sob o nº. 783.519.367-15, eleita membro efetivo na AGOE 2024; **(vi) JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE** brasileiro, viúvo, economista, portador da cédula de identidade RG n°. 4.127.063 e inscrito no CPF sob o nº. 447.507.658-72, eleito membro efetivo na AGOE 2024; **(vii) LEONARDO DE MATTOS GALVÃO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 28824680 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 307.667.278-90, eleito membro efetivo na presente data; **(viii) LUIZ CARLOS CAVALCANTI DUTRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado e administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 14.526.692 e inscrito no CPF sob o nº. 022.823.318-69, eleito membro efetivo na AGOE 2024; **(ix) MATEUS GOMES FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 25.054.264 e inscrito no CPF sob o nº. 291.959.388-93, eleito membro efetivo na AGOE 2024; **(x) ROBERTO EGYDIO SETUBAL**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº. 4.548.549-5 e inscrito no CPF sob o nº. 007.738.228-52, eleito na AGOE 2024; e **(xi) VICENTE FURLETTI ASSIS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº. 1.073.833 e inscrito no CPF sob o nº. 487.467.706-15, eleito membro efetivo na AGOE 2024. Os membros do Conselho de Administração da Companhia autorizam a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, bem como a adoção, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 26 de junho de 2024. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(8)** Mateus Gomes Ferreira; **(9)** Roberto Egydio Setubal; e **(10)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto - Secretário.* JUCESP nº 261.990/24-0 em 05.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização da Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0052.2024.PE.0045

ABERTURA: 25 DE JULHO DE 2024, ÀS 14H

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E PAISAGISMO PARA A UNIDADE DO SENAC OSASCO."

RETIRADA DO EDITAL: disponível para conhecimento público no site www.sp.senac.br/sites/licitacao https://egov.paradigmabs.com.br/senacsp/default.aspx

Informações adicionais: licitacao.gms@sp.senac.br Telefone: (11) 3236-2954

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INÊS 249